

João Miguel Marques Alves Aldeia

## «A BARRACA DO RUI».

# Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo.

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Portugal,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



João Miguel Marques Alves Aldeia

# **«A BARRACA DO RUI».**

## **Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo.**

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Portugal,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2011



## Índice

Agradecimentos.....	1
Resumo.....	3
Abstract.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. UMA PERSPECTIVA SOBRE A INVESTIGAÇÃO.....	13
1.1. A crítica do regime de verdade em vigor.....	15
1.2. O mundo e a vida como figurações.....	22
2. DESAFILIAÇÃO E LAÇOS SOCIAIS.....	25
2.1. A <i>desafiliação</i> .....	26
2.2. O fenómeno dos sem-abrigo como processo de <i>desafiliação</i> .....	31
2.2.1. Da <i>desafiliação</i> à dicotomia « <i>desafiliação/afiliação</i> ».....	32
2.3. A importância dos laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo.....	35
3. A BIOGRAFIA DE RUI BOTELHO COMO CASO EXEMPLAR.....	39
3.1. A vida de que se fala e os seus <i>pontos de inflexão</i> .....	41
3.2. As pessoas relevantes.....	52
3.2.1. As irmãs.....	53
3.2.2. Os filhos.....	54
3.2.3. O irmão Nuno.....	56
3.2.4. Os pares.....	60
3.3. A relação com as instituições.....	68
3.3.1. Os serviços de «assistência».....	68
3.3.2. A biblioteca.....	71
DANDO SENTIDO A UMA VIDA: AS MÚLTIPLAS AFILIAÇÕES DA ZONA DE DESAFILIAÇÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85



*Elas [as gentes do Abismo] são as pedras que o pedreiro rejeita. Para elas não há lugar no tecido social e as próprias forças desta sociedade atraem-nas para o fundo da escala, até perecerem.*

— Jack London, *O povo do Abismo*

*'Warren,' she said, 'he has come home to die:  
You needn't be afraid he'll leave you this time.'*

*'Home,' he mocked gently.*

*'Yes, what else but home?  
It all depends on what you mean by home.  
Of course he's nothing to us, any more  
Than was the hound that came a stranger to us  
Out of the woods, worn out upon the trail.'*

*'Home is a place where, when you have to go there,  
They have to take you in.'*

*'I should have called it  
Something you somehow haven't to deserve.'*

— Robert Frost, *The Death of the Hired Man*





## **Agradecimentos**

Os textos raramente têm apenas os autores creditados. Este deveria ser assinado, pelo menos, por mais uma pessoa. O «Rui Botelho» abriu-me a sua vida e permitiu-me que o acompanhasse em vários momentos. A simpatia e a disponibilidade que sempre demonstrou facilitaram imenso o meu trabalho. Logo de início, quando dava os meus primeiros passos no campo e tinha os receios normais em alguém sem experiência no trabalho empírico, todas as barreiras potenciais que poderiam ter surgido à nossa interacção foram por ele retiradas. Destes meses de contacto, retiro não só material interessante para a investigação como uma relação que me fez crescer pessoalmente. Foi um novo mundo que se me revelou através dos seus olhos. As páginas que se seguem não são só minhas: são nossas. Posso ter sido eu a escrevê-las, em casa, depois das discussões que partilhámos; mas não sou, por esse pormenor, mais «autor» desta dissertação do que o Rui.

A Anabela e o Zé, mãe e avô, respectivamente, permitiram-me passar um ano da minha vida a trabalhar neste texto. O apoio é tanto, tão continuado e incondicional, que me custa arranjar uma expressão que dê conta do que significa para mim. «Obrigado» soa tão vazio e, sobretudo, sempre me fizeram ver que é absolutamente desnecessário, que não faz justiça ao que fizeram por mim ao longo dos últimos 26 anos. Nunca me colocaram entraves, nunca pediram justificações, sempre estiverem lá quando precisei. Este texto não serve de agradecimento, mas é tudo o que tenho para dar.

Por último, uma nota atípica numa página dedicada a agradecer a quem é devido. À Professora Doutora Sílvia Portugal, orientadora da dissertação, professora, amiga, e psicoterapeuta ocasional, recuso-me explicitamente a agradecer. Não que não o mereça, mas seria impossível fazê-lo. Esteve, ao longo dos anos, sempre disponível para me ouvir, não interessando o assunto. Ensinou-me tanto, sobre tantas coisas, que me coloca numa posição ingrata. Não domino nenhuma língua que permita expressar convenientemente a minha gratidão. Seria preciso inventar uma nova linguagem para dar conta do recado.



## Resumo

A presente dissertação procura compreender o papel dos laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo. Epistemologicamente, a investigação enquadra-se num modelo reflexivo de ciência, assente num diálogo triplo: entre sujeito-investigador e sujeito-cuja-vida-é-investigada; entre a micro-realidade estudada e os macro-processos que, de modo circular, a influenciam e são por ela influenciados; e entre a empiria e a teoria, no sentido da sua reconstrução crítica em aproximação ao real. Deste enquadramento geral parte-se para a crítica do regime de verdade que domina as representações e acções dos elementos da sociedade domiciliada sobre quem vive na rua. Para ligar o modelo epistemológico geral à teoria mobilizada, recorre-se a uma visão figuracional que realça os processos pelos quais os vários níveis de integração e complexidade sociais se interpenetram. De um ponto de vista teórico, mobiliza-se o modelo das *zonas de coesão social*, entendendo o fenómeno dos sem-abrigo como processo de desafiliação. Olha-se, no entanto, para as múltiplas afiliações presentes na vida dos indivíduos sem-abrigo.

A partir desta localização epistemológica e teórica, a biografia de Rui Botelho é interpretada como caso exemplar. Observam-se os *pontos de inflexão* ocorridos na sua vida, maioritariamente marcados por um aumento da precariedade, vulnerabilidade e pobreza que a localização na *zona de desafiliação* comporta. Observam-se os laços e as mudanças, produzidas pelas inflexões, na protecção e no reconhecimento que os laços garantiam. Deparamo-nos com uma protecção ausente ou reduzida e com um reconhecimento negado por todos os actores que não aqueles que se localizam também na *zona de desafiliação*. Este *status quo* leva a que Rui reivindique mais protecção, de modo a que possa aceder à habitação, e, sobretudo, que o reconheçam como cidadão e ser humano e não como «sem-abrigo». A importância dos laços é grande, mas é-o num plano representacional, que se prende com o que Rui considera que cada laço lhe deveria garantir e não garante, criando, assim, uma sensação de indignação pelo que é percebido como uma injustiça sempre presente na vida na rua. Viver na rua pode levar à eliminação de laços particulares, mas também à sua criação. Sobretudo, origina uma reconfiguração de laços de diferentes tipos. Apesar da maioria dos laços negar reconhecimento e de nenhum deles fornecer uma protecção significativa, eles estão bem presentes na *zona de desafiliação* em que Rui vive.

## Abstract

This dissertation tries to understand the role of social ties in homelessness. The study is epistemologically framed in a reflexive model of science, founded on a triple dialogue: between subject-researcher and subject-whose-life-is-researched; between the micro-reality studied and the macro-processes which, in a circular fashion, both influence it and are influenced by it themselves; and between reality and theory, towards the reconstruction of the latter to approach it to the former. From this general frame, the text goes to the criticism of the truth regime that dominates both the representations and the actions of the elements of domiciled society over those that live on the street. To connect the general epistemological model to the mobilized theory, the research resorts to a figurational view that highlights the processes by which the various levels of social integration and complexity interpenetrate themselves. From a theoretical point of view, the study mobilizes the *social cohesion zones* model, understanding homelessness as a process of disaffiliation. We look, however, to the multiple affiliations that are present in the lives of homeless individuals.

From this epistemological and theoretical location, Rui Botelho's biography is interpreted as an exemplar case. We look at the *turning points* that occurred in his life, mostly marked by an increase in the precariousness, vulnerability and poverty that characterize the *disaffiliation zone*. We look at the ties and at the changes, produced by turning points, in the protection and in recognition that ties guaranteed. We encounter an absent or reduced protection and a recognition that is denied by all actors that are not also found in the *disaffiliation zone*. This *status quo* leads Rui to claim more protection, so that he can access a home, and, most of all, that he is recognized as a citizen and as a human being and not as «homeless». The ties are important, but mainly in a representational level connected with what Rui considers that each ties should guarantee but does not, causing a sense of outrage at what is perceived as an always-present injustice in life on the street. Homelessness can lead to the elimination of particular ties, but also to its creation. Mainly, it originates a reconfiguration of different types of ties. Although most ties deny recognition and none of them provide significant protection, they are clearly present in the *disaffiliation zone* in which Rui lives.

## INTRODUÇÃO

As investigações partem de inquietações. Quando comecei a interessar-me pelo «fenómeno dos sem-abrigo»,<sup>1</sup> uma interrogação em particular desafiava-me: pode este fenómeno ser entendido como um processo de *desafiliação*? A minha entrada no terreno orientou-se por esta questão, constituída em hipótese principal do meu trabalho – é a entrada num processo de *desafiliação* que leva a que os indivíduos se tornem sem-abrigo. Não passou muito tempo até que uma resposta provisória se apresentasse sob a forma de um «sim, mas». «Sim», as pessoas tornam-se sem-abrigo por via da interpenetração de múltiplas *desafiliações* processuais. «Mas» estas *desafiliações* não podem ser compreendidas de modo isolado e é fundamental que se olhe também para o outro lado do enfraquecimento dos laços sociais que a noção de *desafiliação* tem implícita – as várias *afiliações* que são relevantes para entendermos de forma longitudinal e processual as vidas de quem vive na rua, sendo a própria vida na rua apenas um momento, ainda que significativo, dessas mesmas vidas.

O enquadramento epistemológico deste estudo apoia-se num diálogo triplo: entre sujeito-investigador e sujeito-cuja-vida-é-investigada; entre a micro-realidade observada pelo estudo e a macro-realidade em que esta se insere e que tanto é influenciada por ela como a influencia; e da teoria consigo mesma, no sentido da sua releitura crítica em aproximação ao real. Espero, ainda, que esta investigação sirva um quarto nível dialógico, constituindo-se numa pequena contribuição para o diálogo público sobre o fenómeno dos sem-abrigo, tão problemático na forma que assume de momento.

Em Portugal, em particular, este diálogo público é problemático, em grande medida, dada a escassez de informação produzida sobre o fenómeno. Apesar de, nos últimos anos, alguns trabalhos académicos terem sido realizados (Pais, 2006; Thelen, 2006; Mateus, 2007; Silva, 2007; Menezes, 2008; Rivotti, 2008), continuamos a saber pouco sobre a realidade da vida na rua no nosso país. Alguns destes estudos são

---

<sup>1</sup> Termo de que me sirvo ao longo deste texto, correspondendo ao que me parece ser a melhor tradução possível do inglês *homelessness*. Admito que ler «o fenómeno dos sem-abrigo» seja pouco simpático; o termo é longo e passível de interpretações distintas. Ele deve, todavia, ser encarado no sentido sociológico que lhe pode ser dado: um «fenómeno» sendo percebido como algo que existe no mundo social, que é feito de pessoas, de relações entre elas, de equilíbrios e desequilíbrios de poder. Não me parece que exista uma alternativa terminológica melhor, apesar desta estar longe do ideal.

contributos importantes para a compreensão do fenómeno em Portugal mas o trabalho por realizar é ainda imenso.

Três constatações parecem impor-se. Em primeiro lugar, as tendências internacionais identificadas no fenómeno são também encontradas em Portugal, quer falemos da forma como os indivíduos sem-abrigo se apropriam da rua e agem sobre ela, quer observemos os discursos e modos de agir de elementos da sociedade domiciliada sobre quem vive na rua. O que parece diferir no nosso país é, sobretudo, a intensidade do fenómeno, menor em relação a outros países ocidentais, ainda que seja possível que tal se deva a um desfasamento temporal: enquanto que em vários outros países (e.g., Estados Unidos da América, França, Reino Unido) o fenómeno dos sem-abrigo surge como um problema na esfera pública a partir da década de 1980, em Portugal, este surge, timidamente, como tal apenas desde meados da década de 1990.

Em segundo lugar, o diálogo é problemático no nosso país pela reprodução acrítica das duas principais tendências de investigação sobre o fenómeno – a quantificação e a «psiquitrização/psicologização» da explicação. Estas duas tendências orientam de forma clara a redacção da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (Instituto da Segurança Social, 2009), um documento que incorpora a explicação médica do fenómeno e que visa desenvolver uma acção sobre ele que se centre na identificação de problemas, patologias e desvios individuais, obscurecendo as suas dimensões sistémicas. As ciências sociais estão ainda ausentes da discussão na esfera pública, sendo esta dominada pelas interpretações da psiquiatria e psicologia (Bento e Barreto, 2002) e governamentais (Instituto da Segurança Social, 2005).

Por último, é identificável aquele que é, talvez, o principal problema: a ausência das próprias pessoas que experienciam a vida na rua da discussão pública, da reivindicação de formas de acção e da produção de conhecimento sobre o tema que, como ninguém, conhecem. Não é possível produzir informação relevante sobre o fenómeno sem considerarmos as perspectivas dos próprios indivíduos sem-abrigo.

A um nível metodológico, esta constatação implica a revalorização da análise das biografias de quem vive na rua. É fulcral interagir com estes sujeitos, ouvir as suas palavras e apreender as suas visões sobre si mesmos e sobre a sociedade. Este estudo procura fazê-lo através da análise de uma história de vida, recolhida no decurso da observação directa do terreno. Durante meses, encontrei-me periodicamente com Rui

Botelho,<sup>2</sup> um indivíduo sem-abrigo. Os nossos encontros decorriam na rua, no seu local de pernoita ou nos sítios que ele frequenta. Falávamos da sua vida mas também de outros assuntos. A informação apresentada neste texto apenas pôde surgir da nossa interacção.

\* \* \*

A presença de indivíduos a viverem na rua é uma visão habitual nas grandes cidades do mundo. Também em cidades mais pequenas, como aquela em que se realizou este estudo, parece estar a tornar-se normal esta imagem. Aquilo que designamos hoje como o fenómeno dos sem-abrigo tem uma história longa nas sociedades ocidentais modernas. Desde o início da modernidade capitalista, o problema constituído pela existência de pessoas a viverem na rua esteve presente no imaginário colectivo e suscitou respostas políticas diversas (Castel, 1996; Vexliard, 1997; Castel, 2009). O fenómeno, contudo, nunca suscitou o interesse que outros fenómenos despertaram nos autores canónicos das diferentes áreas dos estudos sociais. Temos de chegar ao século XX para encontrarmos as primeiras obras de referência sobre o tema. O sociólogo da Escola de Chicago, Nels Anderson,<sup>3</sup> terá sido, talvez, o primeiro a interessar-se academicamente pelo tema. Precisamos de esperar algumas décadas antes de Alexandre Vexliard<sup>4</sup> se interessar sobre o problema, desta feita, em França. Porém, encontramos várias obras na literatura dita «não-científica» dedicadas ao tema de quem vive na rua. Neste campo, são de destacar os trabalhos de Jack London (2002) e de George Orwell (2003). A teoria sociológica pode não ser por eles mobilizada, mas os seus trabalhos não deixam de ser sociológicos, revelando grande capacidade de descrição e análise das realidades que viveram em Londres (London, 2002; Orwell, 2003) ou em Paris (Orwell, 2003). Talvez mais até do que para Anderson e Vexliard, seja para London e Orwell que devemos olhar em busca de informação sobre o tema, na primeira metade do século passado.

Porém, reconhecermos o valor destes contributos não nos pode cegar para a enorme variação sócio-histórica do fenómeno dos sem-abrigo. Ou, dito de forma mais

---

<sup>2</sup> Todos os nomes de pessoas e locais mencionados no texto foram alterados.

<sup>3</sup> Cf. Anderson (1965). Ver ainda a recolha de textos de Anderson organizada por Rauty (1998).

<sup>4</sup> Cf. Vexliard (1997). Sobre a obra de Vexliard, cf. Mucchielli (1998).

acertada, se sempre existiram pessoas a viver na rua desde o início da modernidade capitalista ocidental, o fenómeno reconfigurou-se ininterruptamente até aos nossos dias – num entrelaçado de processos que continua hoje a sentir-se e que levará o fenómeno a assumir no futuro uma forma diferente da que conhece no presente. Falar no «fenómeno dos sem-abrigo» só faz sentido *hoje*. Só há indivíduos «sem-abrigo» desde as últimas décadas do século XX. Antes disso, havia pobreza, dramática em muitos casos, havia vulnerabilidade, havia vagabundagem; em suma, existia uma série de fenómenos que antecedem e influenciam o que designamos actualmente como o «fenómeno dos sem-abrigo» mas que tinham formas específicas, em espaços-tempo particulares, e que divergiam em aspectos fundamentais da forma que o fenómeno toma hoje em dia.

Ao falarmos do fenómeno dos sem-abrigo, é necessário um enquadramento histórico recente. As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, marcaram, nos países da Europa Ocidental – ainda que de formas diversas consoante o país concreto de que falamos –, um aumento das protecções sociais estatais e do bem-estar geral que, entendido no longo tempo da modernidade capitalista, foi atípico. Situações de pobreza variadas permaneceram, mas, durante quase 30 anos, esta passou a ser vista de um modo diferente do que vigorara até então. Falava-se, sobretudo, em termos de pobreza relativa e não tanto de pobreza absoluta; parecia-nos – a nós, cidadãos do Ocidente Norte capitalista – que os efeitos mais nefastos das situações de pobreza podiam ser controlados; no limite, acreditava-se que estes poderiam mesmo desaparecer com o «progresso» que estas sociedades conheciam. A pobreza era real, mas o Estado Social garantia a todos os seus cidadãos um lugar concreto e identificável na estrutura social e a todos prestava um nível de apoio que amortecia os efeitos mais drásticos das situações de pobreza. Sobretudo, falávamos de um tipo de «pobreza integrada» (Paugam, 1991, 1998, 2003; Castel, 2009; Gowan, 2010; Paugam, 2010).

Porém, chegados à década de 1970, as ilusões de um bem-estar garantido e crescente começam a desfazer-se. A pobreza não regressa, dado que nunca desapareceu, mas reconfigura-se novamente. Situações de pobreza, precariedade e vulnerabilidade extremas começam a ser inegáveis no seio destas sociedades e assim permanecem nos nossos dias. A fome ou a falta de habitação, para referir apenas duas das formas mais drásticas e dramáticas que a pobreza assume, tornam-se numa presença nestes países, apesar de um grau mínimo de protecção social que os Estados nacionais ainda procuram assegurar (Castel, 2009).



Viver na rua apresenta-se como uma das mais extremas manifestações desta pobreza, vulnerabilidade e precariedade crescentes. Desde as últimas décadas do século XX, o fenómeno dos sem-abrigo ganha uma visibilidade pública que o tema das pessoas a viverem na rua tinha perdido durante as décadas das fortes protecções sociais estatais. Renova-se o interesse no tema nos *media*, na academia, no sistema político, no imaginário colectivo em geral.<sup>5</sup> Iniciando-se nos Estados Unidos da América, esta nova visibilidade do fenómeno estende-se progressivamente aos outros Estados ocidentais.

A visibilidade acrescida de quem vive na rua deve-se, sobretudo, a uma série de processos que reconfiguram o «espaço público», tornando os indivíduos sem-abrigo em figuras ao mesmo tempo indesejáveis e identificáveis (ou, talvez, identificáveis *porque* indesejáveis e vice-versa). Nas últimas décadas do século XX, o espaço «público» torna-se crescentemente comercializável, passando a ser orientado por critérios estéticos (Goldberger, 1996; Smith, 2002; Atkinson, 2003; Terrolle, 2004; Doherty *et al.*, 2006; Feldman, 2006; Meert *et al.*, 2006; Mateus, 2007; Tosi, 2007; Meert e Stuyck, 2008). Os indivíduos sem-abrigo são esteticamente desvalorizados, tornando-se a sua presença um incómodo para os restantes actores sociais. Esta alteração motiva um esforço de «limpeza» do espaço «público», procurando-se relocalizar quem vive na rua para fora dos locais em que as classes médias circulam quotidianamente por forma a que estas se sintam seguras e confortáveis.

Quem não tem um espaço privado onde se possa dirigir para descansar, comer, realizar a sua higiene pessoal, tem de fazer do espaço «público» espaço privado. Ou seja, tem de encontrar formas de se apropriar da rua e espaços afins para realizar as actividades que – segundo o nosso modelo societal – devem ser executadas em casa. Contudo, não só é esse mesmo modelo societal que nega aos indivíduos sem-abrigo o acesso a uma residência como ainda é ele que os procura impedir de ficarem na rua. O fenómeno dos sem-abrigo é, em grande medida, um problema de falta de direito a um espaço.<sup>6</sup> Impedidos de aceder ao espaço privado, activamente «dissuadidos» de permanecer em espaços «públicos»; para onde podem estes sujeitos ir? Esta

---

<sup>5</sup> Cf. Brousse, Firdion e Marpsat (2008), Damon (2002, 2004, 2008), Doherty *et al.* (2005), Gaboriau e Terrolle (2007), Garnier-Muller (2000), Gowan (2010), Join-Lambert (2006), Marpsat e Firdion (2007), Wright e Rubin (1998) e Zeneidi-Henry (2002).

<sup>6</sup> Cf. Doherty *et al.* (2006), Feldman (2006), Gowan (2000, 2010), Mateus (2007), Meert *et al.* (2006), Meert e Stuyck (2008), Pichon (1996, 2002), Proth e Joseph (2005), Snow e Anderson (1993), Terrolle (2004), Tosi (2007) e Zeneidi-Henry (2002).

inospitalidade dos espaços «públicos» face aos indivíduos sem-abrigo reduz as opções de pernoita e as possibilidades de movimento a quem vive na rua.<sup>7</sup> Se uma *casa*, tal como dizia Robert Frost (1914), é o local onde, quando temos que lá ir, ninguém nos pode negar o direito de entrada, então, ser «sem-abrigo» é realmente não ter um lugar ao qual possamos chamar *casa*.<sup>8</sup>

O fenómeno dos sem-abrigo é, portanto, definido não como um problema de pobreza mas como uma questão de *visibilidade*: o que incomoda não é a existência de sujeitos sem recursos para deixarem de viver na rua, mas o facto de termos de os ver.<sup>9</sup> Como afirma Blau,

talvez o atributo mais significativo do fenómeno dos sem-abrigo seja a sua visibilidade. A pobreza visível despedaça os ritmos normais da vida pública. Ela debilita as regras que governam o uso do espaço público. Apesar do conjunto escrito de regras ser bem conhecido – não estacionar o seu carro impedindo a saída de outro automóvel, não sujar o passeio –, outro conjunto de regras igualmente poderoso nunca aparece escrito. Estas regras assumem, por exemplo, que um estranho em público não se aproxima demais de outro, e que as demonstrações públicas de pobreza são, de algum modo, impróprias. Como apenas as pessoas mais desesperadas exibem a sua pobreza, o mais breve vislumbre do seu desespero faz com que os outros se sintam pouco à vontade. As testemunhas do fenómeno dos sem-abrigo ficam, então, na mesma posição em que os espectadores não intencionais de uma desavença doméstica. Elas sabem que estas coisas ocorrem, mas acreditam firmemente que elas devem ser mantidas privadas se tal for de todo possível (1992: 4).<sup>10</sup>

Que os indivíduos sem-abrigo continuem sem ter recursos para sair da rua deixa de ser problemático a partir do instante em que não temos de interagir com eles.

---

<sup>7</sup> Segundo Meert *et al.* “devido a tendências como a monitorização, a vigilância de espaços públicos e a crescente privatização de espaços públicos, as possibilidades de encontrar um local para dormir em lugares como estações ferroviárias ou de metro diminuíram notoriamente. Também outras tendências em bairros tais como o enclausuramento [gating], a vigilância, o fechamento das entradas de edifícios residenciais ou a adaptação ou mesmo abolição completa do mobiliário urbano restringem as opções de pernoita dos sem-abrigo” (2006: 34).

<sup>8</sup> “Home is the place where, when you have to go there,/They have to take you in” (Frost, 1914). Esta definição de casa é usada por Gowan (2010: 231).

<sup>9</sup> Sobre o fenómeno dos sem-abrigo como problema de visibilidade, *cf.* Blau (1992), Damon (2008: 63-89), Doherty *et al.* (2005, 2006), Feldman (2006), Gaboriau e Terrolle (2007), Mateus (2007), Meert *et al.* (2006), Meert e Stuyck (2008), Phelan *et al.* (1997), Pichon (1998), Proth e Joseph (2005), Snow e Anderson (1993), Terrolle (2004), Tosi (2007) e Zeneidi-Henry (2002). Sobre a pobreza em geral como questão de visibilidade, ver Wacquant (2009).

<sup>10</sup> Todas as citações em língua que não o português foram por mim traduzidas.

Se o problema é assim definido, não nos podemos por esse motivo tornar míopes para o facto de que o fenómeno dos sem-abrigo é um problema de pobreza. Todavia, temos de entender a *pobreza* num sentido lato, de a observar como algo que ultrapassa a dimensão económica e corresponde a toda uma escassez multidimensional de recursos. O conceito de *desafiliação* (Castel, 2009) permite esta leitura ampla do fenómeno, não tratando apenas de pobreza *stricto sensu* mas também de vulnerabilidade e precariedade processuais a vários níveis. É, sobretudo, uma questão de enfraquecimento de diversos tipos de laços sociais que está em causa na *desafiliação*. São ligações ao mundo do trabalho que se fragilizam e se perdem, mas é também uma questão de redução das possibilidades de acesso aos direitos de cidadania que, *in extremis*, se traduz em exclusão política. E, de modo complementar, trata-se igualmente de uma redução da protecção e do reconhecimento que derivam dos laços com a família, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho. Tudo isto está para além das dificuldades económicas dos sujeitos, ainda que as inclua. São dificuldades constituídas em vulnerabilidade e precariedade crescentes que dirigem e mantêm certos indivíduos a viver na rua.

\* \* \*

O texto desta dissertação está organizado em três capítulos. No primeiro, enquadra-se epistemologicamente a investigação. Num primeiro momento, o estudo é localizado num modelo reflexivo de ciência assente na análise intensiva de um caso que vale pela sua exemplaridade. Posteriormente, reflecte-se sobre o significado das tendências de investigação dominantes – a quantificação e a explicação «psiquiatrista/psicologista» – no fenómeno dos sem-abrigo, procurando as relações de saber-poder suas constituintes. O capítulo termina com a defesa da mobilização de uma sociologia figuracional que permite compreender a vida na rua nas suas ligações processuais entre as biografias individuais e as estruturas sociais.

O segundo capítulo apresenta a perspectiva teórica do estudo. Em primeiro lugar, mobiliza-se o modelo das *zonas de coesão social* de Castel (2009), entendendo a chegada e manutenção na vida na rua como fruto de uma série de processos de *desafiliação* entrelaçados. Discute-se, contudo, a insuficiência de uma visão da *desafiliação* que não observe também o que se considera a parte da realidade sua complementar – as afiliações múltiplas que se constroem, que enfraquecem, que se

fortalecem. Esta dicotomia «desafiliação/afiliação» serve para explicar o fenómeno dos sem-abrigo à luz do modelo de Castel, entendendo o fenómeno nas suas dimensões processuais. A visão de processo permite a discussão em termos de uma *carreira de sem-abrigo* que descreve e analisa as modificações discursivas e comportamentais dos indivíduos sem-abrigo desde a sua chegada à rua. Por forma a aproximar o modelo teórico à empiria, entende-se a «desafiliação/afiliação» como factor de enfraquecimento e fortalecimento de laços sociais de vários tipos, caracterizados através da tipologia de Paugam (2010), que apresenta quatro tipos principais de laços sociais – de filiação, de participação electiva, de participação orgânica e de cidadania.

O terceiro capítulo constitui a apresentação e análise da biografia de Rui Botelho, o indivíduo sem-abrigo com quem interagi no decurso do meu trabalho de campo. Procura-se uma compreensão longitudinal da sua vida, focada nos acontecimentos, actores e relações que foram relevantes no seu decorrer. A análise desta história de vida permite observar a insuficiência mencionada de um olhar exclusivamente dirigido para as «desafiliações», levando ao reconhecimento da importância de «afiliações» variadas em vários momentos da sua vida. A biografia é analisada com o propósito de compreender o papel e a forma dos laços ao longo da vida de Rui. Nesse sentido, é necessário olhar primeiro para os *pontos de inflexão* dessa vida, *i.e.*, para as alterações de sentido que a biografia conheceu. Estas inflexões são fundamentais para entender quais as pessoas e os laços relevantes em diferentes períodos da vida de Rui, bem como para perceber a forma como os laços se vão modificando com a sucessão de acontecimentos biográficos.

## I. UMA PERSPECTIVA SOBRE A INVESTIGAÇÃO

Esta investigação baseia-se na exemplaridade do caso estudado, inserido numa perspectiva dialógica a três níveis: na relação do investigador com os *sujeitos* investigados, na interacção entre o caso exemplar escolhido e a estrutura social mais vasta e na conexão entre a empiria e a teoria (Burawoy, 1998: 5). Assim sendo, a metodologia defendida apenas faz sentido num *modelo reflexivo de ciência* “que se apoia não no distanciamento mas no envolvimento enquanto caminho para o conhecimento” (*id., ibid.*: 5).

Esta postura permite, num primeiro momento, revalorizar a relação não entre «sujeito» e «objecto» da investigação mas sim entre os dois tipos de *sujeitos* nela envolvidos, ambos contribuindo para a análise das experiências que são, contudo, predominantemente vividas por um deles.

Onde a ciência positiva propõe isolar o sujeito do objecto, a ciência reflexiva eleva o diálogo ao seu princípio definidor e a intersubjectividade entre participante e observador à sua premissa. Ela desfruta o que a ciência positiva separa: participante e observador, conhecimento e situação social, situação e o seu campo de localização, teoria popular e teoria académica (Burawoy, 1998: 14).

Para realizar este conjunto de processos dialógicos, um estudo tem de ater-se a quatro efeitos de contexto: i) a intervenção; ii) o processo; iii) a estruturação; iv) e a reconstrução (*id., ibid.*: 14-16). i) Em primeiro lugar, surge a consciência de que a intervenção da investigação sobre a situação investigada não é eliminável. A interacção com os sujeitos-alvo do estudo modifica a sua vida. Ela realocaliza-os no espaço-tempo criado pela própria interacção entre os vários sujeitos envolvidos na investigação. Esta intervenção não é um problema para a investigação mas antes propicia a observação de comportamentos e opiniões que só interaccionalmente se tornam visíveis (*id., ibid.*: 14).

ii) Em segundo lugar, a «representatividade estatística» do caso estudado é substituída pela consciência de que o conhecimento é sempre situacional, relativo ao espaço-tempo em que é produzido. Cada actor social, em cada espaço-tempo, está na posse de diferentes conhecimentos. Alguma redução da realidade é sempre necessária para que com ela se possa trabalhar. A «ciência reflexiva» realiza esta redução agregando os diferentes conhecimentos situacionais em processos sociais: “a ciência

reflexiva recolhe múltiplas leituras de um só caso e agrega-as em processos sociais” (*id., ibid.*: 15) com base na teoria pré-existente.

iii) Deve também reconhecer-se que cada campo interaccional em que decorre a investigação é dinâmico, pelo que não pode ser replicável. O próprio ponto de vista do investigador influencia a investigação realizada e parte sempre de um lugar específico e não replicável. Portanto, se a ideia anterior relativa aos «processos sociais» é importante, ela deve ser complementada com a noção de que há «forças sociais», i.e., há efeitos de outros processos sociais que se fazem sentir no caso concreto estudado e que são, na sua maioria, externos à realidade particular que é investigada. Uma «ciência» que se diz «reflexiva» tem de procurar sempre ligar a micro-realidade observada à macro-realidade que a influencia e que é, circularmente, influenciada por ela (*id., ibid.*: 15).

iv) Por último, se o que interessa são os processos (ii), não há representatividade, e logo, não pode haver também generalização no sentido positivista dos termos. O caso estudado serve para reconstruir a teoria que lhe pré-existe, observando a empiria para encontrar limites teóricos, sempre partindo do pressuposto basilar de que todo o conhecimento produzido é válido pela sua refutabilidade. “A ciência não oferece nenhuma verdade final, nenhuma certeza, mas existe num estado de revisão contínua” (*id., ibid.*: 16). Ou seja, não há generalização no sentido que o *modelo positivo de ciência* lhe atribui, mas toda a produção científica reflexiva vai fortalecer a teoria que vai poder ser – num momento futuro – cientificamente mobilizada.

Partindo desta perspectiva epistemológica, esta dissertação foi construída pela minha interacção com Rui Botelho – o sujeito cuja vida é analisada. Do lado do segundo diálogo necessário, apesar do trabalho empírico desta investigação se basear na produção e análise de uma só biografia, esta faz sentido apenas quando enquadrada estruturalmente dentro da teoria mobilizada – a visão figuracional realiza o vai-vém entre o micro e o macro; a conceptualização do social pelo modelo das *zonas de coesão social* dá sentido a uma vida que não pode ser observada de modo isolado. No que ao último nível dialógico respeita, a análise desta biografia apresenta-se como um modo de procurar as limitações teóricas do modelo de Castel (2009). Adoptando uma perspectiva já defendida por outros autores (Sintomer e Bacqué, 2001; Damon, 2008), para além da relevância sociológica do olhar dirigido à *desafiliação*, torna-se fulcral olharmos também para as afiliações presentes nesta *zona* da sociedade, o que a análise

da *carreira de sem-abrigo* de Rui Botelho mostra ser fundamental. Os efeitos de contexto discutidos por Burawoy (1998: 14-16) têm de ser tidos em conta, tanto durante a estadia do investigador no terreno, como, posteriormente, aquando da redacção do texto. Se este surge somente pela interacção entre os sujeitos, então, a presença do investigador influencia a forma como o sujeito-cuja-vida-é-investigada experiencia a sua biografia, tanto no modo como vive o seu quotidiano, como na maneira como reconstrói retrospectivamente o seu passado. Esta possibilidade de reflexão em interacção não é «ruído» exterior à investigação mas, antes, é pensada e incorporada no texto. Este vale pela sua exemplaridade e, como tal, a informação produzida é, *a priori*, não reprodutível, em grande medida, devido à fluidez dos processos sociais que se reflectem e modificam continuamente todos os níveis figuracionais do mundo social – da vida de Rui às orientações estruturais globais dos mercados de trabalho ou dos sistemas políticos.

### **1.1. A crítica do regime de verdade em vigor**

Os trabalhos sobre o fenómeno dos sem-abrigo são frequentemente acrílicos e promovem – de modo tácito ou explícito – a reprodução da ordem social em que vivemos, naturalizando as desigualdades e as injustiças (Gaboriau, 2004; Gaboriau e Terrolle, 2009). O trabalho de campo com os próprios indivíduos que vivem na rua é crucial para combater estas posturas, devendo este ser orientado por um olhar crítico que procure desconstruir a aparência do real observando os mecanismos estruturais de poder e dominação. Como afirmam Gaboriau e Terrolle,

o estudo directo dos comportamentos – os etnólogos dizem «no terreno» – é considerado como essencial e uma condição *sine qua non* [para que não se reproduza uma perspectiva acrílica sobre o fenómeno]. Relativamente às pessoas sem-abrigo, o estudo das atitudes e dos valores dos indivíduos considerados constitui um momento necessário (2009: 7).

Duas tendências de investigação são dominantes no fenómeno dos sem-abrigo: i) a propensão para a quantificação, para a produção de estatísticas; e ii) a explicação «psicologista ou psiquiatrista», que individualiza as trajectórias de vida,

compreendendo-as em função de quadros clínicos pré-existentes (*id., ibid.*: 10-11).<sup>11</sup> Ambas são abordagens essenciais para a produção de «políticas sociais» que visam uma população administrativamente construída (que, circularmente, se reflecte e é reflexo das representações do imaginário colectivo sobre o fenómeno). A estatística e a psiquiatria funcionam, no fenómeno dos sem-abrigo, então, como instrumentos de intervenção sobre o real sujeitos a interesses estatais e de outros grupos de poder (*id., ibid.*: 11-17).

A produção de dados estatísticos sobre o fenómeno dos sem-abrigo gera, na maioria das vezes, quantificações erradas acerca da população sem-abrigo que são repetidas até à exaustão sem confirmação nem precisão (*id., ibid.*). Interpelados acerca do fenómeno dos sem-abrigo, políticos, representantes do *media* e da academia, bem como muitos dos cidadãos comuns, exprimem uma interrogação que consideram condição *sine qua non* para a continuação da discussão e para a acção sobre o fenómeno: «quantos são os sem-abrigo?» Esta pergunta remete para a invisibilidade duas outras, cuja importância não pode ser ignorada: «quem produz estas estatísticas sobre o fenómeno?» e «segundo que critérios e que definições são esses dados produzidos?» Como Santos defende, “o que não existe é, na verdade, activamente produzido como inexistente” (2006: 95). Perante as dimensões do real que são tornadas invisíveis pela forma de produção conhecimento dominante no fenómeno dos sem-abrigo, torna-se fundamental mobilizar uma sociologia empenhada em “transformar as ausências em presenças” (*id., ibid.*: 95), *i.e.*, uma sociologia que considere a observação do que habitualmente fica por ver e a reflexão sobre o que usualmente fica por dizer como condições fulcrais do estudo deste tema.

Pensar sobre estas duas questões leva-nos a encarar a produção de estatísticas e a análise «psiquiatrista/psicologista» do fenómeno como instrumentos políticos, o que remete para uma discussão sobre a interpenetração do *saber* e do *poder* (Foucault, 1991, 1994, 2006). O «quem produz» e o «como se produz» a informação acerca deste fenómeno envia-nos para uma interrogação mais vasta sobre a produção de *verdade*. Como Foucault analisou, qualquer produção de um discurso de verdade assenta em

---

<sup>11</sup> Encontramos críticas aos procedimentos de quantificação do fenómeno dos sem-abrigo em Blau (1992) e Gaboriau (2004). Sobre a abordagem individual do fenómeno através de explicações psiquiátricas ou psicológicas, cf. Blau (1992), Gowan (2010) e Lyon-Callo (2008).



processos de exclusão que levam à produção de certos discursos em detrimento de outros. (...) para que algo seja estabelecido como um facto ou como verdade, outros enunciados [*statements*] igualmente válidos têm de ser desacreditados e negados (Mills, 2003: 67).

Por *verdade* não devemos entender *verdade absoluta* e *descoberta* mas sim devemos entendê-la como “um sistema de procedimentos ordenados para a produção, regulação, distribuição, circulação e operação de enunciados” (Foucault, 1991: 74). A verdade, então, “está ligada numa relação circular a sistemas de poder que a produzem e mantêm, e a efeitos de poder que ela própria induz e que a estendem. Um “regime” de verdade” (*id.*, *ibid.*: 74). O conhecimento é, então factor de poder, no duplo sentido de ser em si mesmo poder e de o poder gerar conhecimento (*id.*, *ibid.*).

A verdade é uma coisa do mundo: é produzida apenas através de múltiplas formas de constrangimento. E induz efeitos de poder regulares. Cada sociedade tem o seu próprio regime de verdade, a sua “política geral” de verdade: isto é, tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdade; os mecanismos e instâncias dos quais permitem distinguir enunciados verdadeiros de falsos, os meios pelos quais cada um é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; os estatutos daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdade (Foucault, 1991: 72-73).

Esta constatação leva-nos, seguindo Foucault, a deixar de procurar *a verdade* para passarmos antes a procurar os mecanismos de poder inerentes à produção de verdade e os efeitos de poder que as verdades produzidas comportam (Foucault, 1991, 2006). No caso do fenómeno dos sem-abrigo, as perspectivas estatística e psiquiátrica são reconhecidas como *detentoras* das possibilidades de produção de saber sobre o tema. A informação veiculada por estas perspectivas, deste modo, constitui-se num *regime de verdade* foucaultiano. São os estudos que são orientados pela e para a quantificação e a individualização – tendencialmente biológica – que têm reconhecimento público; são estes estudos que se apresentam como válidos, invalidando todas as outras perspectivas possíveis sobre o tema. Desta forma, a informação produzida fora deste regime de verdade – nomeadamente as visões que procuram contextualizar estruturalmente o fenómeno dos sem-abrigo e que o abordam de modo qualitativo – é deslegitimada na esfera pública; ela perde poder, não se constitui numa alternativa discursiva às narrativas médicas e quantitativas encarada como plausível. Sobretudo, as perspectivas qualitativas que procuram o

enquadramento estrutural do fenómeno perdem uma “luta sobre a verdade” para a individualização, a medicalização e a quantificação. Como Foucault afirma, nas nossas sociedades

há uma luta “pela verdade”, ou, pelo menos, “em torno da verdade” – sendo entendido (...) que por verdade não considero “o conjunto de verdades que são descobertas e aceites”, mas antes “o conjunto de regras que separam o verdadeiro do falso e os efeitos de poder ligados à verdade”, sendo entendido também que não se trata de uma luta “em favor” da verdade, mas de uma luta sobre o estatuto da verdade e o papel económico e político que desempenha (Foucault, 1991: 74).

No fenómeno dos sem-abrigo, o tipo de *poder* que se liga ao *saber* legitimado e aceite como *verdadeiro* sobre este tema assume uma forma específica. O saber-poder em acção no (ou antes, *sobre o*) fenómeno dos sem-abrigo funciona a vários níveis interdependentes. Por um lado, trata-se de um tipo de *poder disciplinar* (Foucault, 1994, 1999, 2006) que age sobre os corpos dos actores sem-abrigo, sobre quem vive na rua na sua individualidade. Por outro lado, é igualmente observável um tipo de poder de regulação que age sobre estes sujeitos transformados em categoria (Foucault diria «população»); um *bio-poder* (Foucault, 1994, 2006). Estes dois tipos de poder sobre a vida não se anulam, não se excluem; antes, convivem, interpenetram-se, apoiam-se mutuamente ao intervirem sobre quem vive na rua.

Do lado da biopolítica, estamos perante uma passagem do poder soberano clássico para o biopoder moderno; i.e., uma transição do “direito de *fazer* morrer ou de *deixar* viver” (Foucault, 1994: 138) característico do soberano clássico para um outro tipo de direito, consubstanciado no “poder de *fazer* viver ou de *rejeitar* para a morte” (*id.*, *ibid.*: 140). Trata-se, agora, de um “poder [que] se situa e se exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenómenos maciços de população” (*id.*, *ibid.*: 140). Como Foucault afirma, “agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece as suas incidências” (*ibid.*: 141).

O surgimento da biopolítica como forma de intervenção sobre a vida acarreta, para Foucault, a emergência de três factores importantes. Em primeiro lugar, o aparecimento da noção de *população*, entendida enquanto objecto de intervenção regularizadora do biopoder (Foucault, 2006: 261). Em segundo lugar, a natureza dos fenómenos sobre os quais se procura intervir de forma biopolítica: colectivos e que só fazem sentido enquanto ocorrências que se sentem numa colectividade. Tratam-se de

fenómenos marcados pela aleatoriedade e imprevisibilidade quando considerados ao nível individual, mas que, quando observados através da noção de *população*, passa a ser possível encontrar neles certas regularidades, certas constantes (*id., ibid.: 261-262*). Por último, o terceiro novo factor considerado pelo autor, a estatística. A biopolítica assenta na medição, na estimação, na previsão de fenómenos colectivos para que seja possível intervir sobre as populações em causa, regulando e equilibrando as flutuações que estas conhecem (*id., ibid.: 262-263*).

A conjugação do poder disciplinar com o biopoder no controlo sobre a vida humana simultaneamente provém de um desejo de normalização do corpo social (em acção particular sobre dois dos seus níveis, o individual e o agregado) e age em prol dessa normalização. Para Foucault, a «norma» é o que liga estes dois tipos distintos e complementares de poder sobre a vida; o desejo de disciplinar e de regularizar como manifestações da vontade de normalização.

A norma é aquilo que tanto pode aplicar-se a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se deseja regularizar. Nestas condições, a sociedade de normalização (...) é uma sociedade onde se cruzam, segundo uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação (Foucault, 2006: 269).

Voltando ao fenómeno dos sem-abrigo, observamos que este é *gerido* simultaneamente de forma disciplinar e biopolítica. As relações de saber-poder que constituem o regime de verdade orientador das representações do fenómeno e das acções sobre ele existem em detrimento de outras formas de representar e agir sobre o fenómeno. Negando-se a legitimidade pública da perspectiva estrutural, o mercado laboral, o mercado habitacional ou o conjunto das políticas públicas dirigidas a quem vive na rua ou se encontra em situações de pobreza deixam de ser factores relevantes – ou antes, deixam de ser entendidos como tal – para a compreensão e solução do problema constituído pela existência de seres humanos a viver na rua. Os problemas individuais – os consumos de álcool ou de drogas, os distúrbios psicológicos ou psiquiátricos – ganham estatuto de exclusividade na discussão pública sobre o fenómeno dos sem-abrigo. São encontradas (diria, criadas) grandes tendências sociográficas que se reflectem sobre as políticas públicas desenvolvidas especificamente para quem vive na rua. O fenómeno é isolado do resto da sociedade, levando a que *outras* políticas públicas – dirigidas a indivíduos e grupos em situações de pobreza

variadas – não sejam pensadas. Os mercados laboral e habitacional permanecem desregulados, negando o acesso a um emprego digno e a uma casa a quem se encontra na rua. Estas esferas estruturais – as dimensões sistémicas do fenómeno dos sem-abrigo – são desconsideradas em favor de uma busca da identificação dos problemas individuais de cada sujeito sem-abrigo; estes devem ser resolvidos antes que quem vive na rua possa regressar à sociedade domiciliada. Tanto a tendência estatística como a tendência psiquiátrica/psicológica assumem contornos quer disciplinares quer biopolíticos. Por um lado, a identificação de grandes tendências na categoria «sem-abrigo» por forma a saber como intervir, que políticas desenvolver, que tipo de profissionais e especialistas são, de modo legítimo, importantes de ouvir para compreender e solucionar o fenómeno. Por outro lado, a intervenção quotidiana sobre quem vive na rua, com contornos disciplinares claros, procurando modificar cada sujeito no sentido da sua «normalização» (possibilitadora da sua domiciliação).

Contudo, há ainda um terceiro tipo de poder sobre a vida a considerar no estudo do fenómeno dos sem-abrigo: o poder de soberania. As discussões de Foucault sobre o poder disciplinar e o biopoder (particularmente sobre este último) não significam que o poder de soberania clássico – o direito de matar ou deixar viver – desapareça. Antes, ele complementa também as outras formas de poder e age também sobre as vidas dos actores sem-abrigo. Em Foucault, o direito soberano de matar ou deixar viver exerce-se sempre de modo assimétrico; o seu exercício apenas é possível do lado da morte.<sup>12</sup>

É certo que, para o autor, “o poder é cada vez menos o direito de dar a morte e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, de intervir sobre a maneira de viver e sobre o «como» da vida” (Foucault, 2006: 264). Porém, tal não implica que o direito desequilibrado de soberania desapareça. No caso do fenómeno dos sem-abrigo, ele está bem presente, ainda que os efeitos de poder em acção sobre as vidas de quem vive na rua o ultrapassem largamente. A obra de Agamben (1998) é aqui útil para reflectirmos sobre esta questão.<sup>13</sup> Segundo este autor, recuperando a definição de Carl

---

<sup>12</sup> “O efeito do poder soberano sobre a vida exerce-se apenas a partir do momento em que o soberano pode matar. É (...) o direito de matar que detém efectivamente, em si, a própria essência desse direito de vida e de morte; é no momento que o soberano pode matar que exerce o seu direito sobre a vida” (Foucault, 2006: 256).

<sup>13</sup> A perspectiva de Agamben sobre a biopolítica é distinta da de Foucault. Neste último, o conceito é apresentado de uma forma mais restrita do que em Agamben (1998). Contudo, é possível estabelecer este diálogo, tanto mais que ele é iniciado pelo próprio Agamben ao mobilizar o conceito de Foucault.

Schmitt de soberania, o “soberano é aquele que decide sobre o estado de excepção” (Schmitt *apud* Agamben, 1998: 20), portanto, aquele que possui o direito de suspender a normal aplicação das regras que regem as vidas dos outros seres humanos. Graças a esta idiosincrasia, o soberano apresenta-se como uma entidade que se encontra num estado de exclusão perpétua da ordem política e legal da sociedade. Para Agamben, uma outra figura é também colocada, de modo simétrico, num tal estado de exclusão da ordem política e legal, desta feita, ocupando uma posição desqualificada que se consubstancia, ao contrário do que ocorre com a figura do soberano, numa exclusão negativa. Trata-se do *homo sacer*, uma figura tanto «sagrada» como «profana», que, devido à sua sacralidade, não pode ser morta, mas, de modo paradoxal, caso seja morto, o seu homicida não pode ser punido (Agamben, 1998). Agamben identifica uma relação dialéctica entre estas duas figuras de excepção: por um lado, face ao soberano, todos são potenciais *homini sacri*, dado que o soberano sobre todos pode exercer o seu direito de matar ou deixar viver; por outro lado, face ao *homo sacer*, todos são potenciais soberanos na medida em que todos podem sobre ele exercer um direito de matar ou deixar viver (1998: 85). Assim sendo, o que caracteriza a figura do *homo sacer* é, sobretudo, a sua dupla posição negativa face à soberania: simultaneamente, o *homo sacer* está sujeito a actos de soberania que podem provir de qualquer indivíduo (todos se podem comportar como soberanos em relação a ele), e não pode comportar-se como soberano face a ninguém (é, deste modo, o único indivíduo inteiramente incapaz do exercício do direito de soberania). Esta conceptualização permite-nos interpretar os indivíduos sem-abrigo como *homini sacri*: sobre eles, todos os indivíduos domiciliados podem comportar-se como eventuais soberanos (todos podem cometer crimes sobre eles que, empiricamente, terão uma muito reduzida probabilidade de serem punidos), enquanto que os actores sem-abrigo não podem comportar-se como soberanos sobre nenhum sujeito domiciliado (qualquer crime por eles cometido é passível de punição; mais ainda, vários actos existem que apenas constituem crime caso sejam cometidos por alguém que viva na rua, como, por exemplo, a entrada em certos «espaços públicos ou semi-públicos» com propósitos comerciais dos quais os indivíduos sem-abrigo, enquanto não-consumidores potenciais, podem ser expulsos graças a uma decisão aleatória dos proprietários ou gestores

---

Para uma comparação das duas perspectivas, cf. Rabinow e Rose (2006). Para uma leitura biopolítica do fenómeno dos sem-abrigo, numa perspectiva mais influenciada por Agamben do que por Foucault, ver Feldman (2006).

desses espaços). Assim sendo, no caso concreto do fenómeno dos sem-abrigo, parecem ter de ser consideradas as três formas de poder discutidas por Foucault (1991, 1994, 1999, 2006), reconhecendo que todas elas constituem *poder sobre a vida* dos actores sem-abrigo.

Esta complexidade de relações de saber-poder em acção no fenómeno dos sem-abrigo leva a que apenas seja possível produzir um tipo de conhecimento que contribua para a melhoria das condições de vida de quem vive na rua incorporando os seus próprios pontos de vista. Como Foucault escreveu,

não se trata de emancipar a verdade de todos os sistemas de poder (o que seria uma quimera, dado que a verdade é em si poder), mas de separar o poder da verdade [*detaching the power of truth*] das formas de hegemonia social, económica e cultural no seio da qual ela opera no presente. (...) A questão política, sintetizando, (...) é a verdade em si mesma (Foucault, 1991: 74-75).

Trata-se, portanto, de contribuir para a produção de um outro regime de verdade que possa orientar o modo como observamos e agimos sobre o fenómeno dos sem-abrigo. Este tem de incorporar o que quem vive na rua tem a dizer sobre si mesmo e sobre o mundo. Uma vez que não há justiça social sem justiça cognitiva (Santos e Nunes, 2004; Santos, Nunes e Meneses, 2004; Santos, 2006, 2009), o conhecimento sobre este fenómeno tem que incluir as perspectivas dos indivíduos sem-abrigo para contribuir para uma melhoria real das suas condições de vida.

## **1.2. O mundo e a vida como figurações**

Encarar a realidade social através de um modelo figuracional (Elias, 1997, 2004, 2005; Elias e Scotson, 2000) permite apercebermo-nos da utilidade sociológica da análise intensiva das biografias individuais. Para tal, estas devem ser percebidas como as figurações de ordem de complexidade e organização mais reduzida.<sup>14</sup> É pela sua

---

<sup>14</sup> As traduções portuguesas das obras de Elias usam quer o conceito de *figuração* [*figuration*] quer o de *configuração* [*konfiguration*], apesar do segundo ser mais frequente. Por vezes, os dois conceitos exprimem a mesma ideia. Contudo, em obras específicas, como, por exemplo, *Envolvimento e distanciamento* (Elias, 1997), o conceito de *configuração* é reservado para contextos biológicos, enquanto que Elias mobiliza o conceito de *figuração* para se referir ao contexto social e humano *stricto sensu*. Ao longo deste texto, recorro ao termo *figuração* em detrimento de *configuração*. Sobre esta precisão relativa aos dois conceitos, cf. a primeira nota da tradutora presente em Elias (1997: 30).

interpenetração com outras figurações de nível inferior que as figurações de ordem superior – mais complexas e organizadas – surgem, sejam elas a realidade local, o mercado laboral, os Estados nacionais ou o mundo, entendido enquanto figuração de ordem mais elevada.<sup>15</sup> De modo recíproco, as figurações de ordem superior modificam-se continuamente e as suas transformações influenciam as de ordem inferior. A realidade social, é, para Elias, um enorme conjunto de interdependências em mutação perpétua e não planeada (Elias, 1997, 2004, 2005, 2006; Elias e Scotson, 2000).

Todos nós estamos envolvidos uns com os outros e dependentes uns dos outros. O(s) caminho(s) seguido(s) por cada um de nós *cria(m)* o caminho seguido por todos nós. Os rumos tomados pelas vidas individuais interpenetram-se, os indivíduos interagem, e formam figurações de ordem superior. Estas, por sua vez, assumem formas específicas, dependentes do modo como se integram as figurações de ordem inferior para as formar. Mas a complexidade e a organização das ordens superiores reflectem-se também sobre figurações de níveis inferiores, inibindo ou incentivando certos rumos particulares que estas podem seguir: “é a estrutura e o desenvolvimento desta unidade de integração [de ordem superior] que determina, em última análise, a estrutura e o desenvolvimento das suas subunidades, inclusive dos seus membros individuais” (Elias, 1997: 59). Não se trata de uma visão dual mas sim processual: figurações de ordens diversas coexistem e influenciam-se umas às outras.

Este processo de interdependência e encadeamento leva a que as figurações de ordem superior tenham propriedades específicas, não dedutíveis de modo linear e simples das propriedades das figurações de nível inferior que as compõem. Como Elias escreveu: “cada figuração de ordem mais elevada pode ter particularidades estruturais diferentes das figurações de níveis inferiores, que constituem as suas partes” (*id., ibid.*: 56). Esta conceptualização leva a que o estudo das figurações de ordem inferior seja insuficiente para compreender o funcionamento das de ordem superior. Estas últimas apresentam características próprias, decorrentes da forma como as subfigurações que as compõem se integram, organizam e equilibram entre si.

---

<sup>15</sup> Ainda que tal não signifique que as figurações de ordem superior sejam sempre mais complexas, integradas e organizadas do que as figurações de ordem inferior que as compõem. Cf. Elias (1997: 59).

Não podemos (...) compreender a estrutura e o modo de funcionamento de figurações que corporizam um nível de organização e controlo mais elevados com base apenas no estudo de outras figurações com uma organização muito menos complexa, mesmo que as primeiras tivessem tido origem nas últimas (Elias, 1997: 57).

Para entendermos o funcionamento das figurações de ordem superior, é necessário perceber (i) o funcionamento das figurações de ordem inferior que as compõem, mas também (ii) o modo processual como estas se integram para as constituir (*id.*, *ibid.*: 173-175).

Esta segunda dimensão é expressa pelo conceito de *síntese progressiva* (*id.*, *ibid.*: 179 e ss.), que traduz a forma como se processa a passagem das figurações de ordem inferior às de ordem superior. As primeiras encadeiam-se, integram-se, equilibram-se com diferentes níveis de poder relativo e organizam-se para formar figurações mais complexas. Por sua vez, estas últimas influenciam a forma como as primeiras se podem encadear, integrar, equilibrar e organizar. O processo de síntese progressiva não é planeado por nenhum dos actores envolvidos. Antes, todos eles realizam planos próprios – todas as figurações de diferentes níveis procuram dirigir-se para determinado caminho – mas, uma vez que o processo é sempre interaccional, nenhum desses planos é inteiramente realizado. Os projectos individuais alteram-se em função das acções de outros indivíduos e, como consequência, o que é desejado por cada indivíduo particular nunca corresponde de modo exacto ao que ocorre na empiria.<sup>16</sup> O que Elias afirma sobre o processo de mudança sócio-histórica resume a forma como as figurações de ordem inferior interagem para formarem figurações de nível superior: “crescendo por planos, mas de forma não planeada. Movida por fins, mas sem finalidade” (Elias, 2004: 85).

Apresentar um estudo de uma única biografia é insuficiente para compreendermos o fenómeno dos sem-abrigo na sua plenitude. Contudo, não deixa de ser importante analisar esta figuração de nível inferior. O seu estudo é uma componente fulcral para o entendimento estrutural do fenómeno, ainda que seja apenas uma parte do caminho que tem de ser seguido para uma leitura figuracional dos processos que tornam possíveis a existência de seres humanos a viverem na rua.

---

<sup>16</sup> Cf. Elias (2005: 77-112) para uma explicação desta *síntese progressiva* em termos de modelos de jogos.



## 2. DESAFILIAÇÃO E LAÇOS SOCIAIS

Independentemente da perspectiva segundo a qual abordamos o fenómeno dos sem-abrigo, parece consensual que o carácter que este hoje assume é distinto da forma que tomava nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. O trabalho de Castel (2009) sobre o(s) processo(s) de *desafiliação* revela-se heurísticamente útil para entendermos esta diferença, possibilitando o enquadramento sócio-histórico e macrossocial do fenómeno dos sem-abrigo.

Determinados estudos sobre o tema dos sem-abrigo procuram tratá-lo como se fosse algo «isolado» do resto da sociedade e parecem padecer de uma «amnésia social» em relação à persistência de fenómenos de pobreza no longo tempo da história ocidental. Porém, o fenómeno dos sem-abrigo não é algo que existe «à parte» do resto da sociedade. A precariedade, a vulnerabilidade e a pobreza não são situações absolutas, mas antes formam um *continuum* em que se localizam indivíduos e grupos quer com domicílio quer sem habitação.<sup>17</sup> As posições ocupadas ao longo deste eixo correspondem a situações diferentemente oprimidas e dominadas, mas os fenómenos e processos macrossociais que orientam os indivíduos para estas posições oprimidas e dominadas são os mesmos para quem tem casa e para quem não tem. Assim sendo, importa a uma análise do fenómeno dos sem-abrigo a compreensão dos efeitos das alterações verificadas em figurações de ordem superior – as macro-realidades regional, nacional ou global – nas figurações de ordem inferior que as compõem – as vidas dos indivíduos que sofrem os resultados negativos dos processos sociais actantes nas nossas sociedades.

---

<sup>17</sup> Vários autores defendem esta perspectiva, afirmando o carácter relacional dos fenómenos de pobreza – dos quais o fenómeno dos sem-abrigo é apenas um entre muitos. Apesar de esta constatação ter sido incorporada pela teoria social, pelo menos, desde Simmel (Paugam e Schultheis, 2008; Simmel, 2008), insistir nela não é um exercício fútil nos nossos dias. A tendência para negar esta evidência sociológica ganhou força e penetrou o imaginário colectivo, os *media*, os fazedores de políticas públicas e certos sectores da academia, e deve ser combatida, mesmo que, para tal, tenhamos de nos colocar na posição ingrata em que somos forçados a «destacar o óbvio». Sobre a pobreza, a vulnerabilidade e a precariedade como processo, cf. Castel (1996, 2008, 2009) e Paugam (1991, 1996a, 1996b, 1998, 2003). Sobre esta continuidade de posições dominadas no que directamente respeita ao fenómeno dos sem-abrigo, cf. Brousse (2006), Clanché (1998), Damon (2008), Damon e Firdion (1996), Gaboriau (2004, 2009), Gaboriau e Terrolle (2007, 2009), Lyon-Callo (2008), Mateus (2007), Marpsat (1998, 1999), Marpsat e Firdion (2007), Rosa (2005) e Soulié (1997).

## 2.1. A *desafiliação*

Hoje em dia, num período de retraimento do Estado Social, as sociedades do Ocidente Norte conhecem uma vulnerabilidade maior do que durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, em que Estados nacionais fortes protegiam os seus cidadãos face às fragilidades provenientes da vida num sistema capitalista, em si mesmo, desigual e injusto. Vários conceitos foram avançados para compreender a situação presente: entre outros, exclusão social, desqualificação social, *desafiliação*. Neste contexto, a perspectiva de Castel (2009) ultrapassa algumas limitações de outras visões concorrentes. Para o sociólogo francês, a *desafiliação* descreve a situação das sociedades actuais melhor do que a ideia de *exclusão*, permitindo-nos apreender as alterações que estas sociedades estão a conhecer de forma dinâmica, contrapondo-se ao carácter tendencialmente estático associado à noção de *exclusão social*. Nas palavras de Castel,

a situação actual é marcada por um abalo que recentemente afectou a condição salarial: o desemprego massivo e a precarização das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de protecção para cobrirem estes estados, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, «inempregáveis», inempregados ou empregados de uma maneira precária, intermitente. Doravante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório (2009: 13).

Reconhecendo a contextualização sócio-histórica do momento presente como condição *sine qua non* para o entender, Castel distingue a vulnerabilidade de massa do passado (pré-Estado Social) da precariedade actual. A diferença crucial provém do facto da precariedade dos nossos dias existir num contexto de afastamento dos indivíduos face à protecção social estatal (que, contudo, ainda existe), o que leva ao aumento contínuo do número de pessoas que não conseguem entender qual é o seu lugar na estrutura social (*id., ibid.*: 15 e ss.). Contudo, o autor rejeita uma visão binária simples e determinista que observa estas sociedades como «fracturadas», como figurações em que há – tendencialmente – apenas sujeitos «integrados», aqueles que estão «dentro» e que usufruem dos benefícios deste modelo societal, e indivíduos que estão «fora» do modelo, inteiramente «excluídos» dos seus benefícios. Em vez desta perspectiva, Castel prefere encarar as sociedades como sendo constituídas por

diversas *zonas de coesão social*, i.e., por diferentes posicionamentos possíveis dos sujeitos face ao trabalho, à sociabilidade e à protecção social estatal.

Assim, a associação trabalho estável-inserção relacional sólida caracteriza uma zona de integração. Pelo contrário, a ausência de participação em qualquer actividade produtiva e o isolamento relacional conjugam os seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou antes, (...) a desafiliação. A vulnerabilidade social é uma zona intermédia, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade (Castel, 2009: 17).

Portanto, são identificáveis três *zonas de coesão social* ideal-típicas: i) a de integração; ii) a de vulnerabilidade; iii) e a de desafiliação.<sup>18</sup> Nem a forma que elas assumem – a *zona de per se* – nem as relações entre elas são estáticas e definidas de uma vez por todas: “que ocorra, por exemplo, uma crise económica, a subida do desemprego, a generalização do subemprego: a zona de vulnerabilidade dilata-se, ela estende-se sobre a de integração e ela alimenta a desafiliação” (*id.*, *ibid.*: 17).

Se a dimensão económica é aqui importante como factor distribuidor de grupos e indivíduos ao longo deste *continuum* que vai da integração plena à desafiliação «total», outros factores são igualmente importantes. Ou seja, a pobreza pode ser «integrada» socialmente, ainda que de uma forma específica, como o caso das populações assistidas nos mostra (*id.*, *ibid.*: 18). Estamos, então, perante uma questão mais vasta do que a da distribuição de recursos económicos por indivíduos e grupos:

a dimensão económica não é portanto o discriminante essencial, e a questão colocada não é a da pobreza, ainda que os riscos de desestabilização pesem mais fortemente sobre aqueles que são desprovidos de recursos económicos. (...) São sobretudo as relações existentes entre a precariedade económica e a instabilidade social que é necessário destrinçar (Castel, 2009: 18).

Estamos, portanto, perante uma perspectiva que conceptualiza o social como um conjunto de processos dinâmicos. Importa menos definir absolutamente as *zonas de coesão social* e colocar os indivíduos no interior de cada uma delas do que entender os processos que os levam a mudar de uma zona para outra. Mais ainda, as diferentes zonas não podem ser definidas em absoluto dado que não só os sujeitos transitam entre elas como elas próprias se encontram em permanente rearticulação interna e

---

<sup>18</sup> Entre as duas últimas, Castel (2009: 669) identifica ainda uma *zona de assistência*.

relacional. Se no centro da perspectiva encontramos a ideia de «processo», então, a ausência de imobilidade impede a estabilização definicional (*id., ibid.*). Como afirma Castel, “falar de desafiliação (...) não é validar uma ruptura, mas retrair um percurso” (*ibid.*: 20).

Porém, é precisamente esta impossibilidade de definição «absoluta» por via do reconhecimento do dinamismo do social que torna a sua conceptualização em *zonas de coesão social* relevante. Neste modelo, a *zona de vulnerabilidade* é fundamental e é observá-la que permite caracterizar as nossas sociedades de forma distinta das do passado:

reduzida ou controlada, ela permite a estabilidade da estrutura social (...). Pelo contrário, aberta e em extensão, como é aparentemente o caso actual, a zona de vulnerabilidade alimenta as turbulências que fragilizam as situações adquiridas e desfazem os estatutos garantidos (Castel, 2009: 20).

Ao contrário de uma sociedade de *status* (Antigo Regime) ou de uma com fortes protecções sociais para todos os membros (Estado Social), em que uma *zona de vulnerabilidade* existe mas tende a tornar-se estática (os sujeitos fazem parte dela *de facto* ou *de jure* e há poucas possibilidades de transitar entre zonas), as sociedades ocidentais actuais permitem mobilidade social. Todavia, esta liberdade de mobilidade apenas possibilita movimentos generalizados de ascensão social com um enquadramento estrutural que garanta a protecção dos sujeitos móveis. O presente retraimento do Estado na garantia destas protecções vulnerabiliza os indivíduos e facilita a sua mobilidade descendente, *i.e.*, torna mais provável que sujeitos fragilizados sejam estruturalmente colocados na *zona de vulnerabilidade* e que, encontrando-se nesta um grande número de indivíduos desprotegidos, uma parte significativa deles transite para a *zona de desafiliação* (*id., ibid.*).

Face ao esbatimento progressivo das protecções estatais e à disseminação do desemprego estrutural e de vários subempregos, proliferam os indivíduos «inúteis», «supranumerários». Circularmente, a precarização do trabalho leva a que os sujeitos percam protecção social, dado que esta provém em grande medida da relação dos indivíduos com o mercado de trabalho, mas também a fragilização das protecções estatais no campo laboral acarreta um *deficit* de regulação do trabalho que propicia o afastamento entre indivíduos e sistema de protecção estatal. Tal precarização do

trabalho num contexto de retraimento das protecções estatais não se reflecte somente nas possibilidades de sobrevivência material dos indivíduos mas também nas suas identidades e nas formas de sociabilidade. Tal como era percebido num modelo societal fordista, o trabalho não era apenas um garante de salário, mas também factor de integração social por via da sua standardização; uma fonte de identificação e de criação de laços entre indivíduos. Perdendo-se a estabilização laboral, perdem-se igualmente as possibilidades de criação de «identidade pelo trabalho» (um indivíduo auto-representa-se como operário mas não apresenta a sua ligação temporária a um subemprego como parte da sua identidade com a mesma facilidade) e também as redes relacionais entre colegas de profissão (as relações precisam de continuidade e de tempo para se fortalecerem; trabalhar no mesmo espaço físico e interaccional com as mesmas pessoas durante vários anos permite-o; trabalhar esporadicamente com indivíduos que não conhecemos inibe-o) (*id., ibid.*).<sup>19</sup>

Esta nova forma de ligação dos sujeitos ao trabalho permite-nos observar a centralidade de uma vulnerabilidade de massa que se reflecte não só no trabalho *de per se* mas também nos estatutos, protecções e identidades. Assim sendo, a precariedade-do-trabalho-mas-não-só-do-trabalho é, para Castel (*ibid.*), a nova questão social, inscrita na própria dinâmica das sociedades ocidentais. Esta cristaliza-se em três pontos complementares (*id., ibid.: 662-667*) (i) Em primeiro lugar, a «desestabilização dos estáveis», entendida como a perda de direitos encarados anteriormente como garantidos, que se traduz na redução drástica de possibilidades de mobilidade ascendente e no aumento da probabilidade de mobilidade descendente. A «desestabilização dos estáveis» descreve um processo de transição da *zona de integração* para a de *vulnerabilidade* – o caso crescente dos trabalhadores antes «qualificados» que se tornaram precários ou dos «quadros» que ficam no desemprego (*id., ibid.: 716*).

(ii) Em segundo lugar, a *instalação na precariedade*, consubstanciada na alternância entre «desemprego» e «subemprego» para uma parte significativa da população activa, que muito dificilmente ascende ao mercado de trabalho com garantias. Muitos indivíduos só conseguem aceder a (sub)empregos temporários, mal remunerados e com um estatuto negativo ou desvalorizado associado. São os

---

<sup>19</sup> Sobre estas alterações da esfera laboral que se reflectem para além do trabalho, *cf.*, também, Bauman (2009a, 2009b, 2009c) e Sennett (2007a, 2007b).

«temporários permanentes» que, para Castel, apenas obtêm “um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante, que não pode servir de base à projecção de um futuro controlável. Esta maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente” (*ibid.*: 664-665).

(iii) Por último, o *deficit de lugares na estrutura social* é o terceiro ponto de cristalização da nova questão social, correspondendo ao crescimento do número de indivíduos que são percebidos como «inúteis» para a sociedade. A sua «inutilidade» reflecte-se para além do trabalho e estende-se aos planos cívico e político, sendo estes sujeitos representados e tratados como «dispensáveis», *i.e.*, como se fossem dominados sem que haja uma necessidade de os explorar regularmente, e logo, sem que eles contem para o desenrolar da vida social. Estes indivíduos são caracterizados apenas pela negativa e como destituídos de poder; o que interessa à economia, à política e ao imaginário colectivo não são os seus problemas mas o facto de eles serem *um problema* para o resto da sociedade.

Os indivíduos que são afectados com maior intensidade por estas alterações sociais no trabalho, política e sociabilidade são dirigidos estruturalmente para a *zona de desafiliação*. Esta não é «o fim do processo», se bem que tenda, para Castel (*ibid.*), a estabilizar-se numa precariedade transformada em privação. Em suma, a desafiliação corresponde à forma específica e progressiva de ruptura com os laços sociais exposta, sentida pelos sujeitos que a experienciam como um afastamento do mercado laboral regular, dos sistemas de protecção social e das redes sociais constituídas pela família e outros próximos. Se a precariedade se torna privação, a vulnerabilidade face aos sistemas de protecção social converte-se em ausência de protecção e a ruptura com as redes de próximos tende para o isolamento relacional.

Nas palavras de Castel,

o cerne da nova questão social hoje seria, portanto, de novo, a existência de «inúteis ao mundo», de supranumerários, e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela precariedade e pela incerteza dos amanhã que atestam o regresso de uma vulnerabilidade de massa. (...) Não se trata, porém, do eterno regresso da desgraça, mas de uma completa metamorfose que coloca actualmente de uma maneira inédita a questão de devermos enfrentar uma vulnerabilidade depois das protecções<sup>20</sup> (2009: 747).

---

<sup>20</sup> No original, “vulnérabilité d’après les protections”, no duplo sentido desta ocorrer numa fase de retraimento profundo das protecções sociais estatais caracterizadoras do Estado Social, que, todavia, ainda existem, ainda que num grau diminuto.

## 2.2. O fenómeno dos sem-abrigo como processo de desafiliação

A noção de *desafiliação* permite-nos entender as mudanças estruturais de forma dinâmica e, a partir daqui, compreender como estas se fazem sentir nas vidas individuais. Estes processos macrossociais afectam vários indivíduos domiciliados, mas é quem vive na rua que sofre os seus efeitos mais negativos. Viver na rua é o resultado de se ser incapaz de manter uma casa e, assim sendo, interessa-nos entender por que motivos muitos sujeitos são incapazes de o fazer. Como Lyon-Callo afirmou, “é razoavelmente descomplicado sugerir uma correlação entre desigualdade elevada, uma escassez de habitação acessível e o fenómeno dos sem-abrigo” (2008: 153). Os indivíduos não conseguem manter uma casa porque o mercado laboral não lhes possibilita aceder a um emprego que pague um salário que lhes permita fazê-lo, porque o mercado habitacional acarreta custos insuportáveis para muitos, porque o Estado não regula esse mesmo mercado laboral para que empregos que paguem salários que garantam a sobrevivência material existam para todos e, complementarmente, não disponibiliza habitação subsidiada que colmate este problema. Para mais, as redes sociais destes indivíduos apresentam propriedades que não facilitam a manutenção da habitação, assumida ela a forma que assumir. Estas são as *causas* do fenómeno e, ainda que elas tomem *formas* diferenciadas em cada biografia individual, a chegada à rua é inexplicável sem entendermos estes processos estruturais. Quando um casal se divorcia e um dos indivíduos deixa de ser capaz de manter uma habitação, o divórcio é um factor importante para a análise dessa biografia. Contudo, a causa da chegada à rua é económica, consubstanciada no facto desse sujeito não auferir um rendimento que lhe permita continuar domiciliado. Do mesmo, quando um indivíduo é despedido e, por esse motivo, deixa de ser capaz de pagar uma renda ou um empréstimo bancário, o despedimento é relevante. Mas a causa da chegada à rua permanece a mesma que no caso anterior. Ao procedermos a uma análise biográfica é fundamental não confundirmos as *causas* da chegada à rua com as *formas* que essas causas assumem. Ao encarar o fenómeno dos sem-abrigo como um problema individual, seja realçando a importância das patologias mentais ou dos consumos de substâncias, a vertente sistémica do fenómeno é tornada invisível.

Observando a realidade do fenómeno, vemos que os indivíduos sem-abrigo se inscrevem no processo de vulnerabilização e precarização analisado por Castel (2009). Dentro de todas as posições vulneráveis e precárias, a chegada e permanência na rua

constituem-se em posições sociais particularmente dominadas, e são, então, fruto de uma experiência de desafiliação. A falta de protecção estatal, a ligação ténue ao mercado laboral e a falta de suporte fornecido pelas redes sociais dirigem os indivíduos para situações de sem-abrigo.

### **2.2.1. Da desafiliação à dicotomia «desafiliação/afiliação»**

A ideia de processo é central para entender o fenómeno dos sem-abrigo. Não só o conceito de desafiliação para ela nos remete, como a própria vida na rua não corresponde a uma situação estática e homogénea mas antes é marcada por uma pluralidade de etapas tendencialmente transitórias por que passam as pessoas que a experienciam (Snow e Anderson, 1993; Terrolle, 1995; Pichon, 1996; Fitzpatrick, Kemp e Klinker, 2000; Pichon, 2002; Mateus, 2007; Damon, 2008; O’Sullivan, 2008; Gowan, 2010). Para grande parte dos indivíduos que por ela passam, a rua não é um modo de vida que se prolongue *ad eternum* mas uma fase das suas vidas que dura por um período de tempo mais ou menos longo. Ao longo do processo de vida na rua, os indivíduos podem afastar-se progressivamente da sociedade domiciliada, mas podem também conseguir reatar os laços que a ela os ligavam, ou desenvolver novas ligações exteriores à rua.

A ideia de *carreira de sem-abrigo* (Snow e Anderson, 1993; Mateus, 2007: 33 e ss.; Damon, 2008; O’Sullivan, 2008) – entendida como uma sequência de movimentos de uma posição para outra, no interior de um sistema social, realizados por um indivíduo que a ele pertence (Becker, 1973: 24 e ss.; Snow e Anderson, 1993: 272-302; Mateus, 2007: 33 e ss.; Damon, 2008: 151 e ss.; O’Sullivan, 2008) – permite compreender como os indivíduos transitam de umas fases para outras no processo de vida na rua. Esta mudança de posição é favorecida ou inibida por *contingências de carreira*, definidas por Becker como os factores de que depende a mobilidade de uma posição para outra e que “incluem quer factores objectivos da estrutura social quer alterações nas perspectivas, motivações e desejos do indivíduo” (1973: 24).

O momento da chegada à rua constitui a entrada na *carreira de sem-abrigo*. Nos primeiros tempos, os indivíduos estão ainda socializados segundo os critérios orientadores das suas vidas anteriores mas, pela vulnerabilidade extrema em que se encontram, acabaram por chegar à (vida na) rua. Apesar de estarem a viver nela, os seus referenciais sociais orientadores encontram-se fora dela e ainda não



desenvolveram relações com outros indivíduos sem-abrigo. É uma etapa em que as pessoas rejeitam cognitivamente e socialmente a sua posição de «sem-abrigo», afirmando o carácter «temporário» da situação que experienciam, fazendo referências ao seu passado próximo e desenvolvendo projectos para regressar à sociedade domiciliada. Contudo, uma grande parte destes projectos não têm sucesso, e os indivíduos vão-se adaptando à vida na rua, vão desenvolvendo laços com outras pessoas sem-abrigo e vão organizando as suas vidas em torno da sobrevivência *na rua*. Os seus planos para dela sair vão-se tornando menos claros, redundando muitas vezes em vagas ideias de «arranjar trabalho e uma casa» mas sem maiores especificações narrativas ou ao nível dos comportamentos. Esta progressão na *carreira de sem-abrigo* leva a que os sujeitos se adaptem à vida na rua. Todavia, o processo demora tempo, e, em geral, implica que se passe por uma fase de adaptação parcial à rua: com o decorrer do tempo na vida na rua, os indivíduos passam a estar «com um pé nela e com outro fora dela», *i.e.*, experienciam uma ambivalência profunda no tocante aos seus referenciais orientadores, parcialmente localizados na sociedade domiciliada e parcialmente focados na rua. Apesar de ser possível permanecer indeterminadamente nesta ambiguidade, de modo tendencial, para a maioria dos indivíduos que por ela passam, ela é uma fase de transição entre a desorientação dos referenciais sociais experienciada nos primeiros tempos e a adaptação total à vida na rua. Com esta progressão no processo de sem-abrigo traduzida em adaptação total, os indivíduos passam a estar inteiramente orientados para a vida na rua, tendo desenvolvido rotinas, estratégias e relações com outros sem-abrigo que têm como objectivo a sobrevivência *na rua* e não a saída dela. A adaptação identitária dos sujeitos é aqui total: cognitivamente, eles *são sem-abrigo* e a sua relação com a sociedade domiciliada só existe negativamente ou através da nostalgia com que reconstroem as suas narrativas biográficas e relembram o passado domiciliado (Snow e Anderson, 1993; Gowan, 2000, Damon, 2008; Gowan, 2010).

Os indivíduos sem-abrigo vão perdendo identificações com a sociedade domiciliada e desenvolvendo outras nos novos ambientes em que se encontram e interagem. Estas alterações identitárias são formas dos sujeitos fazerem face à dureza da vida na rua, caracterizada pela escassez de recursos materiais e sociais. Estas «re-identificações» devem ser encaradas como um fenómeno que mescla estratégias conscientes e processos inconscientes de adaptação dos indivíduos sem-abrigo às suas

condições de existência. Através delas, eles sobrevivem psicossocial e materialmente num contexto de fortes constrangimentos.

As identidades dos sujeitos são construídas por identificações várias que surgem nas interações dos indivíduos uns com os outros. Elas são relacionais e esta sua componente deve ser considerada. Assim sendo, o conceito de desafiliação não pode ser aplicado ao fenómeno dos sem-abrigo sem nos consciencializarmos de que ele é somente um dos termos de um binómio. A dimensão processual da desafiliação não chega a um fim linear e simples, tal como o próprio fenómeno dos sem-abrigo não chega. Mesmo após se ter consumado a ruptura com os laços que ligavam os indivíduos sem-abrigo à sociedade domiciliada, estes sujeitos não permanecem num «limbo existencial e relacional», mas têm capacidade de acção parcial para lidar com o esquema figuracional em que são estruturalmente localizados. Deste modo, se os indivíduos se «desafiliam», eles também se «re-afiliam» nos novos ambientes em que interagem (Snow e Anderson, 1993; Gowan, 2000; Meert *et al.*, 2003, 2006; Damon, 2008; Gowan, 2010). Ou seja, ao mesmo tempo em que se vão afastando da sociedade domiciliada e das relações que nela mantinham, vão desenvolvendo novas relações sociais na vida na rua. Não querendo com isto defender que os indivíduos sem-abrigo se inscrevem progressivamente numa «contra-cultura da rua», é razoável afirmar que eles criam de modo gradual afiliações com os seus «pares» e estas são fundamentais para as suas vidas, fornecendo-lhes suporte material (ainda que fraco, devido à precariedade e privação caracterizadoras da vida na rua). Mas dão-lhes igualmente suporte emocional, *i.e.*, possibilitam a manutenção do *self* através da validação positiva pelos «pares», sobrepondo-se o grupo de referência com o de pertença, permitindo que os sujeitos que ocupam as posições sociais desvalorizadas das nossas sociedades não sintam constantemente a desqualificação social e o estigma associado aos lugares sociais que ocupam (Snow e Anderson, 1993; Gowan, 2000; Lemos, 2000; Gowan, 2010).

Portanto, os actores sem-abrigo não perdem a sua capacidade de interação ao viverem na rua; o que muda são os tipos de laços e as formas como a interação se processa, mas os indivíduos sem-abrigo continuam a relacionar-se com outros sujeitos – com os seus «pares», com agentes das instituições «assistencialistas», eventualmente, com indivíduos domiciliados com quem se relacionavam antes de chegarem à rua. As capacidades de fazer, pensar e interagir alteram-se e adaptam-se, mas não desaparecem (Snow e Anderson, 1993; Garnier-Muller, 2000; Gowan, 2000; Zeneidi-

Henry, 2002; Gaboriau, 2004; Proth e Joseph, 2005; Meert *et al.*, 2006; Pais, 2006; Mateus, 2007; Damon, 2008; Lyon-Callos, 2008; Gowan, 2010). Apesar de Castel dizer que os indivíduos sem-abrigo conhecem “situações extremas que associam expulsão total da ordem do trabalho e isolamento social” (2009: 672), importa compreender que há novas ligações que se estabelecem quando as primeiras são rompidas. Se assim é, “para além da expressão representada [*imagée*], é ao considerarmos o par afiliação/desafiliação que podemos compreender a carreira dos sem-abrigo no tempo bem como as formas que podem apresentar a sua vida quotidiana” (Damon, 2008: 165).<sup>21</sup>

### 2.3. A importância dos laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo

Perspectivar o fenómeno dos sem-abrigo segundo o binómio desafiliação/afiliação implica considerarmos a centralidade dos laços sociais no tema. Estes são importantes quer para compreendermos as *causas* do fenómeno – alterações estruturais nas relações entre indivíduos e esferas da sociedade – quer para entendermos as *formas* que essas causas assumem nas vidas dos sujeitos – despedimento, divórcio/separação, ausência de suporte de outros indivíduos aquando da perda da habitação.

Os laços sociais são fundamentais para os sujeitos em duas dimensões sobrepostas: a protecção e o reconhecimento. Como afirma Paugam,

os laços são múltiplos e de natureza diferente, mas eles fornecem todos aos indivíduos simultaneamente a protecção e o reconhecimento necessários à sua existência social. A protecção remete para o conjunto de suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos acasos da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais...), o reconhecimento remete para a interacção social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e da sua valorização aos olhos do outro e dos outros. A expressão «contar com» [*«compter sur»*] resume bastante bem o que o indivíduo pode esperar da sua relação com os outros e com as instituições em termos de protecção, enquanto que a expressão «contar para» [*«compter pour»*] exprime a esperança, igualmente vital, de reconhecimento (2010: 63).

---

<sup>21</sup> O próprio Castel admite esta possibilidade de «re-afiliação», se bem que não a desenvolva. “Aquilo a que eu chamei desafiliação poderia trabalhar-se para mostrar que ela não equivale necessariamente a uma ausência completa de laços, mas sobretudo à ausência de inscrição do sujeito em estruturas que forneçam um sentido” (Castel, 2009: 673). Sobre a necessidade de considerar a desafiliação juntamente com a afiliação na análise sociológica geral, *cf.* Bacqué e Sintomer (2001).

Segundo Paugam (*ibid.*: 63-77), em função das formas particulares de protecção e de reconhecimento que os laços fornecem aos indivíduos, é possível distinguir quatro tipos de laços sociais. (i) O *laço de filiação* – familiar e, sobretudo, entre pais e filhos – remete para uma dimensão não escolhida dos laços sociais. Ao nível da protecção, ele envia-nos para a possibilidade de contar com a solidariedade familiar, portanto, sobretudo entre próximos. Do lado do reconhecimento, o laço de filiação remete para uma dimensão afectiva: importamos para os indivíduos de que somos próximos. Segundo Paugam, “o laço de filiação (...) constitui o fundamento absoluto da pertença social” (*ibid.*: 65), cumprindo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos (*id.*, *ibid.*: 64-68).

(ii) O *laço de participação electiva* é o que liga cônjuges, amigos e outros próximos escolhidos (ao contrário da família de origem). Estes próximos escolhidos fornecem também protecção e reconhecimento (na medida em que importamos para eles). A principal diferença deste laço em relação ao anterior é o carácter de selecção que pressupõe – dentro de certas tendências e constrangimentos estruturais na orientação destas escolhas, o laço de participação electiva baseia-se na construção individual da rede de pertença (*id.*, *ibid.*: 68-71).

(iii) O *laço de participação orgânica* implica uma forma de protecção contratualizada consubstanciada no emprego estável, e um tipo de reconhecimento social pelas funções laborais desempenhadas. Apesar deste laço dizer directamente respeito à posição dos indivíduos face ao trabalho, ele ultrapassa-a, denotando grande complementaridade entre os diferentes tipos de laços sociais. A protecção social estatal continua a ser uma forma de protecção política derivada do lugar que os sujeitos ocupam na esfera laboral. Ou seja, particularmente os direitos sociais e económicos são sobretudo derivados do estatuto dos indivíduos enquanto trabalhadores. De forma adicional, a actividade profissional desempenhada é ainda importante nos nossos dias – apesar da reestruturação do mercado laboral – para a construção identitária dos indivíduos (*id.*, *ibid.*: 71-75). Para Paugam, “podemos então definir o tipo ideal de integração profissional como a dupla garantia de reconhecimento material e simbólico do trabalho e de protecção social que deriva do emprego” (*ibid.*: 73). Assim sendo, a integração profissional oscila ao longo de um eixo que vai desde a «integração plena» – estabilidade do emprego e satisfação com o trabalho – até à

«integração desqualificante» – insatisfação com o trabalho e instabilidade do emprego (*id.*, *ibid.*: 74-75).

(iv) Por último, o *laço de cidadania* liga membros de uma mesma comunidade política, garantindo-lhes protecção jurídica – direitos civis, políticos e sociais – graças ao princípio de igualdade perante a lei, e acarreta um reconhecimento do sujeito enquanto cidadão, *i.e.*, enquanto indivíduo soberano, capaz de agir no seio de um corpo político reivindicando direitos e cumprindo deveres (*id.*, *ibid.*: 75-76).

Dada a fragilização da protecção e do reconhecimento e o aumento da vulnerabilidade e da precariedade discutidos (Castel, 2008, 2009; Paugam, 2010), os laços sociais que ligam os indivíduos às esferas da sociabilidade (laços de filiação e de participação electiva), laboral (laço de participação orgânica) e política (laço de cidadania) encontram-se a sofrer processos de debilitação (Paugam, 2010). Como afirma Paugam,

as garantias sociais obrigatórias são menos colectivas e menos generosas [hoje em dia, do que eram durante o «período áureo do Estado Social»]. As noções clássicas de universalidade dos direitos, de prevenção, de redistribuição institucionalizada são pouco a pouco substituídas por noções de responsabilidade individual, de delimitação [*ciblage*] da protecção social, de consideração [*prise en compte*] individual das necessidades. Como consequência, a solidariedade é frequentemente compreendida como uma acção minimalista, reservada à esfera da assistência aos mais desfavorecidos. Falamos delas essencialmente em termos de custo para a colectividade (2010: 83).

Neste contexto estrutural, a ruptura dos laços que ligavam os indivíduos à sociedade é mais fácil do que anteriormente. Ainda que cada tipo de laço acarrete especificidades nessa ruptura e que a quebra de um tipo de laço não implique obrigatoriamente o fim de outros tipos, há um efeito cumulativo a ter em conta: se diferentes tipos de laços são complementares e interdependentes, então, face à ruptura de um tipo particular, aumenta o risco de novas perdas de vínculos (*id.*, *ibid.*: 93-94). O conceito de desfiliação de Castel (2009) analisa precisamente esta multiplicidade de desligamentos com diversos tipos de elos de união. O fenómeno dos sem-abrigo, no seguimento do que foi dito, é, então, fruto do enfraquecimento drástico de diferentes tipos de laços sociais.



### **3. A BIOGRAFIA DE RUI BOTELHO COMO CASO EXEMPLAR**

Se o enfraquecimento dos diversos tipos de laços sociais se apresenta como factor explicativo do fenómeno dos sem-abrigo, tal não nos deve levar a pensar que tudo o que há nas biografias de quem vive na rua são perdas. Estas estão bem presentes nas histórias de vida destes indivíduos, mas há outras dimensões e processos a considerar. Como foi referido, o enfraquecimento dos laços sociais expresso pela noção de desafiliação é complementado por inúmeras afiliações concomitantes: no processo que leva um indivíduo até à rua, há relações que terminam, outras que se constroem, que se desfazem, que se voltam a consolidar. Os laços com familiares, amigos e conhecidos podem romper-se com a chegada à rua, mas podem também reconfigurar-se, permanecendo, mas fornecendo menor protecção e reconhecimento. Do mesmo modo, o caminho até à rua pode ser marcado por um afastamento do mercado de trabalho regular, mas os actores sem-abrigo podem continuar a trabalhar, ainda que o façam de modo pontual e irregular, que, novamente, não lhes assegura a protecção nem o reconhecimento que um laço de participação orgânica estável garantiria. Do lado dos laços de cidadania, se os indivíduos sem-abrigo podem ver certos direitos negados, pondo em causa uma forma específica de ligação ao corpo sociopolítico mais vasto no seio do qual residem, isto não implica forçosamente que não exista algo que ligue quem vive na rua às várias instituições estatais.

Para compreendermos a importância dos laços sociais na vida dos indivíduos sem-abrigo, bem como a forma particular que esses laços nelas assumem, é fulcral analisarmos intensivamente as biografias dos sujeitos. Como Rui Botelho me disse uma vez, “cada pessoa tem uma história”, e essa história deve ser conhecida e analisada para compreendermos o fenómeno dos sem-abrigo numa perspectiva intensiva e longitudinal. É certo que tal procedimento metodológico não nos permite induzir dados da micro-realidade estudada para a macro-realidade em que o fenómeno dos sem-abrigo existe. Contudo, como foi dito, a análise da história de vida de Rui é aqui usada como caso exemplar no fenómeno dos sem-abrigo. Como afirma Machado Pais, “ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode nunca representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir” (2003: 109). Portanto, a biografia de Rui não deve ser interpretada com algo

inteiramente idiossincrático: ela apresenta semelhanças com outras vidas, e estas pareças não devem ser subvalorizadas.

De que vida falamos nós, então? De uma história dominada, marcada pela pobreza, pela violência, pela falta de oportunidades. Não devemos pensar, contudo, que Rui é uma «vítima passiva»<sup>22</sup> no meio de uma série de constrangimentos estruturais: coisas – boas e más; apesar de terem sido mais más que boas – aconteceram-lhe durante os seus 52 anos de vida, mas ele desempenhou um papel no seu desenvolvimento, ainda que o tenha feito dentro de um conjunto de possibilidades limitadas de acção. É também certo que, por vezes, é difícil apercebermo-nos da sua agência dada a força dos factores estruturais que parecem tornar «inevitável» que ele tenha chegado à rua. Mas no quadro da falta de escolha, opções são tomadas em detrimento de outras. A agência existe e é, sobretudo, reivindicada, tácita ou explicitamente, das mais diversas maneiras, no seu quotidiano dominado e na forma como encara retrospectivamente o seu passado. Também ao pensar no futuro, apesar das dificuldades que se colocam ao acto, a acção individual surge como condição *sine qua non* para que seja possível contemplar uma vida melhor, ainda que tal seja feito sem grande esperança.

Uma nota metodológica é ainda relevante para a compreensão da leitura desta biografia. É o papel dos laços sociais que se procura compreender; a forma que estes assumem, os tipos de protecção e reconhecimento que eles propiciam ou deixam de propiciar. Esta forma não é estática; ela altera-se com a sucessão de acontecimentos nas vidas dos sujeitos. A vida é descontínua, o caminho que ela segue muda várias vezes. Esta descontinuidade é relevante para a análise sociológica, tornando-se necessária a mobilização de uma metodologia «pós-linear» que dê conta dela (Pais, 2003). Assim sendo, é importante olharmos para os *pontos de inflexão* (Hareven e Masaoka, 1988) que ocorreram na biografia de Rui e que a reorientaram. Para Hareven e Masaoka, os *pontos de inflexão* correspondem às “avaliações subjectivas dos indivíduos de continuidades e descontinuidades ao longo das suas vidas, especialmente ao impacto de eventos biográficos ocorridos num ponto anterior da vida sobre outros

---

<sup>22</sup> Cf. Brousse, Firdion e Marpsat (2008: 5) sobre as visões contraditórias dos indivíduos sem-abrigo como «vítimas passivas», inteiramente sujeitas aos constrangimentos estruturais, e «vítimas activas», detentoras de agência e reflexividade *apesar* desses constrangimentos. A perspectiva deste texto, situada numa postura crítica do funcionamento estrutural, assume a «actividade das vítimas», algo que se torna claro ao observarmos a história de vida de Rui.



subsequentes. Em alguns casos, os «pontos de inflexão» são percebidos como mudanças críticas, noutros como novos inícios” (*ibid.*: 272). Portanto, tratam-se de acontecimentos que são retrospectivamente interpretados como significativos para que a sua biografia siga um rumo particular em detrimento de outros.

O tempo é um factor importante para a compreensão dos *pontos de inflexão*: “um *ponto de inflexão* não é um evento isolado de curta duração. Também não implica um salto repentino de uma fase para outra. Um *ponto de inflexão* é um processo que envolve a alteração do percurso de vida, uma “correção de curso”” (*id.*, *ibid.*: 274). Assim sendo, o conceito remete, sobretudo, para acontecimentos cuja influência se sente durante um período de tempo mais ou menos longo após sucederem (*id.*, *ibid.*: 274).

Apesar de Hareven e Masaoka atribuírem a interpretação das mudanças biográficas aos próprios sujeitos que as experienciam, não é isso que faço neste texto. A auto-interpretação de Rui é relevante e influencia a minha visão sobre a sua vida. Mas a decisão sobre o que é significativo como «momento de viragem biográfica» é assimétrica, pertencendo-me. Apesar da aproximação aos (e dos) sujeitos defendida, um certo diferencial de poder permanece e esta decisão indica-o. Em última análise, o que conta como *ponto de inflexão* é o que tem o aval do investigador.

Na biografia de Rui, os *pontos de inflexão* e os laços estão intimamente ligados. Por um lado, alterações num laço ou conjunto de laços levam à ocorrência de *pontos de inflexão*. Por outro lado, de forma circular, os *pontos de inflexão* que ocorreram na sua vida originaram alterações nos laços. Numa e noutra situação, o grau e o tipo de protecção e de reconhecimento que os laços comportavam modificaram-se. Em alguns casos, foram relações que terminaram ou que se iniciaram; noutros, estas relações foram reconfiguradas. Para compreendermos o papel dos laços na vida de Rui, temos de olhar para o modo como esta vida se foi modificando. Isto não é um objectivo em si mesmo mas sim uma forma específica de observar os laços. Por este motivo, antes de discutir o papel dos laços na biografia de Rui, é útil reflectir sobre as suas inflexões.

### **3.1. A vida de que se fala e os seus *pontos de inflexão***

Apesar da agência ser importante, constrangimentos vários estiveram sempre presentes na vida de Rui. Logo aos 2 meses foi colocado pelos pais numa instituição, onde viveu até aos 12 anos, quando estes o foram buscar. Antes disso, não conhecia a

família: os pais e os 9 irmãos (6 mulheres). A decisão de o retirar da instituição foi motivada pelas dificuldades financeiras que a família conhecia. Rui chega a casa dos pais com o propósito de ir ganhar dinheiro para a família. Foi obrigado a mendigar de porta em porta. Era agredido pelo pai quando não obtinha dinheiro.

O medo das agressões levou-o a procurar trabalho na construção civil. Um dia em que não tinha ainda obtido dinheiro, passou por um prédio em construção e decidiu entrar. Sem falar com ninguém, começou a trabalhar, carregando baldes de cimento e ferramentas para ajudar os operários, que aceitaram tacitamente a sua presença. Passado algum tempo, o responsável pela obra deparou-se com Rui a trabalhar e perguntou aos operários quem ele era, questão à qual ninguém soube responder. Rui disse-lhe que procurava trabalho, mentindo acerca da sua idade dado que não tinha ainda os 14 anos mínimos para trabalhar. O responsável pela obra aceitou que ele trabalhasse nesse dia, dizendo-lhe para lhe levar a certidão de nascimento no dia seguinte para confirmar a sua idade. O documento nunca foi entregue e a situação irregular não voltou a ser mencionada por nenhum dos envolvidos. No fim do dia, Rui contou aos pais que tinha arranjado trabalho, o que foi bem aceite por estes. Com 12 anos, iria ganhar tanto quanto o seu pai, aumentando significativamente o rendimento familiar. Algumas das irmãs trabalhavam também, mas só Rui era obrigado a entregar todo o salário aos pais.

A saída da instituição e entrada em casa dos pais constitui um *ponto de inflexão* na vida de Rui que se reflecte a vários níveis. É este o momento em que descobre que tem uma família, mas é também o período em que a violência entra na sua vida. É certo que a institucionalização aos 2 meses é em si mesma violenta, mas a casa dos pais é palco de agressões frequentes do pai, dirigidas tanto a Rui como à mãe. Frequentemente, o pai chegava a casa alcoolizado e agredia os membros da família, expulsando-os de casa até ficar sóbrio. A violência estará sempre presente na vida de Rui, ainda que assuma formas diferentes em momentos distintos.

A entrada precoce no mercado de trabalho tem também uma grande importância, correspondendo a um conjunto multidimensional de factores relevantes que se continuarão a sentir passados vários anos. A construção civil será a área em que Rui irá predominantemente trabalhar. Apesar de, em diferentes momentos, Rui entrar e sair do mercado de trabalho por razões diversas, regressará várias vezes ao seu trabalho de “pedreiro e pintor de primeira categoria”. Este constitui uma fonte de rendimento importante em vários períodos, mas também um referencial de

identificação significativo – ainda hoje, na rua há mais de 3 anos, e sem trabalhar neste período, a actividade profissional desempenhada é um factor importante na identidade de Rui.

A entrada no mercado de trabalho é também relevante numa outra dimensão. Quando trabalhava há cerca de 1 mês neste primeiro emprego, Rui cai numa obra e a queda causa-lhe um traumatismo craniano. Novamente, há uma «bifurcação» para o imediato e para o longo prazo. A longo prazo, Rui vai atribuir à queda a epilepsia que marca decisivamente a sua vida, apesar do primeiro ataque se ter dado apenas aos 18 anos. No plano imediato, Rui perde o emprego. A queda provoca a hospitalização de Rui e leva a uma investigação policial no decurso da qual a idade de Rui é conhecida. Tanto os pais como os responsáveis da empresa negam quaisquer responsabilidades pela situação ilegal. Apesar de o caso não ter repercussões legais, Rui não pode continuar a trabalhar. Rui deixa de ser uma fonte de rendimento para a família e os pais voltam a colocá-lo na instituição de onde tinha saído sob o pretexto de que a casa era pequena demais para que Rui aí pudesse viver.

Passados cerca de 6 meses da nova institucionalização, Rui decide fugir e regressar a casa dos pais. Achava que era mal-tratado na instituição e, agora, sabia que tinha uma família à qual desejava voltar. Rui corre 16 quilómetros pelo mato até chegar a casa dos pais. Ao chegar lá, descobre que a família tinha mudado de residência. Através de uma vizinha, descobre a nova morada e dirige-se para lá. À chegada, foi mal recebido pela mãe, que desejava que o filho regressasse à instituição. O pai, porém, decide que o filho ficaria com eles, indo trabalhar consigo, novamente na construção civil. A fuga da instituição e o regresso a casa dos pais – desta vez, durante alguns anos – constitui a fixação de Rui no ambiente familiar. A pobreza, o trabalho como menor de idade e a violência física continuam, mas, até à idade adulta, Rui vai ficar com a família.

Um novo *ponto de inflexão* ocorre por volta dos 17 anos de Rui. Com esta idade, conhece Eva, a futura companheira e mãe dos seus 2 filhos. Eva, também com 17 anos, conhecia algumas irmãs de Rui e vai viver para sua casa. A família de Rui não o sabia na altura, mas Eva era casada. Com 16 anos tinha sido obrigada pelos pais a casar-se com um homem mais velho e, passado cerca de 1 ano, separaram-se. Sem conhecerem o seu estado civil, tanto Rui como alguns dos irmãos ficaram interessados nela, uma mulher bonita. Com o passar do tempo, o estado civil de Eva acaba por ser conhecido pela família de Rui, mas o interesse não diminui. Uma noite, Rui e Eva

tiveram relações sexuais na sala da casa e a família de Rui soube, não aprovando a situação dado que Eva era casada.

O início da relação com Eva é relevante a vários níveis. Como Rui me disse mais de uma vez, ela foi “a mulher da sua vida”. Nunca se casaram e, durante os primeiros tempos juntos, Eva permanecia casada com o primeiro marido, mas a ligação legal é subvalorizada por Rui perante a ligação emocional. Contudo, a relação foi turbulenta. Por várias vezes, Rui e Eva separaram-se e voltaram a juntar-se. Nos períodos de separação, Rui envolveu-se com outras mulheres, ainda que nunca tenha atribuído a essas relações passageiras a mesma intensidade emocional da relação com Eva. Dela nasceram os 2 filhos de Rui – Mário e Ivo. Rui viveu pouco tempo com eles, menos ainda com Mário. Mesmo com os nascimentos dos filhos, a relação com Eva continuou a não ser bem aceite pela família de Rui.

Por mais de uma vez, o casal foi forçado a mudar de habitação. Quando Mário nasceu, foram expulsos da casa da família de Rui. O casal viveu por períodos de tempo que vão desde poucas semanas até vários meses em casas de familiares de Rui – uma das irmãs, já casada e com filhos; uma tia. Ainda que as portas destas habitações se abrissem para o casal, Rui sente que a sua relação continuava a ser mal aceite, motivo pelo qual novas mudanças de residência ocorriam. A saída de casa da irmã de Rui é concomitante com uma separação entre Rui e Eva. Esta vai viver para casa dos seus pais, levando Mário consigo, ainda com menos de um ano de idade. A partir deste momento, Rui não voltará a viver com este filho, que permanecerá com a avó materna.

Rui e Eva voltam a juntar-se e nasce o segundo filho do casal. Aquando do nascimento de Ivo, o casal vivia novamente na casa dos pais de Rui. Uma nova expulsão ocorre, dizendo a família de Rui que o recém-nascido fazia muito barulho, o que incomodava os restantes residentes. Após uma passagem de poucas semanas em casa de uma tia de Rui, o casal e o bebé vão viver para casa de Maria, a madrinha de Ivo. Aí viveram durante alguns anos, Rui, Eva, Ivo, Maria e o seu marido. Ainda que Rui gostasse de Maria, a relação com o marido desta era conflituosa. Quando este se alcoolizava, perturbava o casal e agredia Maria. Um caso exemplifica o incómodo causado pelo marido de Maria. Numa tarde em que Rui não se encontrava em casa, este entrou no quarto onde Eva se encontrava, e ofereceu-lhe dinheiro em troca de sexo, tendo tido uma bofetada como resposta. Apesar destes acontecimentos, Rui considera que os anos em que viveu nesta casa foram felizes pois estava com a companheira e o filho.

Passados alguns anos aí a viver, um novo *ponto de inflexão* ocorre. Rui, juntamente com Nuno, o irmão mais novo, e um dos cunhados, tinha cometido alguns furtos a residências e a entidades privadas, quando ninguém se encontrava no seu interior. Foram apanhados pela polícia e condenados a penas de prisão. Rui passou cerca de 7 anos preso. Após a pena, Rui permaneceu cerca de 2 anos em liberdade. Depois disso, um assalto falhado a uma ourivesaria motivou uma nova pena de 4 anos de prisão. A passagem pela prisão tem impactos em três dimensões. Por um lado, Rui nunca mais voltará a viver com nenhum dos filhos. Já não vivia com Mário e Ivo ficará a partir desta altura a viver com a madrinha e o seu marido. Por outro lado, a própria estadia na prisão é significativa para Rui. Com os constrangimentos óbvios que esta implica, surgiram também oportunidades na sua vida – voltou a estudar, algo que tinha deixado de fazer aquando da primeira desinstitucionalização e de que gostava; teve a possibilidade de ler e escrever, actividades que lhe dão também prazer, chegando a ganhar um prémio literário para presidiários com um conto que escreveu. Em terceiro lugar, a prisão reflecte-se na relação com Eva. No início da segunda entrada na prisão, Eva visita Rui. Na terceira visita, Rui disse-lhe que não tinha o direito de a fazer passar por aquela situação novamente; disse-lhe que ela ainda era nova e que podia refazer a sua vida, não tendo de esperar por ele, uma vez que tinha sido ele a cometer um erro e não ela. Esta será a separação definitiva do casal e não se voltarão a ver depois disso.

Quando Rui sai da prisão volta a trabalhar na construção civil como subempreiteiro. Durante alguns anos teve uma ligação estável ao mercado de trabalho, tendo alguns funcionários a seu cargo. O trabalho abundava e conseguia ganhar dinheiro suficiente para ter alguma estabilidade económica. Contudo, no início do milénio, Rui tem uma crise epiléptica no trabalho, presenciada por outros operários da empresa para a qual trabalhava na altura. Esta assume-se como um novo *ponto de inflexão* fundamental na sua vida. Exceptuando os anos que passou preso, Rui trabalhou na construção civil, sabendo durante décadas que era epiléptico mas conseguindo esconder dos empregadores a doença. Quando um ataque é presenciado, isto deixa de ser possível. Sendo conhecido como epiléptico, deixa de poder desempenhar várias das actividades profissionais que desempenhava (e.g., trabalhar em andaimes). A sua empregabilidade reduz-se. O trabalho começa a escassear e o que ainda é obtido é pior remunerado que anteriormente. De forma concomitante, o mercado da construção civil entra em crise, diminuindo bastante o trabalho disponível no sector. As dificuldades financeiras de Rui agravam-se progressivamente e este decide emigrar

em busca de trabalho. Passa cerca de 1 ano em Espanha, em trabalhos precários na construção civil e na agricultura. A situação vulnerável e precária que conhecia em Portugal não melhora com este movimento migratório, motivando uma segunda mudança de país, desta feita, para França.

Rui chega a Toulouse, onde conhece um primeiro período, ainda que curto, de vida na rua, correspondendo a uma nova *inflexão* significativa. Durante 4 dias, Rui foi «sem-abrigo», dormindo na soleira da porta de uma igreja, sendo “alimentado pelo padre a latas de atum”, como me contou mais de uma vez. Para obter dinheiro, mendiga de porta em porta e à porta da igreja, durante a missa.

Nesta primeira entrada na vida na rua, Rui conhece pela primeira vez a estigmatização e a discriminação que o rótulo de «sem-abrigo» traz associado. A sensação de que outros actores – domiciliados – interagem consigo numa posição desigual que o prejudica e que, no decurso da interacção, o tratam como um «ser-menos-que-humano» está bem presente no discurso actual de Rui. A sua primeira experiência com esta desqualificação deu-se em Toulouse, ao tentar usar a casa de banho de um café. Nesse momento, Rui sentiu na pele as palavras escritas por Jack London, ao chegar ao *East End* londrino, no início do século XX: “tive a perfeita sensação de que o preço da minha vida diminuía na proporção directa da qualidade das minhas roupas” (London, 2002: 19). Na rua durante alguns dias e sem tomar banho, com aquilo que me descreveu como “uma barba de sem-abrigo”, Rui entrou no café e pediu para ir à casa de banho lavar-se. O casal proprietário do estabelecimento proibiu-o de o fazer e mandou-o lavar-se num lago próximo, que consideravam ser o local apropriado (merecido) para os «sem-abrigo» se lavarem.

Meses após isto ter sucedido, Rui encontrava-se a trabalhar na construção civil, em Toulouse, e passava frequentemente por este café, mas recusava-se a entrar. Contudo, um dia decidiu deslocar-se lá, segundo ele, com uma apresentação estética que não o desvalorizava, e pedir um café. Pagou-o e disse aos proprietários que era ele o indivíduo a quem, meses antes, eles tinham dito para se lavar no lago, criticando o comportamento do casal de forma veemente. À saída, encontrou um indivíduo a dormir na rua, do outro lado da estrada da porta do café, e fez questão de ir levantar dinheiro a uma caixa multibanco próxima, dentro do alcance visual do café, e de, sendo visto pelo casal, dar uma nota de 20 euros ao indivíduo que dormia na rua. Fê-lo pois sentiu uma grande necessidade de se diferenciar da atitude de que tinha sido vítima, e,

também, de tornar a crítica que tinha tecido ao comportamento do casal ainda mais severa.

Entre estes dois acontecimentos, alguns meses decorreram. Quando Rui estava há 4 dias na rua, sentia-se desesperado. Face à escassez de opções, poderia regressar a Portugal ou procurar trabalho e casa onde estava. Escolheu a segunda opção. Caminhou sem destino durante alguns quilómetros até uma vila nos arredores de Toulouse, simultaneamente desesperado e esperançoso. Ao falar deste percurso, Rui diz-me que, apesar de não ter um rumo determinado, uma vez que tinha já chegado à rua, não se importava com o que iria encontrar no final do trajecto: se ficasse a dormir na rua no fim de alguns quilómetros, a sua situação não estaria pior do que aquela em que já se encontrava. Apesar da pobreza e da vulnerabilidade, a chegada à rua era ainda recente, o que lhe permitia encarar a saída como uma possibilidade mais provável do que hoje, após mais de 3 anos na rua. Passados alguns quilómetros, encontrou um indivíduo em cima do telhado de uma casa. Ele e a sua esposa deram-lhe comida e roupa, e disseram-lhe que, umas casas adiante, vivia uma família portuguesa que, eventualmente, o poderia ajudar. Rui foi até lá e conheceu a família, com a qual acabou por ficar a viver durante vários meses.

A importância desta família para Rui é enorme. Apesar da sua relação com ela ter terminado mal, retrospectivamente, Rui refere-se-lhe como a “família que nunca tive”. Junto dela, Rui encontrou um conjunto de laços de participação electiva que, pelo menos durante os primeiros meses de convívio, foi sentido como filiação. Sentia o casal – Gil e Ana – como seus “irmãos mais velhos” e os filhos – Gil júnior, Manuela e Paula – como seus “irmãos mais novos”. Gil arranhou emprego a Rui, na empresa de construção civil em que trabalhava. Os dois constituíam uma equipa. Aos sábados, Gil realizava alguns trabalhos exteriores à empresa, nos quais incluiu Rui. Quando este precisou de um fiador para abrir uma conta bancária, Gil desempenhou essa função. Passados vários anos desde que vivera com Eva, Rui encontra nesta família os laços mais fortes que conheceu. Através do contacto com estes indivíduos, Rui acede às pequenas coisas do quotidiano que, naquele momento, não estavam ao seu dispor através dos seus laços de filiação: as refeições em família, as viagens de lazer, o acto de ir a um café jogar um jogo de bilhar com Gil, os períodos após o jantar em que Rui via televisão junto das filhas do casal.

Esta “família que nunca teve” acabou por se transformar, para Rui, em mais uma história de dor e violência na sua biografia. Rui atribui parcialmente o desfecho

infeliz dos acontecimentos à inveja que Gil e Ana sentiam a seu respeito. Rui receberia cerca de 1800 euros mensais – muito mais do que conseguiria auferir em Portugal num emprego equivalente. Para além disso, os seus sábados eram passados a trabalhar com Gil, recebendo cerca de 200 euros semanais adicionais. Este trabalho aos sábados era encarado por Rui com prazer e garantia-lhe o dinheiro que seria gasto na semana seguinte. Colocava todos os meses cerca de 1000 euros na conta bancária que tinha em França – uma novidade valorizada na vida, dado que nunca tinha tido uma conta bancária em Portugal, mesmo nos melhores períodos da sua vida laboral. A sua única despesa corrente adicional eram os 500 euros que entregava à família com que vivia, em troca de alimentação e estadia – num quarto seu, fora da casa em que a família residia, mas na mesma propriedade. Rui sentia-se feliz durante os primeiros meses.

Todavia, Rui começou a sentir a inveja que Gil e Ana tinham de si. Rui começou a ganhar o respeito de alguns dos colegas de trabalho e, especialmente, do patrão, que ficou bem impressionado com a iniciativa e a capacidade de trabalho por si demonstradas. Esta boa impressão traduziu-se, segundo Rui, no medo de Gil (e, por conseguinte, de Ana) de que este o fosse substituir, apesar de trabalhar para a empresa há pouco tempo e de ter obtido o emprego através de Gil. O facto de Gil ser analfabeto e de Rui ser alfabetizado não diminuía o problema: a sua primeira função diária implicava que todos os funcionários se deslocassem ao escritório da empresa para verem os faxes com encomendas de trabalho que tinham chegado, o que era feito por Rui. Gil sentir-se-ia colocado num lugar inferior aos olhos do empregador. Rui disse-me que “estava a subir muito rápido na vida”.

Passados alguns meses da chegada de Rui, quando a relação estava já tensa, um novo factor de complicação e potencial conflito foi introduzido. Um dia, enquanto trabalhava com Gil, Rui teve uma crise epiléptica. Nunca lhes tinha dito que tinha epilepsia. Não reagiram bem. Terão ficado preocupados com Rui mas, sobretudo, consigo mesmos. Rui considera que o casal teve medo de que, caso acontecesse «algo» devido à epilepsia, eles pudessem ser responsabilizados. Já tinham passado os «bons meses iniciais» e Rui sentia já a degradação da sua relação com o casal, traduzida na inveja que afirma que eles sentiam por si. A epilepsia era um tema de conflito adicional; o risco de um novo ataque era temido por Gil e Ana. Rui tentou explicar-lhes que doença tinha, mas diz-me hoje que eles não tinham formação escolar para o poderem compreender. Procurou também descansá-los, dizendo-lhes que se encontrava em situação legal em França, dado que era cidadão comunitário, e que



tinha um contrato de trabalho válido com a empresa. Tentou demonstrar ao casal que eles nunca poderiam ser responsabilizados por nada que lhe acontecesse devido à sua doença. Eles ficaram assustados de qualquer forma e Gil reportou a crise ocorrida enquanto trabalhavam – que não fora presenciada por mais ninguém – à empresa. Rui temeu pelo seu emprego, lembrando-se do que acontecera em Portugal, enquanto trabalhava no mesmo sector. Todavia, o patrão não ficou preocupado; disse apenas a Rui para este ter cuidado no trabalho. Ao contar-me que Gil reportou a sua crise à empresa, Rui atribui o seu acto a uma mescla de medo e inveja, considerando que Gil procurou fragilizar a sua posição na empresa ao revelar a doença.

A relação de Rui com o casal com quem vivia foi-se degradando, tendo chegado a um ponto que considerou insustentável quando, ao aproximar-se do final do contrato com a empresa para que trabalhava, lhe foi proposto um novo – e melhor – contrato. Caso aceitasse, iria auferir um salário de cerca de 2200 euros mensais. Todavia, ao saber que Rui iria ser aumentado, o casal exigiu que ele começasse a pagar-lhes 1000 euros mensais em troca da sua estadia e comida. Ana chegou mesmo a dizer a Rui que este deveria dar-lhes todo o seu ordenado, dado que vivia em casa deles. Rui recusou. A partir deste momento, tornou-se impossível continuar a residir naquela casa. O casal deu-lhe duas semanas para arranjar uma nova residência, mas queriam que Rui lhes pagasse 1000 euros adicionais. Este não entendeu porque motivo lhe pediam esse dinheiro, mas entregou-o ao casal. A discussão entre os três piorou e Rui agrediu Gil, saindo da casa do casal nesse mesmo dia.

Perante esta situação de ruptura dos laços que o ligavam à família que sentia que o tinha “aperfilhado”, decidiu que, antes de renovar o contrato com a empresa, precisava de férias. Disse ao patrão que vinha a Portugal durante umas semanas e que, depois, regressaria para assinar o contrato. Rui diz-me que, nessa altura, estava extraordinariamente deprimido, pelo que, passadas as duas semanas acordadas, não regressou. Não chegou também a Portugal, o que só aconteceria passados alguns meses. Esteve cerca de 4 meses em Espanha, onde gastou os poucos milhares de euros que tinha poupado. No final desses 4 meses, encontrava-se sem dinheiro e chegou a viver numa instituição onde lhe davam comida e dormida em troca do seu trabalho. Passado esse tempo, regressou a Toulouse para receber cerca de 500 euros que a empresa lhe devia. O novo contrato não era já uma possibilidade, nem para o patrão, nem para Rui. Apesar disso, despediram-se em bons termos, e Rui conta-me que o antigo patrão compreendeu o motivo pelo qual se ia embora: a importância daquela

família era enorme para Rui e, perdendo a ligação a ela, não conseguia continuar a trabalhar na mesma empresa que Gil. Neste momento da sua vida, o fim de um conjunto de laços de participação electiva provocou a ruptura com o laço de participação orgânica mais estável que Rui conheceu.

Esta realidade biográfica suporta a ideia de Paugam (2010) de que os diversos tipos de laços se interpenetram, bem como mostra o valor heurístico do modelo teórico de Castel (2009), segundo o qual o enfraquecimento da ligação a uma esfera social específica não acarreta forçosamente um enfraquecimento simétrico noutras esferas, mas tem, porém, um efeito cumulativo: quando um indivíduo perde a sua afiliação a uma das dimensões da sociedade, mais facilmente a perderá também com outras dimensões, num processo global que fragiliza, vulnerabiliza e desqualifica o sujeito que o experiencia. Como Machado Pais afirma, “fracasso puxa fracasso, numa sucessão que debilita, desqualifica” (2003: 222). No caso particular de Rui, este efeito cumulativo da perda de laços de diferentes tipos motivará a sua chegada à rua, pouco depois do seu regresso a Portugal. Mas, mesmo face a todos os problemas que a sua estadia em Toulouse envolveu, já na rua em Portugal, Rui disse-me, mais de uma vez, que também se sente responsável pelo sucedido: acha que deveria ter saído da casa de Gil e Ana mais cedo, antes dos problemas começarem. Chegou a procurar um apartamento, que não lhe ficaria significativamente mais caro do que os 500 euros mensais que pagava para residir na casa do casal. Diz-me que, caso tivesse mudado para essa casa, poderia ter continuado a trabalhar com Gil, tal como poderia ter continuado a passar os dias de lazer com a família. Rui considera assim que uma mudança de residência, na «altura certa», poderia ter-lhe permitido manter os laços que tinha criado com aquela família. Contudo, fazê-lo ter-lhe-ia custado a proximidade sem a qual a força desses laços teria sido, sem dúvida, menor. Não arrendou o apartamento, desejoso de manter os laços que o ligavam àquela família; isto levou à ruptura total desses laços. Teria sido possível mantê-los sem a proximidade que a habitação conjunta permitia?

A estadia de Rui com esta família é um período da sua biografia marcado por dois *pontos de inflexão*. Em primeiro lugar, o estabelecimento de novas afiliações ao conhecer a família. Tecem-se com celeridade laços fortes que substituem – pelo menos, em parte – os laços de filiação que Rui tinha deixado em Portugal, «danificados». Mesmo anos após a sua saída de França e da perda total de contacto com estes indivíduos, a sua importância permanece crucial para Rui, pelo menos a um

nível representacional retrospectivo: a ruptura simboliza uma segunda família perdida; tal como a biológica, a perda é sentida com melancolia, sempre com a dor e a violência bem presentes. Mas este *ponto de inflexão* permitiu a Rui criar afiliações que ultrapassaram os laços próximos de participação electiva. Também com o trabalho – representacional e identitariamente muito importante para Rui – esta é a fase da sua vida em que conhece uma ligação mais segura, ainda que tenha durado apenas alguns meses. A experiência em França é a melhor situação face ao emprego que Rui alguma vez conheceu. Sem dúvida, foi a melhor remunerada mas foi também aquela que Rui considera ter-lhe permitido trabalhar de uma forma que valoriza, em que lhe conferiam responsabilidade e liberdade de iniciativa; em que podia ser criativo e ser recompensado por isso, o que se traduziu na proposta de um novo contrato. Mais do que em qualquer outra ligação profissional que tenha experienciado, foi nesta que a dimensão de reconhecimento do laço com o mundo do trabalho foi mais sentida, o que, especialmente, sendo a ligação estável mais recente, se contrapõe à inempregabilidade que conhece na rua, um modo específico de negação não só de direitos sociais, laborais e de um salário, mas também da qualidade profissional que se auto-atribui. Portanto, esta é a fase da vida de Rui em que ele sente mais notoriamente ter realizado um movimento social ascendente, passando da *zona de desafiliação* em que se encontrava à chegada a Toulouse para uma parte da *zona de vulnerabilidade* que, tendo em conta a sua história de vida, Rui interpretou como sendo uma entrada na *zona de integração*.

Nos primeiros meses em Toulouse, Rui sentia-se seguro quer na esfera do trabalho quer na dimensão da sociabilidade, mas estes laços de participação electiva e orgânica revelaram-se mais fracos do que Rui pensou, tendo durado apenas alguns meses e terminado com uma descida abrupta para a *zona de desafiliação* – desta vez, estabilizada na rua e sem perspectivas para dela sair. A segunda chegada à rua constitui o *segundo ponto de inflexão* identificável na fase da vida de Rui que passou por França. A primeira experiência da vida na rua é ainda sentida por Rui, agora, novamente na *carreira de sem-abrigo*, talvez ainda mais desprotegido do que da primeira vez. Mas é o enlace e desenlace dos laços criados com a família emigrante – lembrado com dor e nostalgia – que inicia o *ponto de inflexão* mais recente na vida de Rui: o regresso à *zona de desafiliação* e estabilização na rua em que essa *zona de (falta de) coesão social* se consubstancia.

Os acontecimentos em França levam Rui a regressar a Portugal, para a cidade onde viveu grande parte da sua vida. Chegou a Portugal para descobrir que nenhum dos irmãos ou irmãs, após a morte dos pais, mantinha o arrendamento da casa onde vivera vários anos com a família biológica. Nenhum deles oferece a Rui a possibilidade de permanecer em sua casa. Estava sem dinheiro, sem trabalho e sem habitação. Durante cerca de 3 meses fica hospedado em casa de um amigo. Porém, a presença de Rui era motivo de conflito entre o amigo e a sua sobrinha, que não queria que este lá estivesse. Sentindo-se um fardo, deixa os seus pertences guardados em casa do amigo e vai viver para a rua, deslocando-se ainda mais para o interior da *zona de desafiliação*.

### **3.2. As pessoas relevantes**

Analisar o papel dos laços na vida na rua é procurar entender o efeito da rua sobre laços de vários tipos. Quatro conjuntos de laços de filiação e de participação electiva são relevantes na *carreira de sem-abrigo* de Rui, tanto pela ausência (pelo que não garantem) como pela presença (pelo que é fornecido pela interacção).

A sua relação com as irmãs é significativa, sobretudo, pelo que Rui entende como «falta de cumprimento de obrigações»: uma vez que são família, são percebidas por ele como tendo obrigação de lhe fornecer quer protecção quer reconhecimento, *i.e.*, de o tratarem como «irmão» e, conseqüentemente, de lhe garantirem condições para que saia da rua. A rua não rompe estes laços, mas reconfigura-os, torna-os menos presentes e, precisamente por isso, mais relevantes, retirando a sua significação do que fica por dar.

No que aos filhos respeita, a chegada à rua não elimina nem reconfigura os laços, rompidos, no caso de Mário, anos antes da chegada, e, no caso de Ivo, por motivos não relacionados com o facto de ser «sem-abrigo». Os laços com os filhos são importantes, mas são-no pela ausência, que se reflecte no discurso de Rui de forma dolorosa, ainda que simultânea a alguma esperança de que os filhos voltem a falar consigo.

O laço com o irmão Nuno é significativo por se tratar de uma situação fronteiriça entre o tipo de relações que Rui mantém com a família e as que mantém com outros indivíduos localizados na *zona de desafiliação*. É o familiar com que Rui interage com mais frequência e também o que se encontra numa situação de pobreza e vulnerabilidade mais próxima da sua. É precisamente por esta similitude que a

aproximação se verifica, de modo empático, permitindo uma partilha de sentimentos de injustiça face ao que é percebido como uma rejeição pela família, mas também pelo Estado e pelo mercado de trabalho.

Os «pares» – os indivíduos que, com ou sem abrigo, se encontram na *zona de desafiliação* – são tão presentes quanto Nuno, mas o que os laços fornecem é diferente. Trata-se de um agregado variado de sujeitos, muitos com os quais Rui tem problemas, vários com quem interage no quotidiano, acedendo a formas de reconhecimento que apenas estão disponíveis entre quem vive uma situação semelhante à sua. Só os «pares» experienciaram a vida na rua ou uma situação próxima, gerando uma solidariedade que possibilita uma interação em que a desvalorização associada ao rótulo de «sem-abrigo» seja diminuída, e garante um grau mínimo de apoio material, ambos realizados num contexto de escassez de recursos.

### **3.2.1. As irmãs**

O *ponto de inflexão* ocorrido aquando das penas de prisão de Rui teve reflexos nas relações com as suas irmãs. Particularmente com o segundo encarceramento, Rui sentiu-se “abandonado” pela família. Desde aí, apesar de manter relações com as irmãs, o contacto tornou-se menos frequente e, sobretudo, a ajuda que estas lhe dirigem menos assídua e significativa. Anos antes de ser preso, Rui viveu durante meses em casa de uma das irmãs, com Eva e Mário. Desde a chegada à rua, esta ajuda habitacional não se verificou. A emigração de Rui foi influenciada pela precariedade do trabalho mas também por um enfraquecimento dos laços de filiação. A vulnerabilização e precarização crescente que Rui experienciou por via da sucessão de *pontos de inflexão* desde a saída da prisão – a crise epiléptica no trabalho, os dias a viver na rua em Toulouse, a estadia com Gil e Ana e o regresso a Portugal – não contribuiu para uma aproximação entre ele e as suas irmãs. Hoje em dia, a viver na rua, encontra-se com elas por vezes, mas sente que não o ajudam tanto quanto poderiam.

Tal não significa que as irmãs não o ajudem de todo. Uma aproximação e um apoio pontuais verificam-se mas, devido ao seu carácter esporádico, trata-se de uma ajuda que não permite a Rui desenvolver estratégias para sair da rua. A raridade da ajuda leva a que Rui atribua um significado negativo ao apoio que lhe é prestado pelas irmãs. Rui sente que elas têm obrigação moral de o ajudar, dado que são família. Assim, o apoio disponibilizado é sempre encarado como «estando aquém» daquele

que deveria existir. Tal não invalida que, devido às suas privações materiais, por vezes, Rui aceite esse apoio, mas prevalece uma revolta perante o facto das irmãs não lhe darem habitação, trabalho ou dinheiro, sobretudo, dado que considera que muitas delas estão em situação para o fazerem. Um caso que Rui me relatou parece exemplificar a sua relação com as irmãs. Quando vivia já na rua, enquanto almoçava em casa de uma das irmãs com ela, o cunhado e o sobrinho, Rui ter-lhe-á dito que a casa deles era suficientemente espaçosa para que ele lá pudesse ficar, tendo até um quintal onde plantavam legumes, que era algo de que percebia. Em resposta, a irmã fez-lhe sinal para que parasse a conversa, antes que o seu marido ouvisse.

A ajuda e o convívio parecem estar sobretudo ligados à altura das festas do fim de ano. Um convite para jantar na época natalícia ou umas dezenas de euros fortuitas acentuam a sensação de Rui de que as irmãs não o ajudam porque não querem. Um convite para jantar no Natal é uma lembrança de todos os convites que não foram feitos durante o resto do ano. As primeiras conversas que tive com Rui decorreram algumas semanas antes do Natal de 2010. Quando a data se aproximava, Rui disse-me que tinha recebido convites de várias irmãs para jantar em sua casa na noite de 24 de Dezembro. Rejeitou-os todos, optando por passar o Natal sozinho na barraca em que vive, comendo o que uma das equipas de rua de uma das instituições «assistencialistas» lhe tinha levado. Como me disse mais de uma vez, Rui considera que é “irmão delas todo o ano” e não somente no Natal pelo que a ajuda disponibilizada, da sua perspectiva, ou é significativa e continuada ou então não faz sentido, constituindo apenas uma «esmola», mal recebida, pois é sempre comparada ao que fica por dar.

### **3.2.2. Os filhos**

Se a relação com as irmãs é relevante pela reduzida protecção que Rui sente que estas lhe disponibilizam, já a relação com os filhos é significativa pela ausência, quer de protecção, quer de reconhecimento. Por motivos distintos, nenhum dos filhos fala com Rui actualmente, o que ele sente com dor. Os filhos são importantes para Rui, sobretudo, no campo discursivo, marcado pela nostalgia quando fala neles. Há também uma dimensão de esperança, ainda que ténue, que leva Rui a considerar que, com o passar do tempo, os laços que o ligavam aos filhos poderão ser reatados. Esta é a grande diferença em relação ao laço com Eva: ela permanece também importante no

discurso de Rui numa dimensão nostálgica, mas que remete apenas para o que foi perdido, não havendo qualquer esperança de recuperação do laço.

Após a saída definitiva da prisão, Rui viveu durante alguns meses em casa do seu filho Ivo, juntamente com a (então futura) nora e os netos. Apesar desta ajuda habitacional, é neste período que surge o problema que levará Ivo a deixar de falar com o pai: Rui não aprovava o casamento do filho, não gostava da sua companheira. Presa no passado por tráfico de droga, a esposa de Ivo nunca foi aceite por Rui, que a considerava uma «má influência» mesmo antes de saber da sua relação com o tráfico. Conhecer o motivo que a levou à prisão serviu para justificar a opinião prévia que dela tinha.

Os dois netos são importantes para Rui. Mesmo depois do laço com Ivo se ter fracturado, continuou a encontrar-se com as crianças. Até mesmo quando já estava na rua, tendo com única fonte de rendimento o RSI, dava-lhes algum dinheiro quando os via – pelo menos numa das vezes, 25 euros; o que, com um rendimento de 189,5 euros mensais, é significativo e, certamente, implicou que Rui prescindisse de algo de que necessitava. Encontrava-os, por vezes, em casa da madrinha de Ivo, que lhe servia de fonte de informação sobre o filho após este ter deixado de falar com ele. Alguns meses antes de me contar isto, Rui estava em casa dela a brincar com os netos – sem a presença do filho ou da nora – e Maria contou-lhe que Ivo lhe tinha dito que considerava não ter pai, ficando implícito que tal se devia à oposição do pai ao seu casamento. Perante este relato, Rui fica triste, pois Ivo sempre foi o filho de quem mais gostou e com quem mais conviveu. Pouco tempo depois disto, novos problemas legais forçaram a companheira de Ivo a fugir do país, acompanhada pelo marido, pelos filhos e por Maria. Rui nunca mais os viu, apesar de saber onde se encontram. A perda dos netos acresce à perda do filho, o que muito magoa Rui.

As razões da ruptura do laço com Mário, o filho mais velho, são diferentes, mas culminam no mesmo resultado prático: o filho deixou de falar com o pai. Como foi referido, Mário cresceu em casa da avó materna e nunca teve a relação próxima que uniu Rui e Ivo em certos momentos das suas vidas. Se nenhum dos filhos viveu muito tempo com o pai, Rui conviveu mais com Ivo do que com Mário, que passava somente alguns fins-de-semana esporádicos com os pais durante a infância. Tal como o irmão, também Mário disse uma vez a Rui que “não tinha pai”, considerando que Rui e Eva o rejeitaram. Apesar de reconhecer que não esteve presente no crescimento do filho, Rui preocupa-se com ele, o que leva a que o corte da relação seja sentido com dor.

Quando Mário tinha 12 anos, foi institucionalizado. No início da adolescência, Mário tinha já perdido vários anos na escola e cometia crimes (agressões e furtos) e incivildades várias com um grupo de crianças e jovens adolescentes da zona em que vivia. Uma das agressões, contextualizada com os outros acontecimentos referidos, levou a que Rui e Eva se tivessem de deslocar ao Tribunal de Menores. Contrariando os desejos do filho, de Eva e da mãe desta, Rui decidiu que o melhor para o filho seria sair da cidade para se afastar do grupo de jovens com que convivía e passar algum tempo numa instituição a várias dezenas de quilómetros da cidade. Mário esteve alguns anos nessa instituição, onde a mãe e a avó o iam visitar mensalmente. No início da institucionalização, Mário enviou um carta ao pai, pedindo-lhe que o fosse buscar, dado que não aguentava o trabalho físico que o obrigavam a realizar. Rui não o foi buscar e considera que este é o principal motivo pelo qual o filho não fala consigo. Contudo, julga que o período que Mário permaneceu institucionalizado o tornou numa pessoa responsável e com capacidade de trabalho, atribuindo-lhe o facto de hoje ter um emprego seguro na função pública e ser proprietário de um café com a esposa.

Um dia, quando Rui vivia já na rua, deslocou-se ao café do filho com um amigo que o costuma frequentar. Pai e filho reconheceram-se, mas não se falaram. A nora de Rui atendeu-o, mas não se apresentaram. Rui teve de sair do café devido à ansiedade, tristeza e nostalgia que sentia, que tornava insuportável permanecer junto do filho naquela situação. Nunca mais regressou ao café, mas, tal como com Ivo, tem ainda a esperança – vaga – de que o tempo permita reatar o laço que o liga a Mário.

### **3.2.3. O irmão Nuno**

A relação com Nuno foi sempre marcada por vários conflitos. O laço entre os irmãos foi atado e desatado com frequência, mas é fundamental para entender a biografia de Rui. Hoje, Nuno é o irmão com o qual Rui mantém a relação mais próxima, apesar dos conflitos. É também o irmão cuja situação socioeconómica mais se aproxima da de Rui: não vive na rua, mas o RSI (Rendimento Social de Inserção) é a sua única fonte de rendimento.

O conflito entre os irmãos existe em várias dimensões: laboral, económica, habitacional, amorosa. No que a esta última diz respeito, Nuno teve uma relação com Eva, após a separação definitiva entre ela e Rui. Já durante os primeiros anos da relação do casal, Nuno, ainda menor de idade, tinha demonstrado interesse por Eva,



ainda que esta o tivesse rejeitado. Quando Rui cumpria a segunda pena de prisão, após ter cortado relações com Eva, Nuno iniciou uma relação com ela. Ao falar-me disto, a tristeza e a indignação de Rui encontram-se já algo atenuadas pelo tempo, mas, no momento em que soube da relação, afirma ter-se sentido traído, sensação que não diminui pelo facto desta ter durado poucos anos.

As dimensões laboral, económica e habitacional são também problemáticas. A habitação e o trabalho em conjunto, que ocorreram em algumas fases das suas vidas, corresponderam maioritariamente a interações conflituosas. Como Rui me disse mais de uma vez, apesar de conseguir conviver com o irmão, não conseguem viver nem trabalhar juntos. Porém, apesar das críticas que Rui tece sobre Nuno, a interacção com o irmão revela-se importante para si. Dado que é a principal ligação a um passado familiar partilhado, esta relação apresenta-se como um modo de Rui manter activa uma dimensão fundamental da afiliação à família, entendida enquanto estrutura social base que permite a ligação de Rui à sociedade domiciliada mais vasta. É certo que esta afiliação à estrutura familiar ocorre sobretudo pela rememoração e nostalgia – ambas profundamente marcadas por sentimentos de injustiça partilhados pelos irmãos –, mas esta forma concreta que a afiliação familiar assume não a torna em nada menos importante para a vida de Rui.

A nostalgia, particularmente a *nostalgia dos dominados*<sup>23</sup> revela-se fundamental para entendermos a vida de Rui. Só através desta rememoração de um passado construído como «melhor» por comparação a um presente dominado é possível encontrarmos uma ligação à sociedade domiciliada que não é desfavorável a Rui. Para Gowan (2000: 81), a *nostalgia dos dominados* descreve o modo como os indivíduos sem-abrigo recriam mundos que lhes são familiares no meio da desorientação e degradação da vida na rua. As perdas individuais lembradas desta forma nostálgica ligam-se aos processos macrossociais actantes nas sociedades em que vivem os sujeitos, reflectindo a acção das macro-realidades nacional e global sobre as micro-realidades observadas (*id., ibid.*: 75-76). Os indivíduos sem-abrigo e outros sujeitos desprivilegiados “privados das anteriores certezas e lançados no caos e na perda usam a nostalgia como um modo de se colocarem *dentro* de um mundo envolvente que faz sentido” (*id., ibid.*: 81). Através desta forma de rememoração particular, os indivíduos

---

<sup>23</sup> O conceito de *nostalgia dos dominados* [*nostalgia of the dispossessed*] é de Stewart (1988). Contudo, é a aplicação do conceito ao fenómeno dos sem-abrigo, presente em Gowan (2000), que interessa para este texto.

sem-abrigo encontram referenciais de acção e de discursos que lhe permitem dar um sentido às suas vidas. Competências adquiridas sob condições distintas das que vigoram na rua são mobilizadas pelos sujeitos através desta mundivisão que liga passado e presente de uma forma específica.

A *nostalgia dos dominados* é fundamental na vida na rua de Rui, sendo-o claramente na relação com Nuno, unindo os irmãos numa partilha ambígua de sentimentos de dominação e de injustiça mas também de lembrança de um passado melhor. Todavia, esta dimensão positiva do laço que une os irmãos não é suficientemente forte para impedir os conflitos entre eles. Nas suas biografias partilhadas, este conflito passou frequentemente da dimensão da interacção familiar para a esfera laboral, uma vez que trabalharam juntos mais de uma vez.

Rui afirma ser difícil para si conviver com o irmão e atribui a responsabilidade dos conflitos a Nuno, mas tende também a estar disposto a reaproximações frequentes. A sensação de que as irmãs o poderiam ajudar mais do que fazem orienta igualmente o modo como Rui vê a pouca ajuda que estas dirigem a Nuno, algo que o indigna, pois considera que, tal como a si, a família lhe deveria dar trabalho, habitação ou dinheiro. Rui encontra uma nova fonte de revolta no facto de ser ele o único a procurar ajudá-lo, dentro das suas enormes limitações. Antes de Nuno começar a receber o RSI, Rui dava-lhe algum dinheiro do seu próprio RSI, tal como tinha feito, durante anos, enquanto trabalhava na construção civil. Este seu apoio monetário a Nuno pode não ser financeiramente significativo nem permitir a Nuno sair da situação de precariedade e vulnerabilidade em que se encontra. Porém, fortalece o laço que une os irmãos e contribui para que este se mantenha activo. Ele é também significativo a um nível representacional, favorecendo a aproximação dos dois irmãos que se encontram na *zona de desafiliação*. Se a família não ajuda nem Rui nem Nuno, então, a partilha limitada de recursos – monetários ou ao nível do apoio emocional mútuo que a frequência interaccional permite –, é crucial para ambos. Sobretudo, permite-lhes desenvolverem uma empatia pelas situações recíprocas que possibilita a partilha dos sentimentos de injustiça e indignação perante o abandono a que ambos se sentem sujeitos pelo resto da família.

Esta empatia não invalida os problemas relacionais. Quando Rui foi subempreiteiro na construção civil, Nuno trabalhou várias vezes para si, mas Rui diz-me que o irmão nunca lhe arranjou trabalho. Esta representação da falta de apoio do irmão domina o discurso de Rui e contribui para uma imagem da relação em que os

fluxos lhe são desfavoráveis. Tal imagem reforça a posição de Rui enquanto «doador», permitindo-lhe auto-representar-se de modo positivo. Porém, o único trabalho no mercado laboral regular obtido por Rui desde que chegou à rua, ainda que tenha durado apenas alguns dias, foi alcançado através de Nuno, que tinha sido contratado por um indivíduo para pintar uma casa num local próximo do sítio em que Rui pernoita.

Após o trabalho finalizado, o indivíduo que os contratou recusou-se a pagar a Rui os 5,5 euros por hora que tinham sido estipulados no início, pois tinha descoberto que ele vivia na rua, pelo que considerava que, para um «sem-abrigo», 3 euros por hora de trabalho seriam aceitáveis. Como noutros momentos da sua vida na rua, Rui deparou-se com uma discriminação proveniente do facto de ser «sem-abrigo». Viver na rua traduziu-se numa desumanização parcial que levou o indivíduo-empregador a usar duas medidas de remuneração distintas: uma para a sociedade domiciliada; outra para quem vive na rua. Rui sentiu-se magoado e indignado, tanto pelo dinheiro em si que lhe estava a ser negado, como pela negação de reconhecimento (da qualidade do trabalho e da humanidade) que se dava origem. Dado que o empregador não lhe desejava pagar a quantia acordada, Rui agrediu-o. Não só o pagamento foi difícil como, após agredir o indivíduo, Rui descobriu que tinha sido Nuno a contar-lhe que vivia na rua. Ficou magoado, mas não confrontou o irmão sobre o assunto.

Este caso tem semelhanças com vários outros que ocorreram ao longo das suas biografias partilhadas. O apoio recíproco verifica-se, mas é rapidamente envolvido em conflito. Este não dura, sucedendo-se uma reaproximação. A dor pelo facto do irmão ter informado o empregador-pagador-em-falta de que era «sem-abrigo» não levou a uma ruptura do laço entre os irmãos. Como noutras situações, Rui atribuiu o sucedido à inveja de Nuno, no caso, perante o melhor trabalho por si desempenhado na pintura da casa. Este acontecimento exemplifica a relação, mesclando solidariedade e conflito; desejo de ajudar e problemas criados pela interacção laboral. Sobretudo, encontramos neste laço fluxos contraditórios, que tanto beneficiam como prejudicam os envolvidos, ainda que a ligação dos irmãos, criada pela interacção frequente e antiga e pelo apoio mútuo, se sobreponha à recriminação e à dor.

### 3.2.4. Os pares

As relações com outros indivíduos sem-abrigo ou com pessoas localizadas na *zona de desafiliação*, ainda que domiciliadas, tanto são funcionais para a sobrevivência diária na rua como apresentam problemas ligados à violência e aos incómodos que alguns destes sujeitos causam a Rui (e.g., a falta de higiene que ele atribui à maioria dos indivíduos toxicodependentes com quem convive).

Na dimensão da sobrevivência, estes laços são importantes quer psicossocial, quer materialmente, ainda que num contexto de grande escassez de recursos. O espaço de pernoita permite-nos compreender esta relevância. O espaço onde Rui dorme desde que chegou à rua chegou ao seu conhecimento através de Pedro, outro indivíduo sem-abrigo que conhece. Enquanto estavam a almoçar numa instituição que disponibiliza refeições a baixo preço a pessoas pobres, Pedro, ao saber que Rui se encontrava na rua, disse-lhe onde dormia, juntamente com outros indivíduos sem-abrigo, e convidou-o a juntar-se a eles neste espaço.

Chegar a este local foi uma experiência ambígua para Rui. Na rua, encontra um lugar onde permanecerá desde então, desenvolvendo a sua rotina quotidiana em torno dele. Aí, irá travar conhecimento com várias pessoas – outros indivíduos sem-abrigo, funcionários de instituições «assistencialistas», etc. – e algumas delas revelar-se-ão importantes para a sua sobrevivência na rua. Contudo, será também neste local que Rui conhecerá a enorme violência da vida na rua: as agressões frequentes, o desrespeito, a estigmatização.

Este espaço de pernoita é propriedade de uma instituição pública. É um local de passagem, pouco visível se nos situarmos junto das principais entradas dos edifícios circundantes. Porém, a cerca de 20 metros da barraca que Rui foi erigindo progressivamente, é frequente verem-se pessoas em trânsito para estes edifícios. Poucos olham directamente para a barraca; menos ainda se detêm. Por vezes, algumas pessoas circulam mais próximo da barraca. A poucos metros dela, olham-na de soslaio e rapidamente desviam olhar. Perante a presença deste «espectáculo de miséria», vigora a *cultura da evitação* (Snow e Anderson, 1993; Murdoch *et al.* 1996; McIntosh e Erskine, 2000; Zeneidi-Henry, 2002; Gaboriau, 2004; Pais, 2006). Quem permanece um pouco no local, fazendo tempo para alguma actividade na instituição, olha para o horizonte, para a bela perspectiva de uma parte da cidade que é possível ter a partir deste sítio – desde que nos abstraiamos da presença da barraca. O espaço de pernoita

de Rui é uma heterotopia, um desses “tipos de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que sejam, no entanto, efectivamente localizáveis” (Foucault, 1984). Poucas pessoas aí param caso não tenham um intuito específico em mente, e, das que param, menos ainda se detêm durante muito tempo caso tenham outro local para onde ir. Lá, junto a Rui, permanecem apenas aqueles indivíduos que não dispõem de um lugar assegurado na estrutura social domiciliada, que não têm outro local para onde possam ir – ou que, tendo-o, este será tão heterotópico quanto o em que se encontram, pelo que a deslocação é mais facilmente protelada. Mais do que qualquer outra coisa, este espaço é um desses “sítios em que a vida de um homem não vale um chavo” (London, 2002: 11).

Exceptuando as deslocações de funcionários da instituição ou dos serviços «assistencialistas», é com indivíduos em situações semelhantes à sua que Rui interage neste espaço. Muitas vezes, sobretudo nos primeiros tempos na rua, aí ocorreram agressões físicas, de que Rui tanto foi vítima como perpetrador. A violência esteve sempre presente na sua vida, com episódios mais ou menos graves, mas a chegada à rua reconfigura-a. Ela torna-se mais frequente e dramática, em muitos casos, pondo em risco a própria vida dos indivíduos sem-abrigo. Rui foi ameaçado por grupos, munidos de armas brancas; acordou a meio da noite a ser sufocado; pelo menos um dos indivíduos que agrediu, necessitou de tratamento hospitalar. Sobretudo, na rua, a violência torna-se sucessiva, ubíqua, e desaparece qualquer espaço ao qual quem nela vive possa regressar no fim do dia para se proteger. Esta violência tem uma dimensão simbólica – a desumanização, a desqualificação, a pobreza extrema – mas o seu lado físico é fundamental para entendermos a vida na rua, marcada por um elevado risco de vitimização para os indivíduos sem-abrigo (Newburn e Rock, 2005; Meert *et al.*, 2006; Thelen, 2006: 92-98; Amistani, 2009: 138-141; Gowan, 2010). Como consequência, o medo e a ansiedade são constantes na rua, e são sensações que acompanham Rui desde que aí chegou. Não só medo de ser agredido, mas também de agredir.

Contudo, a vida na rua não é só violenta: há também solidariedade, reciprocidade, apoio entre «pares». O espaço de pernoita permite-nos analisar também esta dimensão. A partilha deste local com Pedro levou a que Rui rapidamente desenvolvesse com ele um laço fundamental, que lhe forneceu protecção – diminuta, mas não menos importante por isso para a sua sobrevivência – e reconhecimento. Tomar conhecimento do espaço de pernoita e obter a possibilidade de aí ficar apresenta as quatro formas que os fluxos de ajuda podem assumir: informação, apoio

emocional, material e camaradagem (Lemieux, 2000: 48). Esta ajuda multidimensional está presente quando Pedro propõe a Rui que este permaneça no local onde dorme. A informação indica um sentimento de solidariedade que, com a interacção continuada, se traduz em apoio emocional e camaradagem recíprocas. Também a ajuda material está presente, ainda que marcada pela pobreza e vulnerabilidade. O espaço é em si materialidade, importante num contexto em que outras formas de apoio material estão indisponíveis – dinheiro, bens, habitação. Segundo uma lógica de reciprocidade, mesmo após a saída de Pedro do local, Rui continua hoje a disponibilizar um colchão e protecção contra o frio a quem lhe peça para dormir junto dele por umas noites. Para quem vive na rua, a possibilidade de utilizar uma parte dela para dormir, comer ou conviver é fundamental para a sobrevivência quotidiana. Os laços entre «pares» são cruciais para concretizar o acesso ao espaço de pernoita.

Uma vez que o espaço de pernoita é partilhado, aceder ao local acarreta também a possibilidade de interacção entre «pares». Trata-se de uma convivência de tipo específico, marcada pela escassez de recursos, mas fulcral para os envolvidos. Esta «socialização entre os pares» permite a quem vive na rua não sofrer os efeitos da desvalorização estatutária e da estigmatização constantes que são sentidos na sua interacção com indivíduos domiciliados (Snow e Anderson, 1993; Gowan, 2000, 2010). Numa lógica goffmaniana (Goffman, 1990), ser portador de um estigma específico – ser «sem-abrigo» – leva a que os sujeitos sejam desumanizados na sua interacção com indivíduos que não possuem essa característica desvalorizante. Face a esta desumanização, a interacção com sujeitos que partilham o mesmo estigma permite encontrar compreensão e apoio emocional.

Numa das minhas conversas com Rui, apercebi-me de que Abel – um indivíduo sem-abrigo que tinha chegado há pouco tempo ao local de pernoita de Rui e com o qual eu pouco tinha ainda falado – se afastara de nós pouco depois da minha chegada. Abel falava com Rui quando cheguei e, passados poucos minutos, encontrava-se a vários metros, com as costas voltadas para nós – para mim, especificamente, como constatei mais tarde. Estranhando, perguntei-lhe se não desejava fazer-nos companhia enquanto falávamos. Abel demorou alguns minutos a aceitar a minha proposta. Quando apareceu, fumava um cigarro enrolado por si. Não se juntara a nós mais cedo porque tinha estado a desfazer as beatas de cigarros que apanhara do chão para uma mortalha. Sentia-se desvalorizado estatutariamente pela minha presença. Abel receava que eu o julgasse de algum modo pelo acto que realizava. Escondia de mim a sua

pobreza e o comportamento a que ela o forçava. Caso eu não estivesse presente, teria desfeito as beatas junto a Rui. Não recearia qualquer julgamento, dado que Rui se encontra numa situação semelhante à sua. A vergonha, entre «pares», é minimizada; há compreensão da pobreza dado que esta é partilhada. A desqualificação social associada ao rótulo de «sem-abrigo» está sempre presente – de formas variadas – quando quem vive na rua interage com elementos da sociedade domiciliada. Junto de outros indivíduos sem-abrigo, ela pode ser, pelo menos, provisoriamente, esquecida. Sem esta possibilidade de evasão da opressão da realidade, a vida na rua tornar-se-ia ainda mais insuportável.

Os laços de participação electiva entre «pares» são funcionais para a sobrevivência material e psicossocial (Snow e Anderson, 1993). A sua utilidade prende-se não com a mobilidade social – com as estratégias de saída da rua – mas antes com a forma como a rua pode ser vivida – as estratégias de sobrevivência quotidianas. Dado que estes laços ligam indivíduos de estatuto igualmente desqualificado, eles não permitem a obtenção de recursos potenciadores de movimentos de ascensão social. Mas, como Snow e Anderson (1993) afirmam, os recursos que circulam por estes laços são fundamentais para que os envolvidos possam sobreviver no dia-a-dia.

Porém, se a «socialização entre os pares» é importante para a preservação psicossocial (leia-se: simultaneamente a um nível emocional e numa dimensão estatutária percebida pelo próprio sujeito), há outros fenómenos em acção neste processo de manutenção do *self* face à dominação sempre presente da vida na rua. A busca de diferenciação face a outros sujeitos localizáveis na *zona de desafiliação* – maioritariamente, outros indivíduos sem-abrigo, mas também sujeitos domiciliados cuja pobreza e desqualificação social os leva a uma interacção frequente com quem vive na rua – é essencial neste domínio. Através desta procura de diferenciação, hierarquias são construídas pelos próprios indivíduos que vivem na rua (Snow e Anderson, 1993; Farrington e Robinson, 1999; Garnier-Muller, 2000; Gowan, 2000; Jouenne, 2009; Gowan, 2010).

Para Paugam (2003), uma das dimensões fundamentais da adaptação identitária dos indivíduos a situações de pobreza passa por esta diferenciação face a outros sujeitos pobres. Criar «tipos de pobres» e considerar alguns deles como estatutariamente mais desvalorizados do que o sujeito que realiza esta diferenciação leva a que este último procure demarcar-se dos anteriores, representados como «amorais», «preguiçosos», etc. Através deste processo diferenciador hierarquizante, o

indivíduo projecta o seu lugar na estrutura social através de uma narrativa de comparação aos sujeitos que percebe como tendo piores situações do que ele próprio – mais desqualificadas de algum modo – ou, por vezes, que são por si encarados como efectivamente *piores* do que ele próprio («naturalizando» o processo diferenciador). Portanto, é assim criada uma «narrativa de ascensão social relativa» que é suportada por critérios morais (*id.*, *ibid.*: 154-164.). O argumento é transponível para o caso particular do fenómeno dos sem-abrigo, levando à criação de um discurso de essência diferenciadora entre quem vive na rua: «sou pobre e não tenho casa, mas sou honesto, ao contrário dos indivíduos X.» Esta distinção de outros sujeitos pobres passa por três estratégias complementares (*id.*, *ibid.*: 156-164): i) o *evitamento* (a recusa do contacto com outros «pobres»); ii) a *reconstituição de diferenças*, entendida por Paugam (*ibid.*: 160) como uma “necessidade de criar diferenças ou de inventar novos critérios de comparação” (honestidade, moralidade, ética de trabalho, etc.); iii) e a *derivação do descrédito* (os indivíduos pobres, conscientes do seu estatuto desqualificado e estigmatizado, veiculam uma narrativa em que alguns indivíduos pobres *específicos* são usados como «bodes expiatórios»; são representados como os «piores» entre todos os indivíduos pobres e culpabilizados pelo fracasso e estigma que, graças às suas acções, afecta *todos* os indivíduos pobres).

Rui fala recorrentemente dos problemas que tem com indivíduos toxicodependentes. Ao fazê-lo, está a auto-valorizar-se socialmente, conseguindo, através deste processo, não se considerar como pertencendo à parcela mais desqualificada da estrutura social. Esta diferenciação não nega de forma alguma a realidade da dominação e da pobreza que marcam a sua vida, nem ignora a estigmatização e desvalorização estatutária a que Rui é sujeito por via do facto de ser «sem-abrigo». É sobretudo num plano moral que ela actua: ao demarcar-se dos indivíduos que consomem drogas duras quotidianamente – os “carochos” –, Rui reconhece que as situações dominadas e a pobreza da vida na rua não são por todos vividas da mesma forma. Ao mobilizar um discurso crítico sobre vários dos comportamentos que associa aos indivíduos toxicodependentes, Rui obtém uma alavanca argumentativa que lhe permite observar a sua própria situação de vida como injusta. Os comportamentos que associa a quem consome drogas duras são por si vistos como fruto de uma “doença”. Considerar como “doentes” os indivíduos toxicodependentes não impede que Rui rejeite a amoralidade que observa na sua experiência interaccional com eles. Contudo, coloca o discurso de Rui sobre estes



sujeitos numa interpenetração entre a «compreensão da doença» e a crítica aos comportamentos dos “doentes” que o perturbam muito directamente. Ao desvalorizar o comportamento destes sujeitos, Rui consegue manter uma dimensão moral na sua própria biografia, em particular, na sua *carreira de sem-abrigo*. «Eles são porcos e roubam», «eu mantenho a minha higiene pessoal e apresentação estética a um nível aceitável e não roubo». Ao colocar-se neste segundo lado da oposição discursiva, Rui mobiliza um quadro axiológico que tem ainda por referência a vida domiciliada; procura, de algum modo, manter uma afiliação à sociedade domiciliada veiculando um respeito pelo seu código normativo. Ao fazê-lo, realiza uma reivindicação de humanidade e de dignidade: rejeita inteiramente e com veemência a estigmatização e desumanização geral a que é sujeito enquanto «sem-abrigo» afirmando ao mundo que, apesar de viver na rua, continua a merecer ter direitos, como qualquer ser humano.

Esta diferenciação face aos indivíduos toxicodependentes provém de uma série de experiências que prejudicaram Rui de diversas maneiras desde a sua chegada à rua. Grande parte dos indivíduos sem-abrigo com os quais Rui se envolveu em agressões eram toxicodependentes. Para mais, é frequente que indivíduos se desloquem ao seu local de pernoita para consumir droga. Um dia, ao regressar a este espaço, Rui encontrou um indivíduo toxicodependente que conhece a ter uma overdose; desmaiado, sem reacção, ainda com uma seringa espetada no braço. A custo, conseguiu reanimá-lo. Passados alguns dias, o indivíduo agradeceu-lhe por lhe ter salvo a vida e ficou a dormir no seu local de pernoita durante cerca de um mês. Após este período, roubou o cheque do RSI a Rui. Este ficou sem dinheiro e, mais uma vez, confirmou a impossibilidade em confiar em indivíduos toxicodependentes.

Não só os roubos e a impossibilidade de estabelecer um laço de confiança levam a que Rui se procure diferenciar de quem consome drogas duras. As “ressacas” e a falta de higiene são também motivo de conflito, em particular quando o espaço de pernoita é partilhado. Como foi referido, com o passar do tempo neste local, Rui foi erguendo uma barraca improvisada com cerca de 10 metros quadrados. Nesta, duas «camas» foram também improvisadas – com colchões, cartões e mantas. O espaço é reduzido, pelo que os comportamentos e hábitos higiénicos de quem partilha o espaço são importantes para Rui.

Todos os dias o chão é varrido. O lixo é colocado num saco que é levado quando se sai do local durante o dia. Na primavera ou no verão, Rui desmonta a barraca e coloca-a ao sol, juntamente com as mantas que sacode, tentando manter um

mínimo de limpeza no espaço. O espaço público em que a barraca se encontra é apropriado por quem lá dorme, estendendo cordas onde se coloca roupa a secar, depois de lavada no balde com água proveniente de uma torneira próxima. As grades a 30 metros da barraca são também usadas para o efeito. O balde onde se lava a roupa serve também para lavar as mãos, os pés e cara. Para que a torneira seja utilizável de forma menos desconfortável, Rui recorre a uma garrafa de plástico que cortou para transportar a água até ao balde. As necessidades fisiológicas são realizadas a cerca de 30 metros da barraca, cavando-se um buraco com uma enxada, num dos canteiros próximos, que é depois tapado. Todas estas actividades são formas de Rui se apropriar do «espaço público» de que faz o seu local de pernoita, permitindo-lhe *criar* um lugar no qual obtém um grau mínimo de protecção e de privacidade que lhe possibilitam uma – ainda que difícil – reconstituição do *self* no final do dia (Pichon, 1996, 2002; Proth e Joseph, 2005; Meert *et al*, 2006). Tudo isto implica grande capacidade de improvisação e a realização da higiene pessoal é conseguida a custo. Neste caso, como noutras dimensões da vida de Rui, o “sistema D” parece vigorar.<sup>24</sup> Este desenrasque é, sobretudo, motivado pela necessidade de manter um grau mínimo de limpeza, mas esta funciona também para «criar espaço privado no espaço público»: é uma forma de apropriação do espaço em que a barraca é «tratada como casa» e, como tal, necessita ser limpa para que nela se possa viver.

A importância da higiene é enorme para Rui, como tantas vezes me referiu. É uma forma de manter um mínimo de dignidade, apesar da dominação da vida na rua. Mas é também um modo de Rui não se identificar inteiramente com o rótulo de «sem-abrigo» através da desidentificação com os «sem-abrigo carochos e porcos». O rótulo de «sem-abrigo» é aceite por Rui; contudo, a distinção de outros indivíduos sem-abrigo é conseguida através de três processos interdependentes: i) a manutenção da higiene e de uma apresentação estética aceitável pela sociedade domiciliada, dentro dos constrangimentos vários que a rua coloca; ii) a recusa de certos comportamentos e consumos, nomeadamente, do consumo de drogas duras; iii) uma postura geral perante a vida – e a vida na rua em especial – que realça a contestação das injustiças e desigualdades sociais que são sofridas e indignam (que se opõe, para Rui, à passividade

---

<sup>24</sup> Termo usado no universo francófono. “Le système D”, de *débrouillage*, traduzível directamente para “sistema do desenrasque”. Sobre o “desenrasque” como estratégia de sobrevivência, *cf.*, por exemplo, Zeneidi-Henry (2002: 178 e ss.) ou Damon (2008: 166-173).

com que muitos outros indivíduos sem-abrigo – onde os “carochos” se incluem – aceitam a sua posição social desqualificada).

Como foi atrás referido, Rui raramente proíbe alguém de dormir na barraca. O único argumento que concebe como válido para impedir alguém de aí ficar é o facto de já se encontrar lá outra pessoa, dado que o espaço exíguo não lhe permite aceitar mais de um companheiro de cada vez. Contudo, dado que considera que o espaço não é seu, é sempre possível dormir naquele local, desde que fora da barraca quando não há lá lugar para mais uma pessoa. Nestes casos, quando é possível, Rui empresta uma manta ou um cartão a quem dorme do lado de fora.

Enquanto Rui e eu produzíamos este trabalho, João, um indivíduo sem-abrigo toxicodependente, pernoitou durante cerca de 1 mês na barraca. Nunca o cheguei a conhecer e João saiu entretanto. Rui disse-me ter ficado aliviado. João era toxicodependente e, como tal, Rui acha que não é confiável. Também a má higiene de João incomodava Rui sobremaneira. Tal como vários outros indivíduos toxicodependentes que passaram pela barraca, João não se lavava, não mudava de roupa, cheirava mal. Para mais, passava os dias a “ressacar”. Quando Rui lhe dizia algo acerca do seu cheiro, João ficava incomodado e perturbava Rui, não o deixando descansar. Como este me contou, os indivíduos toxicodependentes que por lá passaram ficavam sempre espantados por Rui, em dias frios, lavar a cara ou os pés com água fria na torneira a céu aberto próxima da barraca, rejeitando passar por esse desconforto adicional. Rui recusa-se a perder o cuidado com a sua higiene e apresentação apesar de viver na rua, criticando os indivíduos sem-abrigo que se “desleixam”, considerando que esse “desleixo” acaba por tornar a sua vida ainda mais difícil de viver. De alguma forma, Rui assume que ser «sem-abrigo» é encontrar-se numa situação em que o nível de controlo pulsional e de cuidado higiénico e estético não é respeitado da mesma forma que na sociedade domiciliada (Proth e Joseph, 2005). Como Elias (2006) demonstrou, ao longo do processo sócio-histórico ocidental, estes cuidados foram-se tornando fundamentais na forma de apresentação pública dos sujeitos. Contudo, a sua realização diária em conformidade com a norma domiciliada necessita de uma casa. A ausência de habitação torna custoso aos indivíduos sem-abrigo apresentarem-se em público com um aspecto estético que seja

valorizado pela sociedade domiciliada.<sup>25</sup> Para Rui, os “carochos” são o exemplo claro de indivíduos que rejeitam este tipo de apresentação: não se lavam, não mudam de roupa, etc. De modo a diferenciar-se deles e, assim, aproximar-se do padrão aceite como normal pela sociedade domiciliada de que deseja fazer parte, Rui recusa perder o *cuidado de si* que lhe parece essencial para poder interagir com indivíduos domiciliados e para poder auto-representar-se como seu membro potencial.

### **3.3. A relação com as instituições**

A rua tem efeitos sobre os laços com pessoas, mas também actua sobre os laços com instituições. A permanência na *carreira de sem-abrigo* reconfigura o laço de cidadania, reduzindo a protecção e o reconhecimento que este teoricamente garante. No plano oficial, a cidadania reduz-se à ligação aos serviços «assistencialistas» e à contratualização do RSI. Ser «sem-abrigo» é estar numa situação de exclusão política. Pelo menos, é ver criadas condições do lado do Estado para que essa exclusão ocorra. Só a agência individual permite a Rui sair dessa exclusão e reivindicar uma ligação política mais forte e estável. A sua acção em dois laços institucionais é fundamental neste aspecto. Com os serviços da «assistência», Rui acede à dimensão formal da cidadania como «sem-abrigo», mas reclama também mais protecção (para sair da rua) e reconhecimento (através de outro elemento de identificação que não o facto de viver na rua). Do lado do laço com a biblioteca que frequenta, trata-se, sobretudo, de uma reivindicação constante de reconhecimento; de uma batalha contínua para ser percebido como cidadão e ser humano e não como «sem-abrigo».

#### **3.3.1. Os serviços de «assistência»**

Vivendo na rua, os laços desenvolvidos com as instituições «assistencialistas» estão bem presentes na vida de Rui. Estes laços configuram um tipo particular de cidadania, construída na *zona de desafiliação*. Pelo modelo de Castel (2009), a existência de uma relação assídua com os serviços da «assistência» – como a que Rui tem – localizaria um indivíduo na *zona de assistência* que se encontra entre a *zona de*

---

<sup>25</sup> Orwell escreveu que “a pobreza liberta certas pessoas dos modelos comuns de comportamento, do mesmo modo que o dinheiro liberta outras da obrigação de trabalhar” (2003: 12).

vulnerabilidade e a *zona de desafiliação*. Contudo, no caso de Rui, tal não se verifica. A relação da «assistência» com Rui iniciou-se quando este se encontrava já na rua, portanto, estando já na última das *zonas de coesão social* referidas. A forma assumida pela ajuda que estas instituições direccionam para Rui não lhe permite realizar o – *ténue* – movimento social ascendente que uma saída da *desafiliação* para a *assistência* implicaria. Antes, a relação que Rui estabelece com as instituições «assistencialistas» reforça a sua localização na *zona de desafiliação*. Os fluxos «paliativos» de carácter de urgência permitem somente a Rui obter um mínimo essencial de comida para sobreviver quotidianamente.<sup>26</sup> O RSI contratualiza a relação com a «assistência» sem, todavia, permitir uma saída da rua, e pouco apoio estatal existe para além dele. Portanto, este laço de tipo particular de Rui com a «assistência» penetra a *zona de desafiliação* e é nesta que actua.

Esta constatação não reduz a relevância destes laços na análise biográfica aqui ensaiada: eles são importantes precisamente por funcionarem como funcionam. A noção de “vulnerabilidade *depois das protecções*” [*d’après les protections*] (*id., ibid.: 747*), permite-nos ler esta situação: a presença na *zona de desafiliação* perdura apesar de um grau mínimo de transferências estatais, insuficiente para que Rui ganhe segurança e, em parte, é precisamente esta forma de «ajuda» estatal que cria condições para que Rui permaneça na rua. A relação com a «assistência» revela-se importante para a sobrevivência diária *na rua*, mas dificulta o desenvolvimento de estratégias de saída.

No caso de Rui, esta dificuldade em estabelecer um plano de saída da rua através do contacto com a «assistência» é, em grande parte, derivada da postura crítica e reivindicativa por si demonstrada. Em vários casos, esta é mal recebida pelos profissionais das instituições «assistencialistas», levando a que Rui sinta que está “marcado” por eles devido a uma sucessão de acontecimentos conflituais. Estes conflitos ocorreram com vários serviços «assistencialistas», das equipas de rua (que, nos seus giros nocturnos, levam aos indivíduos sem-abrigo alguns bens essenciais,

---

<sup>26</sup> Thelen (2006), comparando Portugal, Bélgica e França, afirma que no nosso país os serviços «assistencialistas» se encontram reduzidos à mais básica das emergências no tocante ao apoio disponibilizado a quem vive na rua. Segundo o autor, os outros países estudados conseguem fornecer um grau de ajuda que se encontra para além das necessidades de sobrevivência diárias mais básicas. É certo que o trabalho de Thelen é realizado antes da redacção da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (Instituto da Segurança Social, 2009), mas é razoável afirmarmos que a «assistência» portuguesa continua a funcionar em carácter de urgência. Assim sendo, mesmo que o seu apoio seja útil para a sobrevivência quotidiana de quem vive na rua, torna-se difícil para os indivíduos sem-abrigo desenvolverem planos de regresso à sociedade domiciliada através da relação com a «assistência».

entre os quais, comida) às instituições que fornecem refeições a baixo custo a pessoas pobres, passando pelos locais em que é possível a quem vive na rua realizar a sua higiene pessoal. Em vários momentos do contacto com estas instituições, Rui sentiu que era tratado de modo injusto pelo simples facto de viver na rua, considerando que a estigmatização e desumanização decorrentes do rótulo de «sem-abrigo» penetram a «assistência». Parece verificar-se nesta relação de Rui com a «assistência» a negação de reconhecimento que Sennett (2004) afirma estar a tornar-se habitual nas nossas sociedades, em particular no que aos indivíduos desprovidos de poder diz respeito. Segundo o autor, “a sociedade moderna carece de expressões positivas de respeito e de reconhecimento para com os outros” (*id., ibid.:* xv), o que se reflecte nomeadamente na forma como os «assistidos» são representados e tratados, tanto no plano informal como formal. No caso de quem vive na rua, esta negação de respeito traduz-se na produção dos indivíduos sem-abrigo como «menos que», revelando uma enorme e sempre presente injustiça de reconhecimento (*id., ibid.*). O facto de Rui contestar este tratamento quando o sente aumentou o conflito. Rui considera que a «assistência» prefere lidar com indivíduos sem-abrigo que se comportem de forma submissa e aceitem sem protestar o pouco que recebem. Quando algum indivíduo sem-abrigo reivindica um melhor tratamento, os profissionais da «assistência» reagem mal, rotulando-o como «mau pobre imerecedor». Através desta construção representacional, a possibilidade de fluxos de ajuda adicionais é reservada aos indivíduos sem-abrigo encarados como «bons pobres merecedores». Os poucos quartos de renda baixa disponíveis para quem vive na rua ficam reduzidos a um benefício decorrente de um comportamento considerado correcto por quem vive na rua: o respeito pelo que foi contratualizado através do RSI, a aceitação incondicional das condições do recebimento da pouca ajuda disponível, e, sobretudo, a total ausência de qualquer forma de contestação social e do modo de funcionamento dos próprios serviços «assistencialistas».

Apesar de Rui reconhecer o trabalho realizado pela «assistência» – sem a qual tem consciência de que seria mais difícil alimentar-se –, não deixa de criticar o que julga estar mal. Em várias situações, Rui disse a elementos das equipas de rua que a comida que estes levam a quem vive na rua é insuficiente em quantidade e qualidade para que um adulto possa sobreviver. As discussões decorrentes destas críticas são frequentes, com os elementos das equipas de rua a sentirem que Rui é “pobre e mal agradecido” (como lhe disseram directamente mais de uma vez). Algumas discussões

mais violentas levaram a que algumas das equipas de rua deixassem – pelo menos, durante algum tempo – de se deslocar ao seu local de pernoita. Em geral, a interacção com a «assistência» leva a que Rui sinta que não é tratado com respeito, fazendo com que reivindique, ainda mais veementemente, a dignidade a que sente ter direito. Para o fazer, tem de protestar contra o comportamento e a acção institucional de indivíduos que controlam de forma directa a distribuição da ajuda de emergência, o que leva a que Rui se sinta prejudicado por estas instituições.

Lyon-Callo (2008) e Gowan (2010) defendem que a «assistência», ao interagir com os indivíduos sem-abrigo, lhes nega a capacidade e o direito de reivindicação. Frente à crítica, o diferencial de poder entre indivíduos sem-abrigo e técnicos torna-se inegável. Normalmente, Rui dirige-se aos técnicos «assistencialistas» pelo nome próprio. Aquando de um dos conflitos ocorridos, um destes profissionais, ao sentir o seu trabalho criticado por Rui, exigiu que este se lhe dirigisse por “*doutor*”. Ao deparar-se com aquilo que é lido como um «ataque» ao desempenho das suas funções, este profissional «assistencialista» decidiu apoiar-se num elemento de distinção social discursivo que fazia o poder pender a seu favor na discussão. O efeito simétrico deste acto é a negação da legitimidade de Rui em contestar o que julga estar mal. Caso Rui tivesse aceite a situação tal como ela se lhe apresentava, vendo como um dado incontestável a forma como o circuito «assistencialista» se organiza e demonstrando-se grato pelo serviço que lhe estava a ser prestado, teria sido criada uma situação de «falsa igualdade» entre si e o profissional da equipa de rua. Contudo, esta eliminação discursiva do diferencial de poder entre estes sujeitos não os tornaria em seres humanos com iguais direitos mas antes, obscureceria a possibilidade – sempre presente – do lado com maior poder negar por inteiro o poder do lado socialmente desqualificado – e de o negar a um ponto em que se deslegitima a capacidade de acção de quem vive na rua que, ao ser reenviada para a sua posição social desprivilegiada (de onde, em verdade, nunca sai), é encarada como apenas detendo uma opção de comportamento: o agradecimento submisso de quaisquer «migalhas que caíam da mesa da sociedade domiciliada».

### **3.3.2. A biblioteca**

Rui desloca-se várias vezes por semana a uma biblioteca pública. Vai lá com assiduidade desde a sua chegada à rua. A frequência com que é possível aí encontrá-lo

indica uma rotina na vida na rua. Se, como Rui me disse uma vez, a vida na rua “é um marasmo”, a rotinização do espaço e do tempo permitem-lhe normalizar uma vida localizada na *zona de desafiliação*: através dela, Rui estabelece horários e dá um sentido às suas movimentações pela cidade. Vários autores falam da importância da standardização dos horários e dos espaços para quem vive na rua. Esta permite a manutenção do *self* na medida em que, através destas rotinas, os indivíduos sem-abrigo provam a si mesmos que ainda são capazes de controlar (minimamente) o ambiente em que vivem e, através desse mínimo de controlo, podem organizar a sua sobrevivência diária (Snow e Anderson, 1993; Girola, 1996; Pichon, 1996; Gowan, 2000; Pichon, 2002; Gowan, 2010). Os movimentos quotidianos dos indivíduos sem-abrigo podem ser forçados por constrangimentos estruturais (e.g., locais públicos com horários de encerramento que obrigam quem os frequenta a ir para outro lado), mas isto não é tudo o que eles são: na decisão dos locais frequentados, há agência individual, há escolhas que são feitas, há objectivos específicos (Girola, 1996; Clément, Drulhe e Mantovani, 2004). A biblioteca apresenta-se com um «destino ao qual Rui pode chegar» ao mesmo tempo em que se vê privado de uma casa ou de um emprego que possam desempenhar esta função de standardização do espaço-tempo diário. Na biblioteca, lê livros que lhe despertam atenção. Lê também jornais, dado que considera ser importante estar informado sobre o mundo, mas também para poder procurar emprego nas secções de classificados. A biblioteca tem uma sala própria para o visionamento de materiais audiovisuais, o que é importante para si dado que, como me disse, se considera um “cinéfilo”.

Bauman (1998: 106-120) afirma que a liberdade e a capacidade de escolha associadas ao movimento funcionam como um dos principais factores de hierarquização social da modernidade líquida. Segundo o autor, actualmente, todos estamos em movimento perpétuo durante as nossas vidas e a forma como este é realizado é fundamental para definir a posição que ocupamos na sociedade. Os constrangimentos ao movimento são desqualificados e, por um processo de reificação, tornam-se num atributo que desqualifica o próprio sujeito que os experiencia. Representar os indivíduos sem-abrigo como sujeitos sem controlo sobre as suas movimentações diárias contribui para os desvalorizar estatutariamente. Contudo, como o caso de Rui nos permite observar, a realidade é bastante mais complexa do que o binómio simples «movimento livre/condicionado». Rui move-se para ir onde deseja, quando deseja. Os locais e os horários que o orientam podem ser



estandardizados e isto é factor de desqualificação visto que se contrapõe a uma diversidade de espaços e de tempos que não está presente na vida de Rui. Aos olhos da sociedade domiciliada, esta estandardização indica constrangimentos ao nível da possibilidade de escolha e da liberdade de acção. Contudo, no seu caso, esta rotinização do espaço-tempo é um modo de provar a si mesmo que possui agência e que controla a sua vida. Há constrangimentos vários e Rui tem consciência clara deles. Contudo, dentro deles, vai para *onde* quer, *quando* quer. Sobretudo, vai para onde lhe é possível realizar certas actividades de que gosta (ver um filme, ler um livro ou um jornal) e, nesses locais, desenvolve relações com os indivíduos que aí encontra.

A interacção com os funcionários da biblioteca e outros frequentadores assíduos indica que as idas a esta instituição desempenham outra função para além da leitura ou do visionamento de filmes: uma função socializadora; é neste espaço que Rui encontra grande parte dos indivíduos domiciliados com que se relaciona. A biblioteca é também um dos espaços em que convive com alguns outros indivíduos sem-abrigo. É também aí que Rui marca encontros com indivíduos domiciliados não relacionados com a «assistência» para poderem falar fora do seu espaço de pernoita. Uma conversa no local de pernoita tem a barraca como pano de fundo, o que torna bem visível a situação de Rui enquanto «sem-abrigo». A biblioteca é um espaço público onde Rui pode procurar diminuir a estigmatização. Os funcionários da biblioteca e os seus frequentadores assíduos sabem que Rui vive na rua, como o sabem os indivíduos domiciliados com os quais aí marca encontros pontuais. Contudo, é importante para si afastar-se do local de pernoita na presença de quem não vive na rua. Falar com alguém junto da barraca leva a que Rui não consiga esquecer-se nem por um instante da sua situação de vida actual; ao conversar fora deste espaço, procura diminuir a distância social que o separa dos eventuais interlocutores, colocando-o num lugar de inferioridade – que a biblioteca não elimina mas pode atenuar um pouco. A desvalorização estatutária permanece, mas o espaço influencia-a.

Com o passar do tempo, os funcionários da biblioteca habituaram-se à presença de Rui, mas os conflitos não deixam de ser frequentes. Por várias vezes, Rui discutiu com funcionários, chegando mesmo a escrever reclamações em algumas dessas discussões. Em todos esses conflitos, Rui sente que o trataram pior do que tratariam um indivíduo domiciliado. Quando começou a frequentar a biblioteca, Rui considera que era recorrentemente ignorado; passavam-lhe à frente nas filas e os funcionários não o atendiam. A falta de respeito (Sennett, 2004) parece verificar-se

também nas relações que Rui desenvolve nesta instituição. A indignação que um tal modo de tratamento lhe causa é grande: ao ser ignorado, sente-se «desumanizado»; quando discutem, sente de forma directa toda a estigmatização e desqualificação social que o facto de viver na rua acarretam. A experiência destes acontecimentos conflituais leva Rui a protestar contra as injustiças que sente na pele. Mas ela leva também a alterações no seu comportamento. De uma das vezes em que nos encontrámos neste local, ambos queríamos usar a casa de banho ao mesmo tempo. Rui insistiu que não o fizéssemos. De início, não entendi o motivo, nem Rui me deu uma razão para tal. Esperei por uma resposta enquanto Rui ia primeiro à casa de banho. Quando saiu, contou-me que eram frequentes na biblioteca problemas com indivíduos toxicodependentes que frequentavam uma instituição próxima que lhes presta apoio. Havia, por vezes, furtos cometido por estes indivíduos mas também consumo de droga na casa de banho. Apesar de Rui não consumir drogas duras, o conhecimento de que vive na rua provoca nos funcionários da biblioteca um efeito de associação destes dois fenómenos. Alguns indivíduos toxicodependentes consumiram drogas na casa de banho da instituição; *alguns* deles são «sem-abrigo»; então, *todos* os indivíduos sem-abrigo que entrem na casa de banho da instituição são representados como passíveis de ser toxicodependentes. O medo por parte dos funcionários de que alguém use esse espaço para consumir ou traficar droga, levaram-nos a perseguir certos indivíduos quando estes se deslocavam em grupo à casa de banho para verem o que iam fazer. Rui, «sem-abrigo», foi vítima destas perseguições (injustificadas). A discriminação no comportamento institucional é grande, levando a que só sejam vítimas de suspeitas indivíduos pobres e com um estatuto negativamente valorizado. Pessoas que os funcionários da biblioteca sejam incapazes de rotular de modo semelhante, não são vistas como «alguém a controlar». Todavia, uma excepção a esta regra tácita existe, e eu encontrei-me nela: o caso de indivíduos domiciliados que se comportam de modo interpretado pelos funcionários como «estranho» pelo simples facto de serem vistos a falar várias vezes e durante muito tempo com alguém «rotulado». Lankenau (1999: 290-291) afirma que os indivíduos que mendigam sentem o seu estatuto elevado publicamente graças à sua interacção frequente com os mesmos indivíduos que lhes dão esmola – devido à interacção recorrente consubstanciada no acto da dádiva ou em conversas passageiras. Para o autor, estas relações regulares “temporariamente transformam o mendigo de pária em pessoa” (*id.*, *ibid.*: 290) na medida em que tais “associações com pessoas de status mais elevado tendem a avançar o status, dado que

tais relações ou laços desempenham uma função legitimadora para a pessoa de status mais baixo” (*id., ibid.:* 291). Tal argumento pode ser transponível para o caso dos indivíduos sem-abrigo, *i.e.*, é possível que também estes sujeitos vejam o seu estatuto social elevado graças à interacção frequente e em público com os mesmo indivíduos domiciliados de estatuto substancialmente mais elevado do que o seu. (Sem que isto, todavia, elimine a sensação de desvalorização estatutária comparativa aos olhos do próprio indivíduo sem-abrigo: se este pode sentir que ganha uma posição social legítima ao interagir de forma regular com os mesmos sujeitos domiciliados de estatuto mais elevado – é «humanizado» por via dessa interacção –, o seu estatuto permanece sempre mais baixo do que o do seu interlocutor e é precisamente a sua relação com ele que realça a desvalorização estatutária do rótulo de «sem-abrigo»). Contudo, como o caso descrito nos mostra, o efeito inverso é também possível: ao interagir frequentemente com indivíduos cujo rótulo de «sem-abrigo» é conhecido, e, sobretudo, ao estabelecer com estes uma relação de difícil leitura para quem a olhe de fora (como é o caso de uma relação de investigação), um sujeito domiciliado pode ser vítima de uma desvalorização estatutária aos olhos dos observadores da interacção. A «osmose estatutária interaccional» que pode elevar em público o sujeito de estatuto mais baixo é passível de desempenhar também um efeito negativo simétrico sobre o indivíduo de estatuto mais elevado.

O comportamento de Rui, contudo, não é apenas alterado por via destes cuidados que é forçado a ter na sua apresentação pública. A forma como os funcionários da biblioteca lidam com ele é também propiciadora de comportamentos reivindicativos de dignidade e de direitos por parte de Rui. Por várias vezes, escreveu reclamações oficiais quando se sentiu tratado injustamente. Os problemas particulares que as motivaram podem ter sido legítimos, mas permitem-nos também observar que Rui, na sua interacção com os funcionários desta instituição, sente o seu estatuto negativamente valorizado e estigmatizado muito presente. Parte da indignação que Rui sente é fruto disto e não só do facto de ser mal-tratado *de per se*. Ao apresentar uma reclamação oficial, Rui está a protestar não só sobre um problema particular mas também a tecer uma crítica veemente à injustiça geral da sua vida na rua, reivindicando dignidade e humanidade. Está a afirmar publicamente que é um ser humano com capacidade de acção sobre o mundo. Desta forma, o comportamento de Rui é também um modo deste se afastar parcialmente do rótulo de «sem-abrigo» e da desqualificação social a ele associada. Rui não nega a sua vida na rua, mas indigna-se perante o facto

deste seu atributo excluir todas as suas outras características identitárias. Rui reclama contra factos específicos, considerados em si mesmos injustos. Contudo, reclama também nesses actos contra 3 anos de vida na rua sem vislumbrar uma saída. Pedir o livro de reclamações é reivindicar que alguém, em alguma coisa, lhe dê razão; é uma procura de uma afirmação pública de terceiros da justeza da sua postura que lhe permita observar a sua situação de vida na rua como algo injusto. Estas acções de Rui dão razão a Feldman (2006) quando este afirma que o fenómeno dos sem-abrigo é problemático não só ao nível da escassez de recursos materiais mas também numa dimensão de reconhecimento. Para o autor, “o reconhecimento é importante para as pessoas sem-abrigo e (...) as injustiças do fenómeno dos sem-abrigo são trivalentes: para além da má distribuição, os sem-abrigo enfrentam uma negação de reconhecimento e exclusão política” (*id., ibid.: 25*).

Esta injustiça sentida por Rui decorre, em grande medida, da sua consciência de que o rótulo de «sem-abrigo» o acompanha onde quer que ele esteja, sobretudo nos locais em que o conhecem. Ele não só sente com intensidade a estigmatização a que é sujeito neste espaços como, para mais, tem a sensação de que essa estigmatização o acompanhará mesmo se conseguir sair da rua. Rui considera que, nos locais que durante tanto tempo frequentou como «sem-abrigo», vai estar sempre rotulado, mesmo que saia da rua.

Todavia, nem a consciência da estigmatização nem os conflitos levam a que Rui deixe de frequentar a biblioteca, espaço de lazer e de obtenção de informação sobre o mundo, conhecimento esse em que apoia o discurso crítico sobre a situação actual do país. Tal como os actos de reivindicação expressos pela redacção de uma reclamação oficial, a obtenção de informação sobre o mundo é uma forma de manter um – ainda que ténue – laço de cidadania. As várias reclamações oficiais que escreveu (na biblioteca mas não só) desde que chegou à rua são uma forma de intervenção cívica. Estar informado sobre o que acontece é uma recusa da redução da sua vida quotidiana à rua em que ela decorre. O facto de Rui receber o RSI é uma forma particular de ligação ao Estado. Por via desta transferência, mantém uma relação com o mundo político e social nacional. Todavia, esta é insuficiente para que seja considerado um cidadão de pleno direito. Protestar perante uma injustiça sentida ou ler jornais para saber o que ocorre e ser capaz de o discutir são modos de afirmar que deseja um laço de cidadania estável. Tal como com outros tipos de laços, o de cidadania é elusivo e encontra-se enfraquecido, mas isto não o torna menos importante ou menos desejado.

## **DANDO SENTIDO A UMA VIDA: AS MÚLTIPLAS AFILIAÇÕES DA ZONA DE DESAFILIAÇÃO**

Como a biografia de Rui nos mostra, a *zona de desafiliação* compõe-se de variadas afiliações, traduzidas em laços sociais de diferentes tipos. Estes são relevantes tanto pelo que garantem como pelo que, da perspectiva de Rui, deveriam assegurar. A vida na rua elimina laços, mas também os cria. Sobretudo, os laços são reconfigurados, o que se reflecte no grau e no tipo de protecção e reconhecimento a que Rui acede através deles.

A família é fundamental para Rui, ainda que a sua importância decorra em grande medida da sua ausência, sentida com dor. Os laços de filiação, mais do que eliminados com a vida na rua, são recompostos. Os processos de reconfiguração destes laços, contudo, iniciam-se antes da chegada à rua, influenciados por sucessivos *pontos de inflexão*. As irmãs passam a garantir-lhe apenas um apoio diminuto, sentido por Rui como insuficiente e não acompanhado de um reconhecimento como *irmão*. Por outro lado, este é garantido pela relação com Nuno, demonstrando ser um laço fulcral precisamente por isso, mas nenhuma protecção dele decorre; antes, Rui percebe o irmão como o sujeito que necessita de uma ajuda que as suas carências não lhe permitem dar. Os laços com os filhos, ao contrário do que ocorreu com a família de origem, romperam-se totalmente. Mas a ruptura ocorre antes da chegada à rua, no caso de Mário, e não é directamente influenciada por ela, no caso de Ivo. Se os filhos não falam com Rui, os laços que os ligam continuam para si fundamentais numa dimensão representacional. É esta dissonância entre a sua importância discursiva e a sua ausência física que torna a dor a característica fundamental da relação de Rui com os filhos. Do lado da relação com as irmãs, a revolta e a indignação perante a ajuda que não é dada sobrepõe-se à dor que a sua ausência causa. Portugal defende que “é nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afectivo” (2006: 488). Segundo a autora, as relações familiares são cruciais para os indivíduos, fornecendo-lhes segurança e apoio ao longo do tempo e funcionando também numa dimensão representacional partilhada que permite a criação das identidades individuais através de uma identidade colectiva familiar (do «nós familiar» que se contrapõe aos «outros que não são família»). Em caso de necessidade, é aos parentes que os indivíduos recorrem em primeiro lugar, e é junto destes a probabilidade de ajuda significativa é maior. A garantia de apoio e pertença

familiar existe tanto a um nível concreto – do que é realmente fornecido pelos laços – como numa dimensão simbólica – a criação de um imaginário colectivo em que os indivíduos consideram que é na família que encontrarão sempre a ajuda de que necessitam e de que há «obrigações tácitas» familiares de entreaajuda. Quando os sujeitos se deparam com uma dissonância entre o que é dado e o que esperam que seja garantido, segundo a representação de um apoio familiar «incondicional», surgem sentimentos de dor e de «incumprimento», como é o caso de Rui, ao olhar para a ajuda que (não) lhe é fornecida pelas irmãs. Esta sensação não diminui em nada a importância da família, que “é significativa mesmo quando os laços não são positivos (...). As relações de conflito e de ruptura das relações familiares são sentidas com dor pelas pessoas que as revelam” (*id.*, *ibid.*: 493). É precisamente isto que ocorre com Rui, sentido de forma intensa a perda dos laços com os filhos e a reconfiguração dos laços com as irmãs. Olhar os laços de filiação demonstra-nos um paradoxo: a chegada à rua torna a ajuda mais necessária, mas chega-se lá precisamente porque ela não existe ou é diminuta; ao mesmo tempo, ela diminui ainda mais com a chegada à rua, ainda que o processo de decréscimo a anteceda.

Três (conjuntos de) laços de participação electiva são relevantes para Rui – com Eva, com a família de França e com os «pares». A relação com Eva é crucial na biografia de Rui e o seu fim entendido por ele como um *ponto de inflexão* fulcral, correspondendo à perda da “mulher da sua vida”. Tal como com os filhos, trata-se de um laço fracturado, que permanece importante nas representações mas sem que haja qualquer interacção. Ao contrário dos filhos, a relação com Eva termina anos antes da chegada à rua e esta não tem efeito sobre o laço: ele foi rompido há anos e qualquer apoio material ou emocional dele decorrente há muito desapareceu. Se, com a família de origem, a rua reconfigurou os laços, e, com o filho Ivo, ele foi rompido de modo concomitante com a vida na rua, no que a Eva respeita, a rua não modifica em nada o laço. Para mais, se Rui ainda tem uma vaga esperança de que o passar do tempo possa reatar o laço com os filhos, esta está ausente no que a Eva diz respeito. A relação é importante, mas é a perda que é sentida.

Também a relação com a família de França termina antes da chegada à rua, ainda que há menos tempo. Trata-se igualmente de um *ponto de inflexão* fundamental para entendermos esta biografia, e Rui lê-o como tal. Nos poucos meses que a relação durou, o laço forneceu-lhe uma protecção e um reconhecimento que não lhe era garantido pelos laços de filiação. Por este motivo, Rui relembra estes laços de

participação electiva como se de filiação se tratassem: fala da “família que nunca teve”, o que leva a que a sua perda violenta seja também dolorosa. A segurança e o bem-estar material e emocional que asseguravam terminaram tão abruptamente quanto começaram. Se, com as irmãs, as alterações dos laços e a sucessão de *pontos de inflexão* se sobrepõem – os laços reconfiguram-se, causando mudanças na vida, que reconfiguram os laços ainda mais –, com esta família a relação causal é mais directa: o fim dos laços é em si mesmo um *ponto de inflexão* que termina na rua, ainda que os seus efeitos se continuem a sentir. Este *ponto de inflexão* demonstra ainda uma total interpenetração dos laços de vários tipos: ele ocorre por uma ruptura dos laços de participação electiva e leva à rua, onde os laços de filiação, de participação orgânica e de cidadania se reconfiguram. As mudanças nestes últimos decorrem de uma alteração fundamental nos primeiros. Mas é também através deste processo de fim-reconfiguração que novas afiliações se desenvolvem, nomeadamente, os laços com os «pares». A protecção por eles fornecida é reduzida, mas o reconhecimento que garantem é fundamental. Ainda que haja violência entre «pares» e que a confiança recíproca possa não ser grande, é entre indivíduos em situações igualmente dominadas e pobres que se encontra reconhecimento na rua. Sobretudo, é entre eles que se encontra uma possibilidade de identificação que se contrapõe à negação de humanidade que o rótulo de «sem-abrigo» acarreta aos olhos da sociedade domiciliada. De algum modo, é precisamente a impossibilidade de fornecimento recíproco de um grau de protecção significativo que leva a um reconhecimento constituído através da consciência da presença partilhada na *zona de desafiliação*.

Os laços que ligam Rui a outros actores sociais são significativos, mas também o são aqueles que são passíveis de se constituir em afiliações a estruturas sociais, não directamente mediados por pessoas. Os laços de participação orgânica e de cidadania são fundamentais para ele, ainda que o sejam pela forma específica que assumem, que desvaloriza quem vive na rua.

O trabalho apresenta-se como uma dimensão essencial para entendermos a vida de Rui, tanto no que respeita à obtenção de um rendimento como no que toca à sua construção identitária. Nesta última dimensão, mesmo afastado do mercado de trabalho regular há mais de 3 anos, Rui continua a identificar-se com “pedreiro e pintor de primeira categoria” e a valorizar os seus conhecimentos profissionais. É recorrente a sua auto-caracterização como bom trabalhador, muitas vezes por comparação à menor aptidão que considera que alguns colegas de trabalho do passado

demonstravam. Esta qualidade profissional percebida não é, porém, reconhecida pelos potenciais empregadores desde que chegou à rua, sendo secundarizada perante três factores de redundância: a idade, a saúde (epilepsia) e o rótulo de «sem-abrigo».<sup>27</sup> Eles conjugam-se e reduzem a empregabilidade de Rui. Sobretudo, a identificação como «bom trabalhador» é anulada pela negação de reconhecimento que viver na rua comporta. O laço de participação orgânica permanece desejado, é encarado como condição *sine qua non* para uma saída da rua que dê estabilidade, e o emprego é procurado, ainda que seja elusivo. A chegada à rua elimina quase totalmente este laço. Mas também o reconfigura, como o único (e curto) episódio em que Rui trabalhou no mercado laboral regular o mostra. A ligação de Rui ao trabalho foi sempre irregular, influenciada por alterações estruturais (períodos de expansão ou recessão económica aumentam ou diminuem a sua empregabilidade ou longo da vida) e biográficas (a sucessão de *pontos de inflexão* tem reflexos no emprego). Contudo, a chegada à rua aumenta a precariedade e a vulnerabilidade ligadas ao trabalho. A inempregabilidade pela redundância provém de uma falta de reconhecimento mas, de modo circular, contribui também para que este seja negado – não trabalhando não pode ser representado como «bom trabalhador», não sendo assim percebido não obtém emprego e, decorrente disto, perde-se a protecção que o laço pode garantir. Na rua, prevalece o ciclo vicioso que a lógica *no home, no job; no job, no home* transmite (Snow e Anderson, 1993; Murdoch *et al.*, 1996; Garnier-Muller, 2000). Não ter habitação diminui drasticamente a possibilidade de aceder ao emprego e não ter emprego torna mais difícil manter uma habitação.

A reconfiguração dos laços é clara no caso do de cidadania, que se modifica totalmente com a vida na rua. No plano oficial, este passa a existir somente através da ligação com os serviços de «assistência», uma relação que desqualifica os sujeitos «assistidos» (Paugam, 1991, 2003; Lyon-Callo, 2008; Gowan, 2010). A protecção que o laço garante é nula ou muito reduzida, traduzida numa acção assistencialista de emergência. Mas também a identificação enquanto cidadão e ser humano é relegada para segundo plano perante a negação de reconhecimento como «sem-abrigo». Na sua relação com os serviços «assistencialistas» ou com os funcionários da biblioteca, Rui sente com indignação e revolta esta inferiorização, mais ainda do que a ausência de

---

<sup>27</sup> Sobre a *redundância* como factor explicativo do desemprego estrutural, cf. Bauman (1998, 2009a, 2009b, 2009c), Castel (2009) e Sennett (2007a, 2007b).



apoio do laço. Os seus actos frequentes de reclamação e protesto são precisamente uma forma de dar conta da injustiça com que sente esta falta desumanização e negação de direitos. A consciência do tipo particular de laço de cidadania que conhece enquanto «sem-abrigo assistido» leva Rui a desejar um laço mais estável e que não o desqualifique. A leitura de jornais para estar informado ou o protesto quando se sente mal-tratado são indicadores desse desejo. Aquilo contra que Rui protesta é, sobretudo, a transformação do rótulo de «sem-abrigo» em *master status*.<sup>28</sup> Ou seja, reclama contra a caracterização de quem vive na rua através de um único atributo, que desvaloriza e estigmatiza. Becker afirma que “alguns status, na nossa sociedade como em outras, anulam todos os outros status e têm uma certa prioridade” (1973: 33). A quem carrega consigo um tal *master status*, nenhuma outra fonte de criação de identidade é reconhecida, sobrepondo-se o rótulo de «sem-abrigo» a todos os rótulos alternativos, pelo menos, a todos os que seriam passíveis de elevar estatutariamente quem vive na rua. Rui sabe como ninguém onde vive, mas recusa ser identificado apenas por esse facto. Mais do que qualquer outra coisa, tem consciência clara de que “o que há de mais terrível na pobreza é o facto de nela haverem seres humanos que, na sua posição social, são pobres e nada mais que pobres” (Simmel, 2008: 101). Rui é «sem-abrigo», mas «sem-abrigo» não é tudo o que é.

\* \* \*

A história de vida de Rui é aqui interpretada como caso exemplar. Porém, como foi dito, ela não é inteiramente idiossincrática e apresenta semelhanças com outras vidas que não podem ser desconsideradas. Ao falarmos do fenómeno dos sem-abrigo uma constatação parece impor-se: *ele não tem solução*. De forma mais precisa, em sociedades como a nossa, o fenómeno dos sem-abrigo pode reconfigurar-se, mas continuarão a existir pessoas a viver na rua. Ao tomarmos consciência de que o fenómeno é problemático para além da sua dimensão material, não podemos ser míopes para o facto de que ele existe no seio do fenómeno mais vasto da pobreza. Há questões para além dela, é certo, mas os indivíduos sem-abrigo são-no devido à sua situação profundamente dominada a vários níveis, marcada por múltiplas carências,

---

<sup>28</sup> Sobre o conceito de *master status*, cf. Hughes (1945). Ver também Becker (1973, 33 e ss.). A ideia de que o rótulo de «sem-abrigo» funciona como *master status* é defendida por Gowan (2010) e Lyon-Callo (2008).

onde as materiais são fundamentais. Um esforço de regulação social substantiva deve ser encarado como condição *sine qua non* para solucionar o fenómeno dos sem-abrigo. Contudo, este esforço de regulação tem de ser tão forte e seria tão contracorrente que se tornaria em algo revolucionário. Seria uma forma de regulação percebida como mudança social profunda em direcção a um modelo societal mais justo, menos desigual, que garanta a todos os indivíduos o acesso a empregos dignos que paguem bons salários e lhes assegure uma habitação com as condições de bem-estar básicas, tal como estas são entendidas no nosso espaço-tempo. Alcançar um tal modelo de bem-estar implicaria modificarmos de modo fundamental a maneira como pensamos e organizamos as nossas sociedades e também como nos pensamos a nós mesmos e aos outros-tão-próximos-de-nós. O mercado laboral teria de ser modificado drasticamente, bem como o Estado precisaria de recuperar a sua dimensão *social* para poder garantir níveis de protecção superiores aos actuais.

Mas também a forma como nós, cidadãos comuns, encaramos a existência de indivíduos a viverem na rua teria de ser alterada. É uma questão de respeito e de responsabilidade pela alteridade que está aqui em causa. Respeito e responsabilidade pelo «outro» que exigem que sejamos *intolerantes* no sentido em que Zizek (2006) reivindica a intolerância: indignarmo-nos perante a injustiça social, deixarmos de olhar de lado quando passamos por alguém que identificamos como «sem-abrigo», não encolhermos os ombros perante uma demonstração de miséria. Em suma, temos de admitir que, se o fenómeno dos sem-abrigo não é eliminável sem uma mudança social profunda, é porque todos temos responsabilidades na sua manutenção. Tal constatação não remete para uma apologia da caridade mas sim para uma reivindicação de indignação e de intolerância que parta do reconhecimento de que a tolerância da alteridade não pode ser um fim em si mesma: ela é antes o ponto central de um eixo que tem num dos extremos a indiferença e no outro a solidariedade (Bauman, 1998: 82, 2007: 243-247). A evitação deste «outro que vive na rua», a recusa de qualquer tipo de contacto, não são só aquilo que o acto em si rejeita (uma palavra, um odor, um olhar); é também uma indiferença total face à desumanização deste «outro», uma aceitação da sua situação de dominado e das suas carências. Tolerar a falta de recursos de quem vive na rua é tolerar a persistência de um fenómeno que divide as pessoas entre «humanos e com direitos» e «quase humanos e sem direito a ter direitos». É aceitar passivamente a transformação da tolerância em indiferença. Uma forma de solidariedade que exija o seu reconhecimento enquanto pessoas tem de contrapor-se

a esta postura e deve reflectir-se na acção quotidiana de todos nós, bem como na produção de conhecimento sobre o fenómeno. A solidariedade é aqui entendida enquanto responsabilidade pelo «outro». Como Lévinas afirmou, “o laço com outrem só se aperta com responsabilidade” (Lévinas e Nemo, 1988: 89). Os nossos comportamentos face a esta alteridade têm de incorporar esta noção, e ela não pode ser descartada quando a forma específica que a nossa acção toma é a produção de conhecimento. Este não pode ser menos indignado perante as injustiças e as desigualdades sofridas por quem vive na rua do que quaisquer outras acções por nós desempenhadas. Uma regulação social profunda que não seja complementada por uma igualmente profunda modificação das nossas acções e representações relativas ao fenómeno dos sem-abrigo não garantirá por si só uma solução para o problema da existência de pessoas a viverem na rua. Sem estas alterações, a afirmação de que o fenómeno dos sem-abrigo *não tem solução* continuará válida.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, Giorgio (1998 [1995]), *O poder soberano e a vida nua: homo sacer*. Lisboa: Presença.

Amistani, Carole (2009 [2002]), “Les femmes sans domicile: domination sociale et ambiguïté de la prise en charge”, in Patrick Gaboriau e Daniel Terrolle (dir.), *Ethnologie des sans-logis: étude d’une forme de domination sociale*. Paris: L’Harmattan, 111-145.

Anderson, Nels (1965 [1923]), *The Hobo: the Sociology of the Homeless Man*. Chicago e London: University of Chicago Press.

Atkinson, Rowland (2003), “Domestication by Cappuccino or a Revenge on Urban Space? Control and Empowerment in the Management of Public Spaces”, *Urban Studies*, 40 (9), 1829-1843. Consultado a 19 de Novembro de 2010, disponível em <[http://www.google.com/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.urban-club.ru%2Fwp-content%2Fuploads%2F2008%2F10%2Fmanagement-of-public-spaces-urba\\_stud.pdf&ei=OvjzTK3eMoq3hQfE2qXNDg&usg=AFQjCNHpsFs\\_-odEEt4bs-F6z7cyGLw04A&sig2=nOERxuS87wNS-PT2ZPtywQ](http://www.google.com/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.urban-club.ru%2Fwp-content%2Fuploads%2F2008%2F10%2Fmanagement-of-public-spaces-urba_stud.pdf&ei=OvjzTK3eMoq3hQfE2qXNDg&usg=AFQjCNHpsFs_-odEEt4bs-F6z7cyGLw04A&sig2=nOERxuS87wNS-PT2ZPtywQ)>.

Bacqué, Marie-Hélène; Sintomer, Yves (2001), “Affiliations et désaffiliations en banlieue. Réflexions à partir des exemples de Saint-Denis et d’Aubervilliers”, *Revue Française de Sociologie*, vol. 42 (2), 217-249. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/rfsoc\\_0035-2969\\_2001\\_num\\_42\\_2\\_5353/article\\_rfsoc\\_0035-2969\\_2001\\_num\\_42\\_2\\_5353.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/rfsoc_0035-2969_2001_num_42_2_5353/article_rfsoc_0035-2969_2001_num_42_2_5353.pdf)>.

Bauman, Zygmunt (2009a [1998]), *Work, Consumerism, and the New Poor*. London: Open University Press, McGraw-Hill Education.

Bauman, Zygmunt (2009b [1998]), *Globalization: the Human Consequences*. Cambridge: Polity.

Bauman, Zygmunt (2009c [2000]), *Liquid Modernity*. Cambridge e Malden: Polity.

Bauman, Zygmunt (2007 [1991]), *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: relógio D'Água.

Bauman, Zygmunt (1998 [1997]), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Becker, Howard S. (1973 [1963]), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York e London: Free Press e Collier Macmillan Publishers.

Bento, António; Barreto, Elias (2002). *Sem Amor Sem Abrigo*. Lisboa: Climepsi editores.

Blau, Joel (1992), *The Visible Poor: Homelessness in the United States*. New York e Oxford: Oxford University Press.

Brousse, Cécile (2006), “Devenir sans-domicile, le rester: rupture des liens sociaux ou difficultés d'accès au logement”, *Économie et statistique*, vol. 391-392, 35-64. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/estat\\_0336-1454\\_2006\\_num\\_391\\_1\\_7153/article\\_estat\\_0336-1454\\_2006\\_num\\_391\\_1\\_7153.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/estat_0336-1454_2006_num_391_1_7153/article_estat_0336-1454_2006_num_391_1_7153.pdf)>.

Brousse, Cécile; Firdion, Jean-Marie; Marpsat, Maryse (2008), *Les sans-domicile*. Paris: La Découverte.

Burawoy, Michael (1998), “The Extend Case Method”, *Sociological Theory*, 16, 4-33. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://burawoy.berkeley.edu/Methodology/ECM.ST.pdf>>.

Castel, Robert (2009 [1995]), *Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Paris: Gallimard.

Castel, Robert (2008 [2007]), *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes.

Castel, Robert (1996), “Les marginaux dans l’histoire”, in Serge Paugam (org.), *L’exclusion, l’état des savoirs*. Paris: éditions La Découverte, 32-41.

Clanché, François (1998), “Le classement des situations de logement: les sans domicile dans des nomenclatures générales”, *Sociétés Contemporaines*, 30, 181-196. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1854/article\\_socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1854.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco_1150-1944_1998_num_30_1_1854/article_socco_1150-1944_1998_num_30_1_1854.pdf)>.

Clément, Serge; Drulhe, Marcel; Mantovani, Jean (2004), “Quand les sans-logis habitent ensemble: modes de résidence et formes de lien social”, *Espaces et sociétés*, vol. 116-117 (1-2), 175-188. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ESP\\_116\\_0175](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ESP_116_0175)>.

Damon, Julien (2008 [2002]), *La question SDF: critique d’une action publique*. Paris: PUF.

Damon, Julien, (2004), “La question SDF au prisme des médias”, *Espaces et sociétés*, vol. 116-117 (1-2), 93-110. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ESP\\_116\\_0093](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ESP_116_0093)>.

Damon, Julien (2002), “Les «SDF», de qui parle-t-on? Une étude à partir des dépêches AFP”, *Population*, vol. 57 (3), 569-582. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.cairn.info/revue-population-2002-3-page-569.htm>>.

Damon, Julien; Firdion, Jean-Marie (1996), “Vivre dans la rue: la question SDF”, in Serge Paugam (org.), *L’exclusion, l’état des savoirs*. Paris: éditions La Découverte, 374-386.

Doherty, Joe et al. (2006), *The Changing Role of the State: Homelessness and Exclusion: Regulating Public Space*. Brussels: FEANTSA. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.feantsa.org/files/transnational\\_reports/2006reports/06W1en.pdf](http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/2006reports/06W1en.pdf)>.

Doherty, Joe et al. (2005), *The Changing Role of the State: Welfare Delivery in the Neoliberal Era*. Brussels: FEANTSA. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.feantsa.org/files/transnational\\_reports/EN\\_WGI\\_2005.pdf](http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/EN_WGI_2005.pdf)>.

Elias, Norbert (2006 [1939]), *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote.

Elias, Norbert (2005 [1970]), *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Elias, Norbert (2004 [1987]), *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote.

Elias, Norbert (1997 [1990]), *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dom Quixote.

Elias, Norbert; Scotson, John L. (2000 [1965]), *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Farrington, Alice; Robinson, W. Peter (1999), “Homelessness and Strategies of Identity Maintenance: a Participant Observation Study”, *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 9, 175-194. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.brown.uk.com/homeless/farrington.pdf>>.

Feldman, Leonard C. (2006 [2004]), *Citizens Without Shelter: Homelessness, Democracy, and Political Exclusion*. Ithaca e London: Cornell University Press.

Fitzpatrick, Suzanne; Kemp, Peter; Klinker, Susanne (2000), *Single Homelessness: an Overview of Research in Britain*. Bristol: Policy Press. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.homelesshub.ca/ResourceFiles/qx3ldvvm.pdf>>.

Foucault, Michel (2006 [1976]), “Aula de 17 de Março de 1976”, in *idem, É preciso defender a sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Carnaxide: Livros do Brasil, 255-280.



Foucault, Michel (1999 [1975]), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel (1994 [1976]), “Direito de morte e poder sobre a vida”, in *idem*, *História da sexualidade – I: a vontade de saber*. Lisboa: Relógio D’Água, 137-161.

Foucault, Michel (1991 [1977]), “Truth and Power”, in Paul Rabinow (org.), *The Foucault Reader: an Introduction to Foucault’s Thought*. London: Penguin, 51-75.

Foucault, Michel (1984), “Des espaces autres”, *Architecture, Movement, Continuité*, 5, 46-49. Consultado a 25 de Novembro de 2010, disponível em <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>.

Frost, Robert (1914), “The Death of the Hired Man”, consultado a 9/12/2010, disponível em [http://www.internal.org/Robert\\_Frost/The\\_Death\\_of\\_the\\_Hired\\_Man](http://www.internal.org/Robert_Frost/The_Death_of_the_Hired_Man).

Gaboriau, Patrick (2009 [2002]), “L’enjeu social des discours sur la misère”, in Patrick Gaboriau e Daniel Terrolle (dir.), *Ethnologie des sans-logis: étude d’une forme de domination sociale*. Paris: L’Harmattan, 19-42.

Gaboriau, Patrick (2004), “Mettre les questions à la question. Travail de terrain et raisonnement sur les «sans-logis»”, *Espaces et sociétés*, vol. 116-117 (1-2), 111-123. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ESP\\_116\\_0111](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ESP_116_0111).

Gaboriau, Patrick; Terrolle, Daniel (2009 [2002]), “L’étude des personnes sans logis”, in *idem* (dir.), *Ethnologie des sans-logis: étude d’une forme de domination sociale*. Paris: L’Harmattan, 5-18.

Gaboriau, Patrick; Terrolle, Daniel (2007), *SDF: critique du prêt-à-penser*. Toulouse: Privat.

Garnier-Muller, Annie (2000), *Les «inutiles»: survivre au quotidien en banlieue et dans la rue*. Paris: L’Atelier & Éditions Ouvrières.

Girola, Claudia (1996), “Rencontrer des personnes sans abri. Une anthropologie réflexive”, *Politix*, vol. 34 (9), 87-98. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/polix\\_0295-2319\\_1996\\_num\\_9\\_34\\_1033/article\\_polix\\_0295-2319\\_1996\\_num\\_9\\_34\\_1033.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/polix_0295-2319_1996_num_9_34_1033/article_polix_0295-2319_1996_num_9_34_1033.pdf)>.

Goffman, Erving (1990 [1963]), *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. London: Penguin.

Goldberger, Paul (1996), “The Rise of the Private City”, in Julia Vitullo-Martin (org.), *Breaking Away: the Future of Cities. Essays in Memory of Robert F. Wagner, Jr.* New York: Twentieth Century Fund Press, 135-147. Consultado a 30 de Dezembro de 2010, disponível em <<http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/contentdelivery/servlet/ERICServlet?accno=E D396024>>.

Gowan, Teresa (2010), *Hobos, Hustlers, and Backsliders: Homeless in San Francisco*. Minneapolis e London: University of Minnesota Press.

Gowan, Teresa (2000), “Excavating “Globalization” from Street Level: Homeless Men Recycle Their Pasts”, in Michael Burawoy et al., *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press, 74-105. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://burawoy.berkeley.edu/Books/GE/Gowan.pdf>>.

Hareven, Tamara K.; Masaoka, Kanji (1988), “Turning Points and Transitions: Perceptions of the Life Course”, *Journal of Family History*, vol. 13, 271-289. Consultado a 24 de Outubro de 2010, disponível em <<http://molar.crb.ucp.pt/cursos/1%C2%BA%20e%202%C2%BA%20Ciclos%20-%20Lics%20e%20Lics%20com%20Mests/Servi%C3%A7o%20Social/2%C2%BA%20Ano/2%C2%BA%20Semestre/22-SSIV/2%20-%20turning%20points%20and%20transitions.pdf>>.

Hughes, Everett C. (1945), "Dilemmas and Contradictions of Status", *American Journal of Sociology*, vol. 50 (5), 353-359. Consultado a 12 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.google.com/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.melissa.ens-cachan.fr%2FIMG%2Fpdf%2FHughes.pdf&ei=yVe0TL2tEouOjAfCr6S-Aw&usg=AFQjCNE53oo7AfLQzf3S4U4RGtqf07bueQ&sig2=9IO-KXIGZZ5ft4CKALBDmA>>.

Instituto de Segurança Social (2009), *Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015*. Consultado a 29 de Novembro de 2010, disponível em <[http://www.feantsa.org/files/freshstart/National\\_Strategies/National\\_Strategy\\_2009\\_Portugal.pdf](http://www.feantsa.org/files/freshstart/National_Strategies/National_Strategy_2009_Portugal.pdf)>.

Instituto de Segurança Social (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Join-Lambert, Marie-Thérèse (2006), "Un enquête d'exception: sans-abri, sans-domicile: des interrogations renouvelées" *Économie et statistique*, vol. 391-392, 3-14. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/estat\\_0336-1454\\_2006\\_num\\_391\\_1\\_7151/article\\_estat\\_0336-1454\\_2006\\_num\\_391\\_1\\_7151.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/estat_0336-1454_2006_num_391_1_7151/article_estat_0336-1454_2006_num_391_1_7151.pdf)>.

Jouenne, Noël (2009 [2002]), "Les logiques d'éviction du routard", in Patrick Gaboriau e Daniel Terrolle (dir.), *Ethnologie des sans-logis: étude d'une forme de domination sociale*. Paris: L'Harmattan, 43-74.

Lankenau, Stephen E. (1999), "Stronger than Dirt: Public Humiliation and Status Enhancement among Panhandlers", *Journal of Contemporary Ethnography*, 28 (3), 288-318. Consultado a 1 de Dezembro de 2010, disponível em <<http://www.uky.edu/~addesa01/documents/Lankenau.pdf>>.

Lemieux, Vincent (2000), *À Quoi Servent les Réseaux Sociaux?*. Québec: Les éditions de L'iqrc.

Lemos, Gerard (2000), *'Homelessness and Loneliness' the Want of Conviviality*. London: Crisis. Consultado em 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/HomelessnessAndLoneliness-ForWeb.pdf>>.

Lévinas, Emmanuel; Nemo, Philippe (1988 [1982]), “A responsabilidade por outrem”, in *idem, Ética e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 87-93.

London, Jack (2002 [1903]), *O Povo do Abismo*. Lisboa: Antígona.

Lyon-Callo, Vincent (2008 [2004]), *Inequality, Poverty, and Neoliberal Governance: Activist Ethnography in the Homeless Sheltering Industry*. Toronto: University of Toronto Press.

Marpsat, Maryse (1999), “Un avantage sous contrainte: le risque moindre pour les femmes de se trouver sans abri”, *Population*, vol. 54 (6), 885-932. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/pop\\_0032-4663\\_1999\\_num\\_54\\_6\\_7060/article\\_pop\\_0032-4663\\_1999\\_num\\_54\\_6\\_7060.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/pop_0032-4663_1999_num_54_6_7060/article_pop_0032-4663_1999_num_54_6_7060.pdf)>.

Marpsat, Maryse (1998), “Présentation du dossier”, *Sociétés Contemporaines*, 30, 5-14. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1847/article\\_socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1847.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco_1150-1944_1998_num_30_1_1847/article_socco_1150-1944_1998_num_30_1_1847.pdf)>.

Marpsat, Maryse; Firdion, Jean-Marie (2007), “A Research Program on Homelessness in France”, *Journal of Social Issues*, 63 (3), 567-588.

Mateus, João Diogo Gonçalves da Cruz (2007), *Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas sem-abrigo em Lisboa: uma geografia da exclusão*. Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos. Lisboa: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

McIntosh, Ian; Erskine, Angus (2000), ““Money for Nothing”?: Understanding Giving to Beggars”, *Sociological research online*, vol. 5(1). Consultado em 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.socresonline.org.uk/5/1/mcintosh.html>>.

Meert, Henk et al. (2006), *The Changing Profiles of Homeless People: Conflict, Rooflessness and the Use of Public Space*. Brussels: FEANTSA. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.feantsa.org/files/transnational\\_reports/2006reports/06W2en.pdf](http://www.feantsa.org/files/transnational_reports/2006reports/06W2en.pdf)>.

Meert, Henk et al. (2003), *The Changing Profiles of Homeless People: Macro Social Context and Recent Trends*. Brussels: FEANTSA. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://eohw.horus.be/files/freshstart/Thematic%20Reports/Changing%20profile%20of%20homeless/2003\\_Macro%20social%20context%20and%20trends.pdf](http://eohw.horus.be/files/freshstart/Thematic%20Reports/Changing%20profile%20of%20homeless/2003_Macro%20social%20context%20and%20trends.pdf)>.

Meert, Henk; Stuyck, Karen (2008), “Homelessness, Post-Fordist Solidarity and Disciplining Urbanism”, in Joe Doherty e Bill Edgar (eds.), *In My Caravan, I Feel Like Superman: Essays in Honour of Henk Meert 1963-2006*. St Andrews: University of St Andrews e FEANTSA, 145-169. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://eohw.horus.be/files/freshstart/Pictures%20and%20Images/Henks\\_Book\\_WEB\\_PDF.pdf](http://eohw.horus.be/files/freshstart/Pictures%20and%20Images/Henks_Book_WEB_PDF.pdf)>.

Menezes, Filipa Lourenço (2008), *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*. Tese de Doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação. Lisboa: ISCTE.

Mills, Sara (2003), *Michel Foucault*. London: Routledge.

Mucchielli, Laurent (1998), “Clochards et sans-abri: actualité de l’oeuvre d’ Alexandre Vexliard”, *Revue française de sociologie*, 39 (1), 105-138. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://classiques.uqac.ca/contemporains/mucchielli\\_laurent/C\\_histoire\\_crimino\\_deviance/vexliard\\_et\\_le\\_clochard/vexliard\\_et\\_le\\_clochard.doc](http://classiques.uqac.ca/contemporains/mucchielli_laurent/C_histoire_crimino_deviance/vexliard_et_le_clochard/vexliard_et_le_clochard.doc)>.

Murdoch, Alison et al. (1996 [1994]), *We are Human Too: a Study of People Who Beg*. London: Crisis. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/WeAreHumansToo.pdf>>.

Newburn, Tim; Rock, Paul (2005), *Living in Fear: Violence and Victimisation in the Lives of Single Homeless People*. London: Crisis. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/LivingInFear\\_full.pdf](http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/LivingInFear_full.pdf)>.

O'Sullivan, Eoin (2008), "Pathways Through Homelessness: Theoretical Constructions and Policy Implications", in Joe Doherty e Bill Egar (eds.), *In My Caravan, I Feel Like Superman: Essays in Honour of Henk Meert 1963-2006*. St Andrews: University of St Andrews e FEANTSA, 71-100. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://eohw.horus.be/files/freshstart/Pictures%20and%20Images/Henks\\_Book\\_WEB\\_PDF.pdf](http://eohw.horus.be/files/freshstart/Pictures%20and%20Images/Henks_Book_WEB_PDF.pdf)>.

Orwell, George (2003 [1933]), *Na penúria em Paris e em Londres*. Lisboa: Antígona.

Pais, José Machado (2006). "A minha casa é um mundo: os sem-abrigo", in *idem*, *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar, 31-72.

Pais, José Machado (2003 [2001]), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.

Paugam, Serge (2010 [2008]), *Le lien social*. Paris: PUF.

Paugam, Serge (2003 [1991]), *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

Paugam, Serge (1998), "Les formes contemporaines de la pauvreté et de l'exclusion. Le point de vue sociologique", *Genèses*, vol. 31, 138-159. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/genes\\_1155-3219\\_1998\\_num\\_31\\_1\\_1516/article\\_genes\\_1155-3219\\_1998\\_num\\_31\\_1\\_1516.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/genes_1155-3219_1998_num_31_1_1516/article_genes_1155-3219_1998_num_31_1_1516.pdf)>.

Paugam, Serge (1996a). "Introduction La constitution d'un paradigme", *in idem, L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: editions La Découverte, 7-19.

Paugam, Serge (1996b), "Conclusion Les sciences sociales face à l'exclusion", *in idem, L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: editions La Découverte, 565-577.

Paugam, Serge (1991), "Les statuts de la pauvreté assistée", *Revue Française de Sociologie*, vol. 32 (1), 75-101. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/rfsoc\\_0035-2969\\_1991\\_num\\_32\\_1\\_4021/article\\_rfsoc\\_0035-2969\\_1991\\_num\\_32\\_1\\_4021.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/rfsoc_0035-2969_1991_num_32_1_4021/article_rfsoc_0035-2969_1991_num_32_1_4021.pdf)>.

Paugam, Serge; Schultheis, Franz (2008 [1998]), "Naissance d'une sociologie de la pauvreté", *in Georg Simmel, Les pauvres*. Paris, PUF, 1-34.

Phelan, Jo *et al.* (1997), "The Stigma of Homelessness: the Impact of the Label "Homeless" on Attitudes Toward Poor Persons", *Social Psychology Quarterly*, vol. 60 (4), 323-337. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://web.lemoyne.edu/courseinformation/Ridzi/Archive/Fall%202007/Soc%20101%20Introduction%20to%20Sociology/Backup%20of%20library%20Reserve%20Readings/09%20Phelan%20Stigma%20of%20Homelessness.pdf>>.

Pichon, Pascale (2002), "Vivre sans domicile fixe: l'épreuve de l'habitat précaire", *Communications*, 73, 11-29. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/comm\\_0588-8018\\_2002\\_num\\_73\\_1\\_2109/article\\_comm\\_0588-8018\\_2002\\_num\\_73\\_1\\_2109.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/comm_0588-8018_2002_num_73_1_2109/article_comm_0588-8018_2002_num_73_1_2109.pdf)>.

Pichon, Pascale (1998), "Un point sur les premiers travaux sociologiques français a propos des sans domicile fixe", *Sociétés Contemporaines*, 30, 95-109. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1851/article\\_socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1851.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco_1150-1944_1998_num_30_1_1851/article_socco_1150-1944_1998_num_30_1_1851.pdf)>.

Pichon, Pascale (1996), "Survivre la nuit et le jour. La préservation de soi face au circuit d'assistance", *Politix*, vol.34 (9), 164-179. Consultado a 6 de Outubro de 2010,

disponível em [http://www.persee.fr/articleAsPDF/polix\\_0295-2319\\_1996\\_num\\_9\\_34\\_1037/article\\_polix\\_0295-2319\\_1996\\_num\\_9\\_34\\_1037.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/polix_0295-2319_1996_num_9_34_1037/article_polix_0295-2319_1996_num_9_34_1037.pdf).

Portugal, Sílvia (2006), *Novas Famílias, Modos Antigos: as redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia das Desigualdades Sociais e da Reprodução Social. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Consultado a 12 de Outubro de 2010, disponível em [http://webopac.sib.uc.pt/search~S74\\*por?/aportugal%2C+s{u00ED}lvia/aportugal+silvia/1,3,34,E/1856~b1782517&FF=aportugal+silvia+1967&12,,29,1,0](http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?/aportugal%2C+s{u00ED}lvia/aportugal+silvia/1,3,34,E/1856~b1782517&FF=aportugal+silvia+1967&12,,29,1,0).

Proth, Bruno; Joseph, Isaac (2005), “La «mise en demeure» d’un aéroport parisien par trois SDF irréductibles”, *L’Homme et la société*, vol. 115 (1), 157-180. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=LHS\\_155\\_0157](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=LHS_155_0157).

Rabinow, Paul; Rose, Nikolas (2006), “Biopower Today”, *BioSocieties*, 1, 195-217. Consultado a 25 de Novembro de 2010, disponível em <http://www.lse.ac.uk/collections/brainSelfSociety/pdf/Biopower-today-2006.pdf>.

Rauty, Raffaele (org.) (1998), *On Hobos and Homelessness*. Chicago e London: University of Chicago Press.

Rivotti, Adília (2008), «Do outro lado da rua»: *etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Urbana. Lisboa: ISCTE.

Rosa, Cleisa Moreno Maffei (2005). *Vidas de rua*. São Paulo: Editora Hucitec: Associação Rede Rua.

Santos, Boaventura de Sousa (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.



Santos, Boaventura de Sousa (2006), “Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in *idem*, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 87-125.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004), “Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Afrontamento, 19-51.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado; Meneses, Maria Paula (2004), “Introdução: para ampliar o cânone da ciência. A diversidade epistemológica do mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 19-101.

Sennett, Richard (2007a [1999]), *A Corrosão do Carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Sennett, Richard (2007b [2006]), *A Cultura do Novo Capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.

Sennett, Richard (2004 [2003]), *Respect in a World of Inequality*. New York e London: W. W. Norton & Company.

Simmel, Georg (2008 [1907]), *Les pauvres*. Paris: PUF.

Silva, Susana Pereira da (2007). *Identidades e narrativas sem-abrigo*. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Smith, Neil (2002), “New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy”, *Antipode*, 34 (3), 427-450. Consultado a 30 de Dezembro de 2010, disponível em <<http://neil-smith.net/articles/new-globalism-new-urbanism-gentrification-as-global-urban-strategy>>.

Snow, David A.; Anderson, Leon (1993), *Down on Their Luck: A Study of Homeless Street people*. Berkeley: University of California Press.

Soulié, Charles (1997), “Le classement des sans-abri”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 118, 69-80. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss\\_0335-5322\\_1997\\_num\\_118\\_1\\_3223/article\\_arss\\_0335-5322\\_1997\\_num\\_118\\_1\\_3223.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3223/article_arss_0335-5322_1997_num_118_1_3223.pdf)>.

Stewart, Kathleen (1988), “Nostalgia – a polemic”, *Cultural Anthropology*, vol. 3(3), 227-241.

Terrolle, Daniel (2004), “La ville dissuasive: l’envers de la solidarité avec les SDF”, *Espaces et sociétés*, vol. 116-117 (1-2), 143-157. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2004-1-page-143.htm>>.

Terrolle, Daniel (1995), “La liminarité des S.D.F.: rites de ségrégation et procédure sacrificielle”, *Le Nouveau Mascaret*, 36, 9-14. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <<http://www.univ-paris8.fr/sociologie/fichiers/terrolle1995a.pdf>>.

Thelen, Lionel (2006), *L’exil de soi: sans-abri d’ici et d’ailleurs*. Bruxelles: Facultés universitaires Saint-Louis.

Tosi, Antonio (2007), “Homelessness and the Control of Public Space – Criminalising the Poor?”, *European Journal of Homelessness*, 1, 225-236. Consultado a 25 de Janeiro de 2011, disponível em <[http://eohw.horus.be/files/freshstart/European%20Journal%20of%20Homelessness/Volume%20One/EJH\\_VolI\\_Thinkpiece3.pdf](http://eohw.horus.be/files/freshstart/European%20Journal%20of%20Homelessness/Volume%20One/EJH_VolI_Thinkpiece3.pdf)>.

Vexliard, Alexandre (1997 [1956]), *Introduction à la sociologie du vagabondage*. Paris: L’Harmattan.

Wacquant, Loïc (2009 [2004]), *Punishing the Poor: the Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham e London: Duke University Press.

Wright, James D.; Rubin, Beth A. (1998), “Les sans-domicile aux États-Unis: leçons tirées de quinze années de recherche”, *Sociétés Contemporaines*, 30, 35-66. Consultado a 6 de Outubro de 2010, disponível em <[http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1849/article\\_socco\\_1150-1944\\_1998\\_num\\_30\\_1\\_1849.pdf](http://www.persee.fr/articleAsPDF/socco_1150-1944_1998_num_30_1_1849/article_socco_1150-1944_1998_num_30_1_1849.pdf)>.

Zeneidi-Henry, Djemila (2002), *Les SDF et la ville: Géographie du savoir-survivre*. Paris: Bréal.

Zizek, Slavoj (2006 [2004]), *Elogio da Intolerância*. Lisboa: Relógio D'Água.